

CADERNOS DO

terceiro mundo

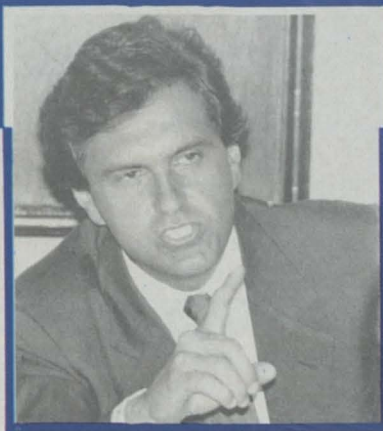
PANAMÁ:
A AGRESSÃO
DOS
EUA

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 122 • NCz\$ 4,50 • BOA VISTA, MANAUS NCz\$ 5,90 • ANO XII

ANova Direita



Collor



Caiado



Afif

GLOBO: Liderança para quê?

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola



A ONU rejeita pressões da África do Sul para mudar o plano para a independência da Namíbia, à qual começam a retornar os exilados

Desativada ao longo dos últimos dois anos, a proposta dos Ciep ganha uma segunda oportunidade com as mudanças de administrações, decorrentes das últimas eleições municipais. Educação pode tornar-se prioridade neste país?



A viúva do ex-presidente Juan José Torres chega ao parlamento, na Bolívia, eleita deputada pelo MIR-Nova Maioria, e pretende defender as idéias que custaram a vida a seu marido

SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

AMÉRICA LATINA

- 7 Argentina: O fardo de Menem
- 8 Uma nação em sobressalto
- 9 Bolívia: O avanço do MIR
- 10 Um perfil pragmático
- 11 Resgatando o ideário de Torres
- 14 México: Integração ou subordinação?
- 16 Peru: O dilema político
- 19 Panamá: Uma luta solitária

ÁFRICA

- 24 África do Sul: Aumentam os crimes raciais

- 27 Sindicatos contra *apartheid*
- 28 Namíbia: Lçando a bandeira da reação
- 30 A conturbada transição à independência
- 31 Saara: O nacionalismo sindical
- 33 Sudão: Antes que seja tarde

ÁSIA

- 36 Sri Lanka: A revolta estudantil
- 38 China-URSS: Reatando laços

DEMOGRAFIA

- 39 China: Um ou dois filhos?

SAÚDE

- 42 Transnacionais: Nestlé na lista negra

46 CARTAS

SUPLEMENTO BRASIL

Matéria de capa

- 48 Política: A Nova Direita
- 55 Cientistas: Ciência para o desenvolvimento
- 60 Comunicação: Globo: Líder para quê?
- 62 Ensino: Nova chance para a educação?
- 64 Panorama Nacional
- 68 Opinião: A morte de Sendic



O Sendero Luminoso é a maior dor-de-cabeça para Alan García, atropelado também pela economia em desordem

PERU

Acabar com o Sendero

O principal compromisso do primeiro-ministro peruano Luis Alberto Sánchez é o de combater o terrorismo. Ele assumiu o cargo, sucedendo Armando Villanueva, que renunciou em consequência do fracasso de seu plano para enfrentar a violência no país. O próprio presidente, Alan García, ao anunciar Sánchez, — de 88 anos, quase cego, muito respeitado, inclusive pela oposição — para o cargo, fez questão de garantir a todos os peruanos que agora "o governo está decidido a exterminar o terrorismo".

García declarou que Sánchez tem conhecimento suficiente para poder convocar, face às circunstâncias difíceis, que vive o país, os partidos políticos e o próprio povo, "para uma unidade

em torno de um tema fundamental: a luta contra a subversão, em todas as frentes, com todas as energias, e, em segundo lugar, para reativar a economia. Sánchez tem sabedoria e prestígio para isso". A nomeação de Sánchez, não significou grandes mudanças na equipe do governo, porque praticamente manteve-se a maior parte do gabinete nomeado por Villanueva.

Apesar disso, nos dias imediatos à posse do novo primeiro-ministro, os guerrilheiros do Sendero Luminoso explodiram torres de transmissão de energia elétrica, no município de Ancahs, deixando grande parte do litoral na escuridão. Também provocaram "apagões", na capital.

NICARÁGUA

Realocar "contras"

Durante a conferência internacional sobre refugiados centro-americanos, na cidade da Guatemala, a Nicarágua pediu ao governo norte-americano que financie a repatriação e realocação dos "contras" nicaraguenses, conforme permite o acordo regional. O chanceler nicaraguense Miguel D disse que, desta forma, os Estados Unidos apoiariam os esforços de paz e ajudariam a resolver o problema dos "contras".

Segundo o plano de ação discutido durante a conferência, são necessários 380 milhões de dólares para executar um projeto de três anos de duração, que vincula o problema dos refugiados ao desenvolvimento social e econômico da América Central. Atualmente existem cerca de dois milhões de refugiados no território centro-americano.

AMÉRICA LATINA

Perigo da imobilidade

O secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, anunciou ao Conselho de Segurança e à Assembleia Geral, que está impossibilitado de enviar à América Central a missão de observação para supervisionar o cumprimento dos acordos de paz da região. Pérez de Cuellar explicou que Honduras condicionou o envio da missão à retirada, pela

Nicarágua, de uma ação movida contra Honduras na Corte Internacional de Justiça.

O governo nicaraguense acusa Honduras de não desmobilizar "milhares de mercenários "contras", que ainda estão operando em seu território". Pérez de Cuellar disse que a condição imposta por Honduras, cujo cumprimento não tinha controle, impedia que prosseguisse com planos para a efetivação da missão, que requer continuidade e estabilidade para funcionar corretamente.

ÁFRICA DO SUL

Reformar para manter

Em setembro próximo, haverá eleições gerais na África do Sul e prevê-se que o presidente Peter Botha abandone o cargo, para dar lugar ao novo líder do Partido Nacional, F.W. De Klerk, membro da ala considerada reformista da agrupação racista que governa o país.

O ministro de assuntos constitucionais, Chris Heunis, divulgou recentemente o programa do partido governante para as eleições de setembro. "Estamos comprometidos com uma África do Sul democrática, para todo o povo", disse o ministro. "Queremos ver uma África do Sul que, depois de 300 anos de incompreensão, desconfiança e conflito, se desenvolva até chegar a ser uma sociedade plenamente democrática, onde a responsabilidade do governo seja compartilhada por todos". Sem dúvida, uma linguagem completamente nova, num



Mandela: símbolo da resistência

partido que implantou o *apartheid* e que ainda hoje, a custo de uma repressão generalizada, nega todos os direitos políticos à maioria negra.

A proposta dos reformistas sul-africanos inclui a formação de uma instituição legislativa, com a participação de todo o povo, e um executivo colegiado, com participação de todos os setores. Fala-se também o compromisso de dar proteção legal a todas as minorias que existem no país.

Os dirigentes políticos negros reagiram com cautela ante os novos ventos que sopram entre os ideólogos do *apartheid*. O diretor do jornal "City Press", Khulu Sibiyi, disse que a maioria negra do país "está cansada de ser marginalizada das decisões que as afetam diretamente. Somos capazes de votar e escolher a pessoa que consideramos hábil para dirigir o país".

Porta-vozes da proscriota Frente Democrática Unida-FDU e Congresso de Sindicatos Sul-africanos-Cosatu disseram que o mais urgente é que o governo negocie com os verdadeiros representantes da população negra.

"A África do Sul democrática, da qual fala o ministro Heunis, só pode ocorrer, quando nossos dirigentes

forem libertados das prisões, os exilados retornarem do exílio e se levantar a proibição ao funcionamento de todas as organizações políticas", sublinhou Lechesa Tsenoli, da FDU. "Primeiro, deve-se implantar um clima democrático, e depois, nossos líderes poderão negociar com o Partido Nacional a solução dos problemas políticos".

ÁFRICA

Ajuda aos refugiados

Uma delegação da Convenção de Lomé, integrada por delegados da Comunidade Econômica Europeia-CEE e dos países da África, do Caribe e do Pacífico que foram colônias europeias, visitou várias nações africanas, com o objetivo de informar seus governos sobre a situação dos refugiados e repatriados.

Os delegados visitaram o Sudão, Etiópia, Djibuti, Somália, Moçambique, Malawi, Zâmbia, Zimbábue e Angola. Neste último, de acordo com informações de Afonso

Van Dunem, coordenador das relações exteriores da Assembleia do Povo, o parlamento angolano, há atualmente 91 mil refugiados. Desses, 69 mil são de nacionalidade namibiana, 12 mil zairenses e 10 mil sul-africanos.

Os acordos de Lomé, assinados entre a CEE e as ex-colônias europeias na África, no Caribe e no Pacífico - os países ACP - para regular as relações bilaterais, têm um capítulo sobre a situação dos refugiados e repatriados. Esse capítulo concede ajuda, com caráter de urgência, para a solução dos problemas dos refugiados. Contempla também a realização, a longo prazo, de programas e projetos de ação, com vista à auto-suficiência de alimentos e à integração ou reintegração dos refugiados.

Já se formou um fundo especial de 300 milhões de dólares, dos quais 200 milhões destinam-se à ajuda de emergência e o resto a planos de longo prazo. Entre os destinatários da ajuda de emergência estão os refugiados da Namíbia, para cuja repatriação as autoridades angolanas solicitaram colaboração dos organismos internacionais.

MOÇAMBIQUE

O flagelo da fome

Pelo menos 25 mil moçambicanos estão vitimados pela fome no distrito de Chicualacula, em Gaza, ao sul de Moçambique.

Segundo o jornal "Notícias" de Maputo, o problema da fome em Chicualacula deve-se ao fim dos estoques de cereais nos armazéns do Departamento de Prevenção e Combate as Calamidades Naturais, à falta de chuva e ao fluxo de cidadãos libertados do controle da Renamo, organização de oposição armada apoiada pela África do Sul.

Um funcionário do Programa Mundial de Alimentação, que recentemente viajou para aquele distrito, prometeu às autoridades locais providenciar o envio urgente de 450 toneladas de milho, vindas do Zimbábue.

O jornal divulgou que, dos 25 mil moçambicanos, três mil foram repatriados do Zimbábue, estando outros sete mil aguardando idêntica medida.



Em Lizulu, no Malawi, refugiados moçambicanos se registram e buscam apoio, após fugir à guerra

SUDÃO

Mais ajuda do Unicef

O Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef está aumentando a assistência às vítimas da fome e seca no sul do Sudão. Como parte da operação "Linha Devida", foram despachados suprimentos de remédios suficientes para atender a mais de cem mil pessoas, durante três meses.

Um centro de distribuição de remédios foi também estabelecido no Quênia, na fronteira com o Sudão. O Unicef está fornecendo fundos para a reforma de um hospital que organizações não-governamentais estão realizando.

PALESTINA

Territórios ocupados

Depois de consultar o Conselho de Segurança sobre os territórios ocupados por Israel, o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, lastimou que não se tivesse adotado nenhuma ação sobre a situação na Cisjordânia Ocupada e na Faixa de Gaza. Ele esclareceu, no entanto, que o papel do Conselho é o de "pronunciar-se e declarar abertamente sua posição, quando ocorre uma situação séria, como esta, que acontece no Oriente Médio".

TIMOR-LESTE

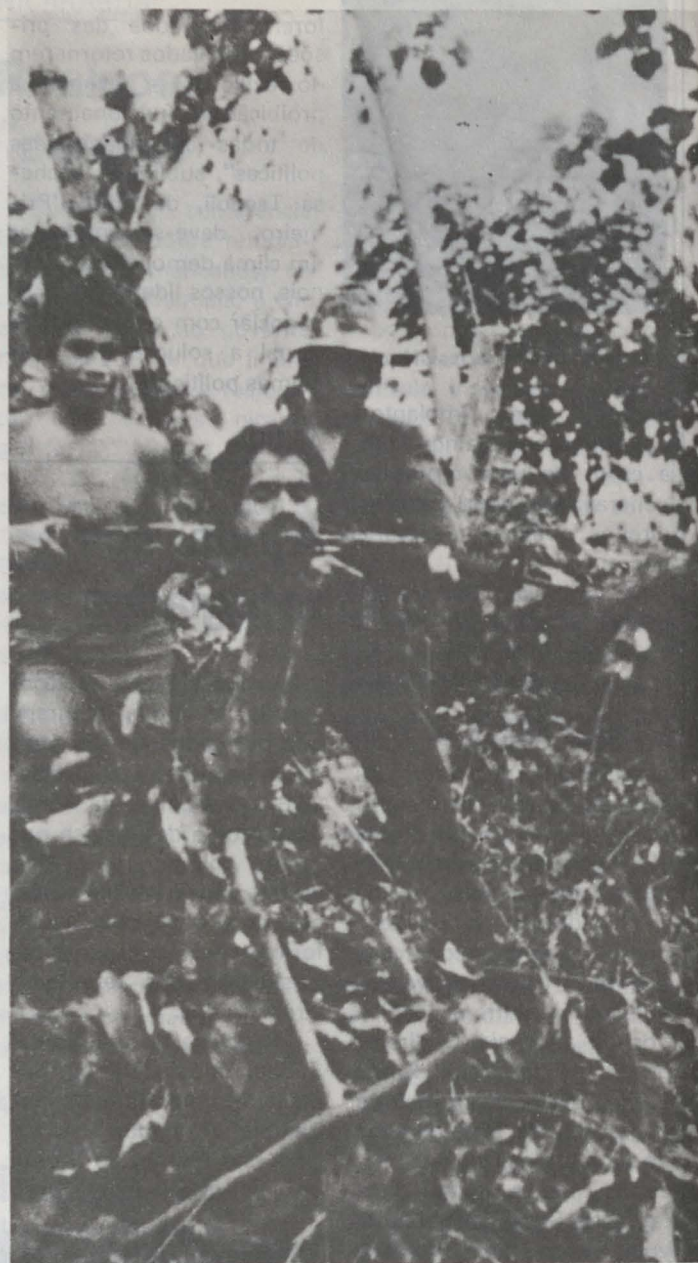
Repressão indonésia

As tropas indonésias estão aumentando a repressão em Timor-Leste, tentando desarticular a crescente ação das forças revolucionárias que buscam a independência. Segundo dados divulgados pela Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente-Fretilin, o exército de ocupação indonésio intensificou sua presença em Zumalai, no norte; Hatudo, Ainaro, Same, Faturbeliu e Barique, no centro; Viqueque, Baucau e Los Palos, no leste. São 32 batalhões, que contam com apoio aéreo, artilharia pesada e tanques. Nas áreas costeiras, a marinha também participa das operações.

Em Baucau, Viqueque e Los Palos, a população está proibida de se deslocar a mais de dois quilômetros do perímetro urbano. Nas localidades de Maliana, Fatubessi, Bazartete, Ermera, Loes e Atsabe, as tropas queimaram diversas casas, sob a alegação de que seus ocupantes haviam ajudado a guerrilha. Em várias cidades, foram libertados estudantes suspeitos de ligações com a guerrilha, mas devem se apresentar, diariamente, às autoridades indonésias.

A Fretilin está manifestando sua apreensão com a programada visita do papa João Paulo II à Indonésia e a Timor-Leste, marcada para outubro e que sofre reparos do próprio clero timorense.

"Nossa apreensão está



Os indonésios recorrem até à decapitação contra a guerrilha

no fato de que os atos formais da visita representarão uma espécie de reconhecimento mundial para a ocupação militar e o genocídio praticado em Timor-Leste pela Indonésia", a começar pelo uso da língua indonésia. Além disso, o Vaticano aceitou, como local da principal cerimônia papal, a área de Taci Tolu, onde se locali-

zam vários batalhões de ocupação e onde são torturados e mortos os timorenses que lutam pela independência.

A Fretilin denuncia, ainda, pressões indonésias sobre o administrador apostólico de Timor-Leste, d. Felipe Belo, que, recentemente, se pronunciou a favor da independência do país.

CHINA

A juventude da reforma

Dez anos de reformas na economia e de abertura ao exterior produziram na China alguns fenômenos: uma inflação considerada preocupante e um instante de confronto entre setores do Partido Comunista, tendo eco nas ruas, através de crescentes manifestações pelo aprofundamento das mudanças. Como em outras ocasiões, os estudantes foram a vanguarda dos protestos, ocupando por mais de um mês a Praça da Paz Celestial, desde a morte, no final de abril, do ex-secretário do partido, Hu Yaobang, um reformista que já fora refreado em 1987, quando perdeu o cargo.

A mobilização de maio, uma primavera de escalada política em Pequim, repercutiu no mundo inteiro, pela maneira como se deu a dissolução do movimento, no início de junho: através do exército, numa ação cruenta, que resultou em 300 mortes, segundo Pequim, ou mais de 3 mil, segundo a CIA norte-americana.

Uma semana após, Pequim anunciou a prisão de 400 pessoas, consideradas instigadoras do movimento, cujo objetivo seria abalar o regime chinês. O governo chegou a insinuar manipulação norte-americana, ao acusar, ainda em abril, que chineses radicados nos Estados Unidos estariam manobrando os estudantes. Ao mesmo tempo, reapareceu Deng Xiaoping, o líder pós-Mao impulsor das re-



Por mais de um mês, jovens chineses pressionaram um lado do regime, exigindo maiores reformas

formas. Deng solidarizou-se com o governo do primeiro-ministro Li Peng, que estava a seu lado, juntamente com o presidente Yang Shangkun. Deng elogiou a repressão aos protestos, definindo, afinal, sua posição no delicado momento do país e afastando as insinuações de que a liderança chinesa estaria dividida e em crise.

Os acontecimentos da Praça da Paz Celestial poderão determinar algumas mudanças na condução das reformas em curso no país, provavelmente influenciando em sua velocidade, como já se definira, aliás, no começo do ano, quando se tornou vencedora, na Assembleia do Povo, a proposta do primeiro-ministro Li Peng. Li propôs e viu aprovadas mo-

dificações, destinadas a evitar os perigos provocados pela crescente inflação, um fenômeno da era das reformas econômicas. No ano passado, a inflação chinesa chegou a 38%, determinando a adoção de uma nova política de controle de preços desde o início do ano.

Um efeito da crise, porém, já se tornou patente: Deng Xiaoping deixou de ser, para os meios de comunicação ocidentais, o simpático velhinho que modernizava a China e transformou-se num linha-dura antipático e violento. Segundo as agências internacionais, um diplomata ocidental teria comentado que Deng "estive por trás da repressão", enquanto outro afirmava que "Deng, na verdade, não

tolera críticas", expressando uma surpreendente avaliação sobre o líder do período pós-Mao, até então sempre festejado como o homem da abertura.

O regime chegou a expulsar dois jornalistas norte-americanos, Alan Pessin, da Voz da América (o sistema de propaganda radiofônica dos Estados Unidos), e John Pomfret, da agência Associated Press-AP. E enquanto apontava a necessidade de salvar o regime socialista, o governo chinês buscava pelo país duas dezenas de estudantes, considerados líderes dos protestos.

Certamente, muitas coisas virão ainda à tona, a respeito dos dramáticos acontecimentos de junho na China.



A bomba é a mais agressiva forma de poluição

MEIO AMBIENTE

Pesquisa aponta problemas

O instituto para análise econômica da Universidade de Nova Iorque vai realizar estudo de "input-output" da economia mundial. O objetivo desse novo estudo é identificar e avaliar estratégias economicamente viáveis para um desenvolvimento que preserve o meio ambiente.

Segundo informações da ONU, que encomendou a pesquisa, serão examinadas formas alternativas para melhorar o padrão de vida nos próximos 50 anos, especialmente nos países em desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, lidar com os problemas ambientais locais e globais, como a chuva ácida, mudanças climáticas e destruição da camada de ozônio.

O estudo vai permitir projetar as quantidades e a distribuição geográfica das emissões poluentes, de

acordo com alternativas econômicas, demográficas e tecnológicas para o futuro. Será possível também identificar as estratégias de escolha de combustível e tecnologias para produção de energia elétrica que sejam mais adequadas às diferentes regiões do globo. O estudo vai permitir ainda uma avaliação dos custos sociais e econômicos que cada escolha acarretará.

A pesquisa, a ser realizada em três anos, será financiada em parte por uma contribuição de 370 mil dólares do governo norueguês e outra contribuição, no mesmo valor, do governo holandês. Além disso, o departamento para assuntos sociais e econômicos internacionais da ONU vai tentar conseguir, com governos e organizações, contribuições no valor de 2,5 milhões de dólares.

BANCOS

Em todo o globo

Um relatório, recentemente lançado pela comissão da ONU sobre empresas transnacionais, mostra que os 100 principais bancos têm mais de 4.600 agências espalhadas em todo o mundo. Desses bancos, 26 são japoneses, 15 norte-americanos, 11 da Alemanha Ocidental, 9 franceses e 5 britânicos.

O estudo do centro da ONU sobre empresas transnacionais indica que, apesar do crescimento do mercado financeiro internacional, as redes de escritórios, agências e subsidiárias das corporações transnacionais não aumentaram muito na década de 80. Entre 1980 e 1985, a maior parte das 147 entidades criadas pelos 100 maiores bancos está nos países industrializados. Nos países em desenvolvimento (fora a China), o número de entidades criadas chegou a diminuir.

Mas, os estudos mostram também que, em países como a Argentina, o Chile e o Brasil, houve uma penetra-

ção, classificada entre moderada e significativa, de operações dos bancos transnacionais nos negócios locais.

IRÃ

Depois de Khomeini

O sucessor do aiatolá Khomeini, que morreu em junho, é Ali Khamenei, 49 anos. Ele conta com amplo apoio de todo o poder iraniano, desde o primeiro-ministro Hussein Mussavi, que lhe jurou fidelidade, aos teólogos de Qom, o principal centro religioso do país, além do filho e outros familiares de Khomeini e do Conselho de Guardiães da Revolução. Não se espera que ocorra, de imediato, qualquer luta interna pelo poder, pois Khomeini deverá servir de referencial político ainda por muito tempo.

O enterro de Khomeini, transformou-se numa das maiores manifestações populares do mundo. Calculada em dez milhões de pessoas, a multidão, histérica, chegou a tomar, por instantes, o corpo de Khomeini.



A sede do Bank of America, em Nova Iorque

O fardo de Menem

O recém-empossado presidente da Argentina inicia seu mandato de forma inusitada, antes do prazo constitucional, numa indicação da gravidade da situação do país

Antes que se completasse um mês da eleição do peronista Carlos Menem, as pressões econômicas, políticas e sociais já determinavam, no início de junho, a conveniência — mais do que isso, a necessidade — de que a passagem do poder ocorresse antes de dezembro, a data prevista pela Constituição.

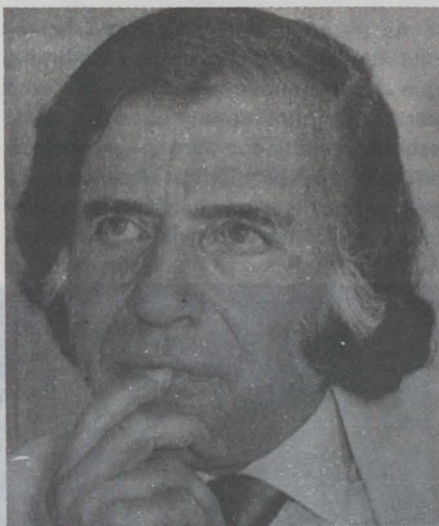
Três semanas após o pleito, Menem já conferenciara longamente, por diversas vezes, com o presidente Raul Alfonsín, enquanto a economia argentina se dolarizara inteiramente, a hiperinflação ganhara aceleração (a inflação alcançou 75% em maio, e previa-se que chegará a 100% em junho), e — o pior de tudo — saques a supermercados e outros atos de desespero popular, e também de vandalismo, tinham acontecido na Grande Buenos Aires e em cidades do interior, como Rosário.

Emergência

Desenhava-se uma situação de descontrole, tanto mais perigosa, quanto estimulada pelo fator sucessão: uma constitucionalmente longa agonia do governo Alfonsín, de sete meses.

Os constitucionalistas argentinos definiram, em junho, um meio de abreviar a passagem do poder, estabelecendo-se, por fim, a data de 8 de julho, depois de se descartar o mês de agosto, inicialmente previsto, por se julgar que até lá a situação do país poderia ter-se deteriorado de forma irreversível.

O peronismo, que estava impaciente para tomar o governo nas mãos, inicia agora a administração, obrigado a responder com máxima eficiência aos desafios e a ser apontado, por todos os lados, como o responsável final pelo que vier a acontecer. Chegou a hora da "Revolução Produtiva", que pretende



A Menem cabe a tarefa de recuperar economia

recuperar a Argentina, segundo o projeto de Menem.

Pragmatismo

Os primeiros passos já foram considerados politicamente ousados: Menem surpreendeu, ao nomear para a Economia o empresário Miguel Roig, ligado à única transnacional de origem argentina, a firma Bunge y Born. Mais que uma manobra política, capaz de abrir as portas do empresariado à convivência com o governo peronista, a nomeação de um alto empresário define uma linha da futura administração: um sentido de pragmatismo impulsionado pelas dramáticas condições do país. Pela primeira vez, o peronismo poderá governar numa espécie de frente informal, o que resultará pelo menos em alguma tranquilidade política para a tarefa da recuperação econômica.

Neste sentido, merece destaque a promessa da União Cívica Radical de prestar apoio legislativo a Menem até

dezembro, quando assume o novo congresso argentino, onde o peronismo terá maioria.

Reaquecimento

O novo ministro da Economia, Miguel Roig, já esboçou algumas linhas gerais de atuação, que visam a dar o primeiro ataque à crise. O objetivo é basicamente um: retomar a produção, isto é, aquecer a economia. Neste sentido, as primeiras medidas visam a eliminar a desconfiança do capital externo, através de nova lei de investimentos estrangeiros, que ajudará ainda a estancar a hemorragia de capitais para fora do país; e a adoção de nova política cambial, capaz de reforçar a exportação e a arrecadação governamental, enquanto dificulta as importações.

Outra política imediata é a de elevar o nível de consumo dos argentinos, basicamente através da aplicação de uma nova lei salarial, capaz de recompor o poder de compra, principalmente das camadas mais desfavorecidas, submetidas há tempos a um salário mínimo em torno de 40 dólares mensais.

Este ponto é considerado vital para a política de recuperação econômica do país.

Resta ver se o patronato argentino estará mais sensível ao drama que se desenrola nas ruas e que já chegou a suas fábricas e negócios. Se uma política de recomposição salarial fôr avante, estará dando fruto a escolha de Roig para a Economia. E a batalha social poderá começar a ser vencida, o que já será um extraordinário avanço, mas não ainda o fim da guerra de muitas outras frentes e complicadores em que submergiu a Argentina.

Procópio Mineiro

Em sobressalto

A desorganização da economia argentina atinge níveis próximos do descontrole total, quando o processo político do país acena com a normalização da vida institucional

Eugênio Viola

Fazer compras, por preços certamente abaixo do custo de produção, e jantar em bons restaurantes, por preços além de acessíveis podem ser motivo de satisfação para certos turistas. Mas, caso se preste apenas um pouco de atenção à aparente bonança que goza o visitante – principalmente o brasileiro – em terras argentinas, atualmente, percebe-se o primeiro sinal de que o país vive uma crise sem precedentes em sua história. Chega a causar angústia o estado de desolação em que se encontra o povo argentino neste momento. Do estudante ao motorista de táxi, o descrédito em relação a um quadro mais favorável é total.

Mesmo os não-peronistas torciam, para que o candidato da Frente Justicialista, Carlos Menem, obtivesse logo a maioria dos votos, ainda no primeiro turno (caso não conseguisse, a decisão seria postergada para um colégio eleitoral, que teria que se reunir até o dia 10 de agosto), para que a economia se estabilizasse. Menem se elegeu no dia 14 de maio com ampla margem sobre o candidato da União Cívica Radical, Eduardo Angeloz. Mas, paradoxalmente, a situação se agravou. E, motivo de satisfação para os especuladores, e de desespero para a população, o dólar – que adquiriu a função de único indexador da economia – teve sua cotação valorizada em mais de cem por cento, em apenas três dias, após o escrutínio.

Os Oito

O país afundava. Ia por água abaixo a última esperança de conter o processo inflacionário.

As tramóias do Grupo dos Oito (as oito famílias mais ricas da Argentina, que atuam quase como um governo paralelo), eram comentadas em cada esquina de Buenos Aires. Assegurava-se que a especulação, desencadeada pelo grupo, era uma espécie de retaliação por não ter sido avisada, antecipa-



A crise tornou aguda a carestia para o argentino

damente, das mudanças na política cambial, quando do anúncio do Plano Primavera.

Insegurança

Sexta potência da economia mundial após as duas grandes guerras, a Argentina passou por uma situação de verdadeira fatura, quando Perón e Evita governaram o país em condições absolu-

tamente favoráveis. Agora, o mito de Perón veio à tona e se corporificou nos milhões de votos que elegeram o candidato justicialista, Carlos Menem.

Apesar das rebeliões – totalmente controladas pelo governo Alfonsín –, os militares amargam ainda o ônus da derrota da Guerra das Malvinas e da repressão durante a ditadura. Não se manifestam. Não se vê na televisão, não se lê nos jornais, nem se ouve no rádio, qualquer pronunciamento das forças armadas. Os “carapintadas” parecem ter aceito – talvez por força das circunstâncias – o processo democrático, constitucional. A expectativa e ansiedade popular não é quanto à possibilidade de um golpe de Estado por parte dos militares, mas sim pela total falta de controle sobre o setor econômico demonstrado pelo governo Alfonsín, que, naquele momento, ainda tinha por limite da administração a data de 10 de dezembro.

Aprendizado da crise

Respira-se insegurança, do pequeno ao grande empresário, da dona-de-casa ao estudante. Ninguém afirma, todos duvidam. Para a crise estrutural por que passa a Argentina – e que obviamente não pode ser analisada isoladamente da crise que atinge a América Latina – nem “el brujo”, o conselheiro peronista Lopez Rega, que morreu no início de junho, teria qualquer fórmula mágica.

O desafio de Carlos Menem é alcançar uma saída para a crise argentina, em meio ao clima de incerteza que se espalhou por toda a nação.

Apenas a defesa de uma nova ordem econômica internacional vem ganhando corpo, nas discussões dos mais humildes aos mais intelectualizados. É o lado positivo de qualquer crise: a conscientização.

* O jornalista carioca Eugênio Viola visitou a Argentina no período eleitoral.

O avanço do Mir

Quase a metade do povo boliviano não se sente representada pelos dois maiores partidos do país, o MNR e a ADN. Na oposição, o MIR-Nova Maioria surge como força que pode aglutinar o eleitorado insatisfeito com a proposta dos setores dominantes

Beatriz Bissio

Na eleição de 7 de maio houve uma dispersão do voto, não permitindo a nenhum partido obter uma vitória nítida. Nesse contexto, o crescimento do Movimento de Esquerda Revolucionária-MIR e sua aliança Nova Maioria é um dos fatos mais significativos. As bancadas parlamentares do Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR e a Ação Democrática Nacionalista-ADN foram reduzidas, enquanto que o MIR triplicou a sua, em relação à última eleição de 1985 (ver, a propósito, **terceiro mundo**, edição nº 121), convertendo-se em força eleitoral decisiva, a nível nacional.

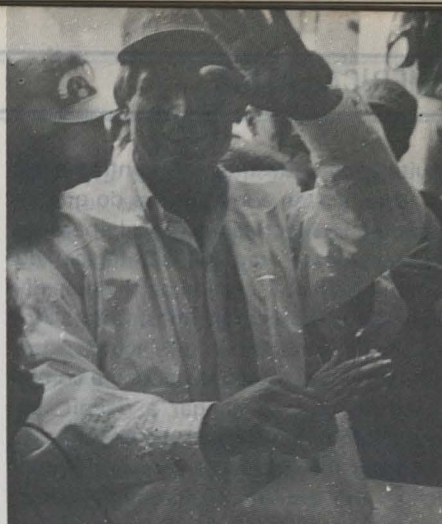
O candidato do MIR à presidência, Jaime Paz Zamora¹, afirmou que as eleições mostram "uma mudança total" na política boliviana. "Com esse pleito, se despediram os dirigentes dos anos 40". De fato, excetuando-se a candidatura do general Bánzer, as demais significaram uma renovação do cenário político. Inclusive a do MNR, que, pela

Os partidos brigaram pelos votos até nos muros das cidades



primeira vez, não contou com seus líderes históricos, Siles Suazo e Paz Estenssoro, e apresentou o ex-ministro da Economia, Gonzalo Sánchez de Lozada. Em entrevista com correspondentes estrangeiros, que cobriam as eleições Jaime Paz explicou como o MIR analisa a questão geopolítica boliviana.

Em relação ao Chile — país com o qual a Bolívia mantém suas relações diplomáticas congeladas a nível de "en-carregados de negócios", desde que fracassaram todas as negociações sobre a questão da saída ao mar — o dirigente do MIR estima que o processo de redemocratização, em curso naquele país, "pode permitir esperar uma melhora nas relações bilaterais". Mas, advertiu que "há questões nacionais que estão acima dos governos". Recorde-se que nem sequer na época de Salvador Allende foi possível encontrar uma saída negociada para o problema do isolamento territorial boliviano. "Devemos caminhar para um novo conceito de soberania nacional", afirmou Paz. Depois de recordar que a Bolívia perdeu território "em todas as suas fronteiras", ele explicou que para o MIR, "reivindicar



Paz Zamora: "criar um grande mercado"

a recuperação da condição de país marítimo, que tínhamos quando a República foi proclamada, significa voltar a ter essa característica: recuperar o acesso ao mar. Não se trata de uma questão territorial. Essa é uma diferença de conceito importante".²

"É uma realidade dos dias atuais — destaca — que a Bolívia vive mais voltada para o Brasil e Argentina do que para a bacia do Pacífico. Esse fato reflete uma vocação da Bolívia para a integração econômica com esses países e com a Bacia do Prata em geral, que temos que incentivar. Devemos integrar a Bolívia em seu contexto natural. O Brasil pode ser o grande mercado intermediário de produtos bolivianos. A Europa consome a noz boliviana, mas aparece como noz brasileira. Entre o Brasil e a Bolívia há uma fronteira aberta de 3.000 quilômetros. Estamos condenados pela geografia a nos integrar. É necessário, por exemplo, criar um grande mercado de gás que vincule o Brasil com a Argentina, Uruguai e Bolívia. Podemos vender gás ao Brasil através do gasoduto da Argentina, criando um grande mercado energético".

Paz Zamora entende que esse tema está muito ligado à dívida externa. "Nossa dívida externa — 3,907 bilhões de dólares — é pequena, se comparada a outros países da América Latina. É

¹ Jaime Paz nasceu em abril de 1939, em Cochabamba. Filho de um general herói da guerra do Chaco, estudou em Lovaina, Bélgica, onde se formou, em 1969, em Relações Internacionais. De volta à Bolívia, funda o MIR, clandestinamente, durante a ditadura de Bánzer. Preso em 1974, em 1978 é eleito senador pela UDP e vice-presidente da República, em 1979.

² A Bolívia perdeu, durante a sua Independência, 1.250.000km² de seu território original. Perdeu o Alto Peru entre seus cinco vizinhos: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Peru. Hoje tem 1.098.581km².

muito menos do que a Argentina paga de juros a cada ano e menos do que os Estados Unidos dão a Israel, para se manter nessa região estratégica do Oriente Médio. E grande parte dessa dívida é com nossos vizinhos. Com a Argentina se chegou a um acordo, que estabelece um desconto anual, e com o Brasil se poderia chegar a definir um mecanismo, de forma que o dinheiro pago em função da dívida seja destinado a um fundo de desenvolvimento fronteiriço, que beneficie ambas as nações. Por outro lado, é necessário que o Congresso promulgue uma lei, determinando que o único endividamento possível, a partir de agora, é aquele necessário para gerar recursos que contribuam para o desenvolvimento do país, sem o qual não poderemos pagar a dívida que se contrair. Endividar-se sem ter como pagar, de forma irresponsável, isso nunca mais".

Cabeça a cabeça

Os números finais do pleito boliviano foram divulgados, oficialmente, nos últimos dias de maio, confirmando o que se evidenciara desde a abertura da primeira urna: um virtual empate entre os dois principais candidatos, o governista Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, e o ex-ditador, general Hugo Banzer, da ADN, seguidos de perto pelo esquerdista Jaime Paz Zamora, do MIR.

Os números finais da Corte Nacional Eleitoral apontaram: MNR - 22,98%; ADN - 22,61%; MIR - 19,56%; Condepa - 10,98%; IU - 7,18%; PS-1 - 2,52%. As demais agrupações políticas conseguiram números abaixo de 1,5%: MRTKL (1,45%), Fulka (1,04%) e Min (0,61%).

O parlamento

No legislativo nacional boliviano, o Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR, de Sánchez de Lozada, obteve 49 cadeiras, enquanto a Ação Democrática Nacionalista-ADN ficou com 46.

Ao MIR couberam 41 cadeiras, a Consciência da Pátria-Condepa ficou com 11 parlamentares e a Esquerda Unida-IU, com 10. As demais agrupações não terão representantes no parlamento.

Um perfil pragmático

Um dos postulantes com maior possibilidade de ser designado pelo Congresso como próximo presidente da Bolívia é Gonzalo Sánchez de Lozada, Goni, de 59 anos, do Movimento Nacionalista Revolucionário-MNR. É o mais controvertido dos candidatos, apelidado também de Gringo, por seu forte sotaque inglês. Goni viveu 21 anos nos EUA, junto com seu pai, Enrique Sánchez, que tinha sido designado pelo presidente Gualberto Villaroel, nos anos 40, para uma missão confidencial: conseguir o reconhecimento do governo norte-americano.

Segundo o jornalista Augusto Céspedes, em seu livro "O presidente pendurado" (aludindo ao trágico fim de Villaroel) - citado no diário "Presença", vinculado à igreja boliviana, num artigo publicado no dia da eleição - Enrique Sánchez traiu a confiança depositada nele, e pouco depois aceitou um cargo como assessor de Nelson Rockefeller.

O empresário

Sánchez de Lozada é hoje um dos homens mais poderosos da Bolívia, por sua participação majoritária na Companhia Mineradora do Sul-Comsur, associada à South American Places, que tem negócios em outros países sul-americanos e controla boa parte da mineração privada boliviana. Suas iniciativas, na Bolívia, quando regressou dos Estados Unidos aos 23 anos, depois de se formar em Filosofia e Letras na Universidade de Chicago, foram numa atividade marcadamente diferente: gerente da Telecine, uma produtora de comerciais e documentários.

Em 1971, ano em que Bánzer assumiu o poder num sangrento golpe de Estado e muitos compatriotas seus tiveram que exilar-se, Sánchez de Lozada ocupava a presidência do Banco Industrial-Bisa. Em 1979, obteve um cargo de deputado pelo MNR, mas sua atuação não teve maiores repercussões nos meios políticos. Em 1980, durante o



"Goni": não ao governo de coalizão

golpe de García Meza, assumiu a presidência da Câmara de Comércio Boliviano-Americana, que exerceu até 1984.

O sotaque de Gringo e seus escassos antecedentes na vida partidária não lhe trouxeram grandes simpatias no seio do MNR. Por isso, foi um verdadeiro terremoto sua vitória na convenção do MNR, de setembro de 1988, contra todas as pressões, derrotando o ex-chanceler Guillermo Bedregal e um líder de tradição partidária como Nuflo Chávez. A reversão da convenção a seu favor foi possível, graças ao decisivo apoio do presidente Paz Estenssoro e, segundo seus adversários, a uma adequada utilização de seus vultosos recursos financeiros.

Como ministro do Planejamento (antes tinha sido senador por Cochabamba e presidente do Senado), Sánchez de Lozada teve um papel destacado na gestão do presidente Paz Estenssoro, e foi o braço executor de sua política política econômica.

Consultado por terceiro mundo sobre os acordos que o MNR poderia fazer no Congresso, para garantir sua eleição, Lozada definiu: "O MNR não é um partido, é um movimento. Às vezes somos um saco de gatos. Mas, temos a vantagem de tanto poder falar com a direita como com a esquerda". Descartou, porém, a possibilidade de formar um governo de coalizão.

Resgatando o ideário de Torres

A viúva do ex-presidente Juan José Torres chega ao parlamento, eleita deputada pelo MIR-Nova Maioria, e pretende defender as idéias que custaram a vida a seu marido

Quando o general Juan José Torres foi assassinado em seu exílio em Buenos Aires, em 1976, Emma Obleas de Torres, e seus quatro filhos pequenos foram tirados da Argentina, com apoio do governo mexicano. Começava para a ex-primeira dama da Bolívia, uma mulher doce, mas firme, uma nova e mais difícil etapa de um exílio que se prolongaria até 1980. Desde que voltou à Bolívia, com a redemocratização, Emma começou a participar intensamente da luta do povo, que não deixou cair as bandeiras da justiça social e do poder popular defendidas pelo general Torres. Em 1987, Emma foi eleita vereadora em La Paz, pelo MIR, e nas últimas eleições conquistou vaga na Câmara dos Deputados. Emma não deixou de lutar pelo esclarecimento do assassinato do general Torres. Por isto viajou a Buenos Aires, depois da posse do presidente Raul Alfonsín. Mas, nada conseguiu. Continua, porém, firme na posição de responsabilizar o general Hugo Banzer pelo trágico destino de seu marido. "Entre o general Banzer e minha família há um rio de sangue", afirmou em 1987, quando negou seu voto decisivo à

Ação Democrática Nacionalista-ADN para a prefeitura de La Paz e evitou, assim, a vitória do postulante banzerista.

Nesta entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, concedida em sua casa, no centro de La Paz, no dia seguinte ao pleito, Emma Torres relata alguns aspectos de sua relação com os quatro filhos e analisa o resultado dessas eleições, não só para seu país, mas para todo o continente.

A senhora foi eleita deputada por La Paz (encabeçava a lista do MIR) e tem uma conhecida trajetória como mulher, como mãe e como política. Como analisa a campanha eleitoral?

— Como mulher, como mãe e como esposa de um ex-presidente, que teve que lutar no exílio e depois voltar ao

país para continuar junto ao povo, eu diria que esta eleição foi muito positiva, não só para a Bolívia, mas também para todo o continente.

Os resultados eleitorais mostram um amplo predomínio de três forças, duas das quais promoviam o continuísmo econômico.

— Efetivamente, há um virtual empate das três forças. Mas, me dói muito a imprensa dizer que isto significa que a política econômica do MNR está aprovada. Isso não é assim. Porque uma das três forças melhor colocadas, o MIR-Nova Maioria, tem dito que é necessário modificar o decreto 21060 que, na minha opinião, tem significado a privatização de nosso país. No MIR, defendemos a estabilização da Bolívia, mas gerando emprego. Com a atual política, o governo abriu as fronteiras à importação e nossas pequenas fábricas estão fechando. A Bolívia está se transformando num mercado persa. Não há dúvida de que a maioria dos bolivianos quer uma mudança total na política econômica.

Como a senhora avalia, então, os resultados?

— Creio que a direita, muito habilmente, trabalhou, em sua campanha milionária na televisão, um falso argumento: que, se seus candidatos não fossem reeleitos, voltariam as filas, o desabastecimento, a fuga de capitais. Tenta-



Emma: a Bolívia precisa de mudanças, pois está se transformando num mercado persa

va colocar nosso povo diante da falsa alternativa de apoiar a direita ou renunciar à estabilidade. E nosso povo se desorientou.

Realmente, é admirável como manipularam os meios de comunicação que, naturalmente, não estavam à nossa disposição, quando se tratava de responder a essa propaganda.

Houve irregularidades na campanha?

— Diríamos que houve desigualdades. Nós não podíamos competir com essa propaganda, porque não tínhamos recursos. E, além disso, todos os recursos do Estado estiveram a serviço da campanha eleitoral do partido oficialista. Os próprios funcionários públicos foram pressionados com ameaças. Mas isto acontece em todos os países do mundo. Apesar de tudo isso, nosso povo votou, participou, lutou...

Considera satisfatório o desempenho do MIR?

— Se fizermos um balanço do que aconteceu em 1985, no mesmo período, o MIR-Nova Maioria é o partido que mais cresceu. Cresceu duas vezes e meia: dos 8,8% para 20%. Por outro lado, os partidos de direita estão estacionados e a ADN até baixou bastante.

O MIR mostrou que tem um grande eleitorado nas zonas do interior. Neste sentido, a esquerda da Bolívia parece ser diferente do resto da América Latina, em geral caracterizada por um discurso e uma proposta adequados às zonas urbanas e à classe média, mas inacessíveis à população do interior...

— Nas grandes cidades, entre a classe média alta, a oligarquia obteve melhores resultados que nós. Isto, em parte pelo manejo, como dissemos, dos meios de comunicação. Mas, por outro lado, nas províncias, o desempenho dos candidatos do MIR foi a grande novidade.

Como foi feita a campanha do MIR?

— Em certa medida, a campanha se fez em avião. A maior parte fizemos por caminhos que não são caminhos, à beira de precipícios, em viagens muito arriscadas. Como esposa do general Torres, eu já havia percorrido todo o

país, mas não tão detidamente como agora na campanha eleitoral, quando acompanhei o nosso candidato à presidência, Jaime Paz Zamora, por todo o interior.

Creio que o mais urgente na Bolívia é dar atenção às comunicações, para logo eletrificar todo o país. Parece mentira que, estando já quase com um pé no século XXI, com tantos governos que tivemos, nunca tenha havido interesse em integrar o país pelas comunicações, nem sequer durante o auge do estanho. É justamente nas regiões mais isoladas que se produzem os melhores críticos, por exemplo. Mas, não se pode comercializar, porque não há estradas, e as que existem são perigosas e inseguras. A produção não pode transitar por ali.

O fato do MIR ter visitado tantas vezes todo o interior do país e ter postulado a presidência para um homem jovem, com credibilidade e disposto a lutar por eles, gerou uma grande confiança entre os camponeses.

Onde é mais forte o MIR no interior? Nas áreas onde se fez a reforma agrária de 52, por exemplo, ou nas zonas que nunca foram beneficiadas pelas transformações da gestão do MNR?

— Antes, podia se dizer que, por causa da reforma agrária, os camponeses eram do MNR. Isso já não existe e estas eleições o demonstram. O MIR ganhou nas áreas que eram a base eleitoral do MNR. Os camponeses beneficiários da reforma de 1952 agora só tem pequenas parcelas que formam um verdadeiro minifúndio e não têm meios para sobreviver.

Uma boa política agrária deveria dar a estes camponeses os instrumentos e recursos para poder produzir. Este problema vai ser matéria de nosso trabalho parlamentar.

Confia no peso político que possa ter a



É expressiva a participação feminina no trabalho

próxima legislatura?

— Sim, o MIR conseguiu uma presença no parlamento que o transformou no eixo de toda negociação. Nada poderá ser aprovado sem nossa participação.

O legado de Torres

Ao viajar por regiões tão isoladas, sentiu que há uma memória, no país, do legado do presidente Juan José Torres?

— Sim. Apesar dos anos que se passaram, pode-se dizer que as bandeiras de Torres estão presentes em nosso povo. Em todas as partes encontrei carinho pelo general Torres. Houve gente que chorava, recordando-o, porque ele atendeu a todos os setores. Não há quem não o lembre: os ex-combatentes, porque lhes deu uma pensão vitalícia; os professores, porque, como eles mesmos me disseram, "o orçamento mais alto para a educação foi concedido na época de Torres". E o povo do campo que dizia que o general Torres havia posto as forças armadas a serviço do país.

O exército construiu escolas, durante a época de Torres. Os camponeses me mostravam as escolas construídas nesta época. Isso me impressionou muito e me obriga a continuar na luta. A unidade do povo boliviano — como ele dizia, "a unidade dos operários, camponeses, militares patriotas, intelectuais e profissionais" — foi a primeira e última mensagem que Torres deixou.

A senhora se integrou ao MIR-Nova

Maioria por considerar que é o agrupamento político que melhor representa o ideário do general Torres?

— Foi em nome da unidade defendida por Torres que assinei um acordo político com o MIR-Nova Maioria. Porque essa organização conseguiu, realmente, formar uma *nova maioria*, chamando todos os patriotas a unir forças para enfrentar a oligarquia. Eu me senti chamada por essa unidade, como a que Torres havia sonhado.

Mas o MIR-Nova Maioria não aglutinou toda a esquerda.

— O MIR conseguiu uma unidade bastante importante com a maior parte das forças políticas de esquerda. Se ainda não se conseguiu a unidade de todas as forças progressistas, é devido ao que eu chamo de "doença" da esquerda — que não é só da Bolívia, mas que se dá em toda a América Latina — em função da qual a esquerda se atomiza e perde força eleitoral. É indiscutível que, se nessas eleições houvéssimos conseguido unir todas as forças da esquerda, teríamos derrotado a oligarquia.

É o caminho que teremos que percorrer mais adiante, porque os partidos de esquerda, isoladamente, não serão capazes de ganhar eleições.

Vamos falar um pouco da sua campanha eleitoral. A quem se dirigia principalmente? Como trabalhou?

— Particpei nas grandes concentrações e nas pequenas. Inclusive trabalhei de porta em porta. Não em La Paz, mas em Tarija. Era um trabalho que fazíamos à noite, e chamamos "rastrillaje". Iam alguns candidatos e militantes, de porta em porta, deixando propaganda, conversando com as pessoas. Também participei de palestras em clubes, centros de mães, onde participavam 80, 100, 200 mulheres. Minha mensagem era a de Torres, ligada à de Jaime Paz Zamora. Também a mensagem da mulher: sempre defendi a idéia de que a mulher tem que ser protagonista da história de nosso país. Temos lutado desde a guerra de independência e, neste momento, devemos também lutar, porque a mulher é um ator vital na Bolívia. Somos mais de 50% da população. Somos a maioria no MIR, onde



Torres: idéias que ficaram

éramos trinta mulheres candidatas. E isso já é um avanço.

Eu reivindiquei que, se o MIR-Nova Maioria chegasse ao governo, teria prioritariamente que liberar a mulher. Como liberá-la? Dando mais creches. O MIR já construiu creches, sem estar no governo nacional. A liberação da mulher passa por aí. Quando a mulher tem segurança que seu filho está atendido, não lhe importa desenvolver uma dupla jornada, dedicando-se à militância político-partidária.

O MIR prega maior atenção do binômio mãe-filho. Explique-nos qual é essa reivindicação.

— Incluímos no programa do MIR o problema do binômio mãe-filho. Necessitamos de uma lei que garanta os benefícios sociais da mulher e uma lei de segurança social. Na verdade, temos que revisar a legislação, porque nossas leis sociais são muito avançadas, mas não são cumpridas. Na questão do divórcio, por exemplo, sempre a mulher sai mal, porque o juiz é homem e se cria uma relação de proteção para o marido. A mulher é assim privada de direitos que estão assegurados na Constituição.

Há um fato que surpreendeu, pelo menos fora da Bolívia, que foi a vitória, em La Paz, de uma força nova: Consciência de Pátria-Condepa. O que significa essa votação?

— Trata-se de um fenômeno local da cidade de La Paz. O principal dirigente do Condepa é Carlos Palenque, um conhecido locutor de rádio e televisão. Esses eleitores se sentiram atendidos em suas demandas pela mensagem do Condepa. Alguém que perdia um filho, ou uma mulher que ficava viúva, recebia assistência do radialista, que lhe entregava o caixão, ou, em outros casos, po-

dia conseguir um par de óculos para quem necessitasse. Este tipo de tratamento assistencialista, imediatista, causou um impacto favorável a esse setor marginal, ao qual não chegam os grandes nem os pequenos partidos, porque não têm possibilidade.

Para quem vive na mais extrema marginalidade, sem meios de comunicação, nem casa, sentir que alguém o escuta, o convida a um programa de televisão, é algo muito importante.

Palenque os atende pessoalmente e resolve alguns problemas imediatos que mais lhes preocupam. As pessoas se sentem dignificadas, numa sociedade que os marginaliza, governada por uma oligarquia.

No Condepa, há militantes realmente patriotas, há ex-colaboradores do general Torres, gente que esteve exilada, ou acadêmicos como o decano da faculdade de sociologia. Ao trabalho clientelista que tem feito Palenque, esses políticos dão um conteúdo e uma mensagem de defesa de nossos recursos naturais. Essa é a mensagem que leva ao Condepa, por exemplo, o deputado Andrés Solís, que foi assessor de imprensa do general Torres.

Agora começa uma etapa de negociações muito árduas no parlamento. Como a senhora vê seu próprio papel nesta negociação?

— Nossa estratégia de negociação será estabelecida entre todos os integrantes do bloco parlamentar do MIR-Nova Maioria. O que eu posso assegurar é que, de nenhuma maneira, nós votaremos para presidente no ex-ditador Hugo Banzer. Isso está descartado. O MIR é um partido jovem que nasceu justamente na luta contra a ditadura de Banzer, a qual assassinou dirigentes, assassinou o general Torres. Por isso, Banzer não será presidente da Bolívia com nosso voto.

O diálogo com o outro partido, o MNR, é o que veremos. Gostaríamos de que o MIR, com o Condepa e outras forças de esquerda, houvesse chegado ao governo. Mas, dificilmente haverá forças suficientes no parlamento para isto. Seriam necessários 79 parlamentares, dos 152, e não os temos. •

Beatriz Bissio



Algumas atitudes do governo de Salinas de Gortari mostram uma tendência à submissão em relação à administração Bush que não agrada ao temperamento nacionalista do povo mexicano

Héctor Ramos

O que é bom para o governo dos Estados Unidos e os bancos internacionais não o é necessariamente bom para o México. Na história deste país, talvez nenhum outro governo, à exceção do regime de Porfirio Díaz, tenha feito tanto esforço para conseguir com êxito o apoio dos Estados Unidos, como o que está fazendo a atual administração de Carlos Salinas de Gortari, ainda que seu governo negue. No entanto, o que é do gosto de Washington necessariamente não o é do povo mexicano, e talvez por isso o povo mexicano insiste em negá-lo.

A administração Bush, o Congresso e a imprensa norte-americana aplaudiram as medidas tomadas por Salinas de Gortari em seus escassos meses de governo. Quais são essas medidas recomendadas pelos Estados Unidos, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que estão sendo aplicadas por Salinas de Gortari para obter o can-

Integração ou subordinação?



Gortari (à esq.) aprofunda processo de desnacionalização econômica iniciado pelo antecessor

celamento de parte da dívida e a liberação de novos créditos?

As principais decisões são cinco. A primeira é maior abertura do país ao investimento estrangeiro e ao comércio. O processo de liberalização econômica, com relação aos Estados Unidos, praticamente foi inaugurado por Miguel de la Madrid com a entrada do México no Gatt, a venda de empresas paraestatais e a autorização de investimento estrangeiro em empresas mexicanas, além dos 49% estipulados pelas leis do país. Salinas não fez mais do que ampliar e aprofundar este processo, ainda que seu governo negue.

"Se o discurso oficial rejeita a integração, a prática econômica diz o contrário", sublinha Alexandre Montoya, responsável da Área de Economia do

Centro de Estudos de Economia Nacional-Ceen. Por exemplo, 70% das exportações mexicanas se enviam aos Estados Unidos, e o México é o terceiro comprador de produtos norte-americanos.

Portanto, o problema não está em se o México se integra ou não com a economia dos Estados Unidos: o problema é como o faz. Até agora o México, mais do que se integrar, subordinou-se e aprofundou sua dependência em relação aos Estados Unidos. Uma integração que beneficie a ambos os países implicaria uma coordenação — não subordinação — de políticas de incentivos fiscais, monetários, comerciais e trabalhistas.

O segundo ponto elogiado por Washington refere-se ao controle da infla-

ção. A inflação foi controlada. Caiu de 150%, em 87, para 50%, em 88, e, para este ano, se espera que baixe a 20% ou 30%. No entanto, dentro dos planos do FMI e de Salinas, não é prioridade a recuperação da perda de poder aquisitivo do salário, que foi de mais de 50% no semestre passado. Para recuperar a confiança do povo, Salinas deveria repartir por igual os custos da crise assim como os benefícios do desenvolvimento.

O terceiro item é a luta contra as drogas e o narcotráfico. Em 23 de fevereiro deste ano, os Estados Unidos e o México assinaram um acordo de cooperação, nesse sentido. Exatamente no momento em que o Congresso norte-americano se reunia, para discutir se o México está cooperando apropriadamente ou não com os Estados Unidos na luta contra as drogas, o governo de Salinas de Gortari deteve e prendeu Félix Gallardo e vários cúmplices, considerados como os czars do narcotráfico. Ainda que, no México, ninguém se oponha à luta contra o tráfico de drogas, nem à cooperação com os Estados Unidos nesse sentido, os funcionários mexicanos encarregados do assunto negam com veemência que muitas das medidas adotadas tenham sido fruto das pressões de Washington. "A Procuradoria Geral da República não obedece a pressões externas de nenhum tipo", assinalou Coello Trejo, subprocurador para assuntos de narcotráfico.

Há ainda o combate à corrupção. Como prova de suas intenções para frear a corrupção, Salinas prendeu e levou a juízo Hernández Galicia, Quina, que controlava o sindicato petroleiro e, de certa forma, também a empresa Petróleos Mexicanos-Pemex, ao estilo da máfia. A nova administração também processou Legorreta, um empresário acusado de cometer fraude contra os acionistas da bolsa de valores. No entanto, não está claro, se o presidente Salinas vai continuar sua batalha contra a corrupção ou se foi só aparência, como o seu antecessor.

O quinto ponto é a cooperação para o controle da emigração. O INS (imigração norte-americana) sempre teve má reputação no México, devido ao trato pouco amigável e humilhante que os

agentes de imigração infringem aos mexicanos que tentam atravessar o Rio Bravo. Só para dar um exemplo: recentemente, um policial da imigração deteve uma mulher mexicana, grávida de 7 meses, que tentava atravessar a fronteira sem documentos. O policial a derrubou no chão, arrastou-a pelos cabelos e, finalmente, a chutou no ventre, na presença do marido, que tentou defendê-la com uma pedra, a qual não conseguiu atirar no agressor, porque foi ferido no estômago e nas costas. Esse tipo de incidente é comum na fronteira.

Como o governo dos Estados Unidos considera a política de imigração como "assunto doméstico", raramente consulta o México sobre suas decisões nessa matéria, que afeta bastante os mexicanos. Por outra parte, dados esses antecedentes e o histórico do INS, não é fácil estabelecer uma cooperação entre o governo mexicano e o Estados Unidos na área de imigração, pelo menos enquanto a política de Washington para com os trabalhadores braçais não seja diferente.

No entanto, ainda que custe acreditar, existem múltiplos indícios de que a política de Salinas sobre imigração mudou, abrindo uma cooperação sem precedentes com o vizinho do Norte. Hoje em dia, encontram-se no México dez agentes do INS, que operam conjuntamente com funcionários mexicanos. Aparentemente, seu objetivo é deter os refugiados centro-americanos que tentam ingressar nos Estados Unidos. Mas, como a maioria dos mexicanos que tentam cruzar a fronteira carece de identidade, muitos foram vítimas, em

sua própria terra, da corrupção da polícia de imigração. Os "suspeitos" são ameaçados de deportação ou com a cadeia, se não pagam uma propina.

Um incidente ilustrativo da situação que se vive na fronteira é o que ocorreu no último dia 23 de fevereiro. Nesse dia, e realizou uma operação conjunta entre agentes do INS e a polícia federal do México. O grupo realizou um cerco, perto de Tijuana, e prendeu umas quinhentas pessoas, acusando-as de pretender cruzar a fronteira, para ingressar "ilegalmente" nos Estados Unidos.

Em março, aconteceu uma arbitrariedade similar que teve mais repercussão, porque envolveu um ídolo popular do povo do México, conhecido como Superbarrio, que se encontrava em Los Angeles legalmente, a convite da comunidade mexicana daquela cidade. O cônsul mexicano em Los Angeles – segundo consta em denúncias publicadas na imprensa mexicana – teve a disfaçatez de chamar o INS, para avisar que havia um mexicano sem documentos que deveria ser deportado.

Muitas das medidas que citamos, em particular as relacionadas com a prisão de narcotraficantes ou dirigentes corruptos, não foram adotadas por Salinas só como resposta à pressão exterior. Também respondem a uma clara pressão interna. Assim, mostra a recente renúncia do líder do Sindicato de Trabalhadores da Educação, Jonguitud Barrios, acusado de corrupção e de manejar o sindicato por meios mafiosos.

É óbvio que, no México, a luta contra a corrupção e pelo controle da inflação foram demandas populares, por longo tempo postergadas. Por outra parte, nem toda a cooperação com os Estados Unidos é daninha para o México e seu povo. Existem muitas vantagens, que se podem obter da cooperação com a administração norte-americana, sempre e quando os Estados Unidos estejam dispostos a dispensar ao México um tratamento igualitário e que respeite os pontos de vista e os interesses mexicanos.

No entanto, é muito pouco habitual que os Estados Unidos levem em conta as opiniões e necessidades dos mexicanos, sobre tudo daqueles que não fazem parte do sistema de poder de seu país. ●



Gortari tem oposição de Cárdenas

O dilema político

Enquanto a direita tenta se modernizar, as forças armadas estudam métodos de combate ao terrorismo e o partido aprista não consegue se recuperar do desgaste, que sofre desde que assumiu o governo



O fracasso de Garcia impulsiona a direita, de Bedoya e Vargas Llosa, na análise do socialista Albarera

Marcelo Montenegro

No cenário político peruano, a direita, o centro e a esquerda enfrentam um dilema, que se enquadra dentro do melhor estilo hamletiano: o que fazer para enfrentar a inflação, o terrorismo e o narcotráfico? Até o momento ninguém respondeu.

A aguda crise que atravessa a sociedade, no país, é consequência, em parte, de uma gestão governamental do Partido Aprista Peruano-PAP (ex-Ação Popular Revolucionária Americana-Apra), que não esteve à altura das expectativas, que a eleição de Alan García tinha disseminado. Isso, inclusive, permitiu o ressurgimento da direita política, que tinha sido sepultada nas urnas, em 1985. O discurso conservador ressurgiu mais ortodoxo e clássico, culpando diretamente a esquerda pelas dificuldades que se abateram sobre o país. O fato se torna extremamente relevante, porque

se trata de um ano pré-eleitoral, com eleições gerais previstas para abril próximo, em dois turnos. Soma-se ao fato de já existirem movimentos, pedindo a antecipação das eleições para março.

Os conservadores estão agrupados na chamada Frente Democrática-Fredemo, que compreende a Ação Popular-AP, partido do ex-presidente Fernando Belaúnde Terry; Partido Popular Cristão-PPC, uma democracia cristã de direita, cujo dirigente máximo é o ex-bispo de Lima, Luis Bedoya Reyes; e o recente Movimento Liberdade, liderado pelo escritor Vargas Llosa. Eles se preparam para a batalha eleitoral do próximo ano, buscando ganhar por maioria absoluta já no primeiro turno.

A Fredemo teve sérias dificuldades, para chegar a um acordo sobre seu candidato. Das suas três vertentes, duas haviam postulado nomes: a AP lançou Belaúnde Terry, e o Movimento Liberdade indicou Vargas Llosa. Finalmente, em meados de abril, a Fredemo se decidiu por Vargas Llosa. Belaúnde Terry

acabou desistindo de concorrer a um terceiro mandato presidencial, contentando-se com a cadeira de senador vitalício, cargo reservado aos ex-presidentes.

O outro Sendero Luminoso

Defensor de teses semelhantes às do neoconservadorismo norte-americano, o Movimento Liberdade está ligado, desde que surgiu, ao instituto *Libertad e Democracia*, financiado pelos Estados Unidos. Entre outros trabalhos, esse centro publicou o livro "El otro Sendero", para difundir as teorias neoliberais, em contraposição ao estatismo ou ao intervencionismo estatal. Essa teoria tenta também explicar que o setor informal da economia está integrado ao sistema da livre concorrência. Através desse instituto, o Movimento Liberdade recebe um significativo apoio financeiro internacional, desenvolvendo a estratégia de penetração das ideias conservadoras na América Latina.

No entanto, a pureza dos princípios liberais pode importunar os grupos empresariais, que se desenvolveram à sombra da proteção do Estado e que, em grande parte, dependem do que o Estado lhes compra. O não-intervencionismo pode ser aceitável na teoria, mas, na prática, para os empresários peruanos, o mercado estatal faz parte de seus negócios. Essa é ao menos a opinião de alguns dirigentes da esquerda peruana, como o deputado do Partido Socialista Revolucionário-PSR, Sánchez Albarera. (Veja **terceiro mundo** nº 119, pág. 36: "Os erros de Alan García"). Esses grupos não aceitam a idéia de se suspender completamente o protecionismo de mercado e, por este motivo, o discurso de Vargas Llosa despertou-lhes um certo receio.

Igualmente difícil de aceitar, para uma direita que se propõe a ampliar a margem nas próximas eleições, é o discurso político do escritor, radical em excesso e inclinado ao autoritarismo. Vargas Llosa diz, que "o inimigo declarado do país é o comunismo", e nele engloba, indiscriminadamente, toda a esquerda. O conservadorismo tradicional teria preferido assumir uma mensagem mais moderada para disputar a eleição e, por isto, a tentativa da pré-candidatura de Belaúnde Terry, homem de fala ambígua, o que não o impediria de aplicar, posteriormente, o programa que considerasse conveniente. Possivelmente, programa de arrocho de estilo monetarista, como o que realizou em suas gestões anteriores.

Diante de todo esse quadro, o possível candidato do PAP, Luis Alva Castro, é que poderia se beneficiar. No entanto, ele não ultrapassa, nas pesquisas realizadas até agora, um distanciado terceiro lugar, atrás de Vargas Llosa e do candidato da esquerda, Alfonso Barrantes.

O debate da esquerda

O pré-candidato presidencial Alfonso Barrantes foi prefeito de Lima, a capital, quando a esquerda peruana ganhou as eleições com a *Izquierda Unida-IU*, frente integrada por todas as vertentes progressistas, com exceção do trotsquismo. Hoje, Barrantes já não é o candidato de toda a Esquerda Unida, que se dividiu, e

ele está sendo apoiado, exclusivamente, pelos grupos que fundaram a chamada Convergência Socialista.

A esquerda peruana vive um momento difícil. Enfrenta uma discussão sobre um tema delicado: se deve assumir a democracia, como um objetivo estratégico do socialismo, ou se, pelo contrário, deve voltar-se a um projeto insurrecional, juntando-se, de certo modo, ao Sendero Luminoso e ao grupo Túpac Amaru.

"O velho dilema de reforma ou revolução sacode as águas da esquerda peruana, como um efeito retardado da presença do Sendero Luminoso no cenário político", diz o deputado Sánchez



Barrantes representa a reforma, que o aprista Alva Castro não pôde realizar sob Alan García

Albarera. Várias organizações, entre elas o Partido Unificado Mariateguista, sofreram crises e divisões, por causa deste debate que, no fundo, discute as possibilidades do socialismo em liberdade.

A corrente denominada Convergência Socialista, que apóia a candidatura de Barrantes, entende que a democracia pode ser mais subversiva do que as palavras e a luta armada. Assim, ao se consolidar a democracia, estaria sendo aberto o caminho para fazer a revolução. Tanto essa discussão, como o problema da unidade, deixaram de ser, para a esquerda peruana, uma questão teórica e devem ser definidos para enfrentar o ano eleitoral.

Por outro lado, o índice de popularidade do PAP está hoje muito abaixo de seu nível histórico, que flutua em torno de 25% do eleitorado. No segundo turno da eleição presidencial, Barrantes -



Alvarado: o último projeto nacional



que, tudo indica, ficará entre os dois mais votados - deverá enfrentar Vargas Llosa. "Esse segundo turno será muito mais polarizante e o partido aprista terá que decidir se apóia a direita ou as correntes socialistas", explica Sánchez Albarera. Sabe-se, no entanto, que as bases apristas estão preparadas para exercer uma forte pressão sobre a cúpula dirigente, porque não vão aceitar facilmente votar na direita, caso o apoio tenda para este lado.

O legado de Velasco

O cenário político peruano não estaria completo sem mencionar as forças armadas, que, desde o governo militar de perfil progressista, encabeçado por Velasco Alvarado (1968-1975), têm um papel marcante no Peru. Os militares refletiram sobre o fenômeno do terrorismo e os modos de combatê-lo. Hoje,



Estopim e dinamite

"O projeto do Sendero Luminoso", alerta Sánchez Albarera, "tende a extinguir a nação. Seu triunfo dificilmente poderia ser aceito pelos países da América Latina e pelo resto da comunidade internacional. Seriam reavivados antigos conflitos territoriais e se gerariam tensões com nossos vizinhos".

O Sendero é um movimento *sui generis*, que se implanta onde não existe o Estado. Consegue certa presença no movimento estudantil, mas não derrota as correntes de esquerda, na universidade. Nos sindicatos, é derrotado. "O Sendero cometeu os mesmos assassinatos que, em outros países, cometeram os esquadrões-da-morte, com idênticos argumentos. Em consequência, a forma de derrotá-lo passa pela mobilização da sociedade, oferecendo-lhe uma saída. Nas zonas de produção de folha de coca, eles estão aliados ao narcotráfico. Não têm respaldo internacional, exceto de algumas seitas, que existem na Europa, vinculadas ao que se chamou o Bando dos Quatro".

Segundo Albarera, a dinamite e o estopim são as armas fundamentais dos senderistas. "Eles não têm armamento sofisticado e, por isto, não podem ser caracterizados como um movimento guerrilheiro, porque, por definição, não constituem uma força irregular, que luta contra um exército regular. Não. Os senderistas realizam atos que enfraquecem e desmoralizam as instituições sociais. Há pouco, destruíram uma sociedade agrícola de interesse social, a Saís, criada durante o governo do general Velasco Alvarado, com a lei de reforma agrária. Levou-se 20 anos para se organizar essa entidade. Os senderistas pensam que, empobrecendo os camponeses, conseguem com que eles se radicalizem, o que é um absurdo". M.M.

o setor majoritário das forças armadas entende que o Sendero Luminoso que não pode ser combatido com uma estratégia convencional de contra-insurgência, porque não se trata, simplesmente, de uma guerrilha (ver quadro). Consiste, na verdade, de uma luta que não pode ficar circunscrita, exclusivamente, à via militar. Muitos militares estão conscientes de que é necessário encontrar um projeto alternativo de sociedade. Nesse contexto, a figura de Velasco Alvarado começa a ser, cada dia mais importante, dentro das forças armadas, que majoritariamente entendem que o general, líder do movimento militar de 68, tinha um projeto de sociedade. Imaginam que, caso esse projeto tivesse sido implantado, provavelmente teria evitado o surgimento do fenômeno senderista. Mas, também existe um setor militar minoritário, que busca levar o país para uma guerra suja. "A sociedade peruana é muito mais discriminatória, muito mais classista do que suas similares latino-americanas. De tal modo, que, se acontecesse o triunfo dessa corrente autoritária para enfrentar o Sendero Luminoso, as consequências seriam piores do que as ocorridas em países como a Argentina, por exemplo", afirma Albarera.

Ideologicamente, esses setores "duros" da direita militar peruana se identificam com o Movimento Liberdade. "Para esses e outros liberais, que seguem Vargas Llosa, deve-se destruir a subversão, antes mesmo de atacar as causas estruturais do problema. Por isso, Movimento Liberdade se utilizaria do autoritarismo para governar", disse o deputado socialista. "O setor majoritário do exército tem outra opinião, de que nós compartilhamos e acatamos. Para eles e para nós, o terrorismo deve ser enfrentado com paz e justiça social, em nome de uma sociedade melhor. O Sendero não reconhece a democracia, eles tentam impor um projeto que não discutem com ninguém e que, em muitos aspectos, é retrógrado. Consideram-se uma vanguarda iluminada e tratam de se impor ao conjunto", conclui Sánchez Albarera.

* Lançado, no Brasil, pela Editora Globo, com o título "Economia subterrânea".

Uma luta solitária

No país do istmo, como consequência das eleições, cujo resultado Washington tinha resolvido desconhecer a menos que ganhasse a oposição que ele financiara, mais do que o destino do controverso general Noriega, está em jogo a tentativa de libertação nacional.

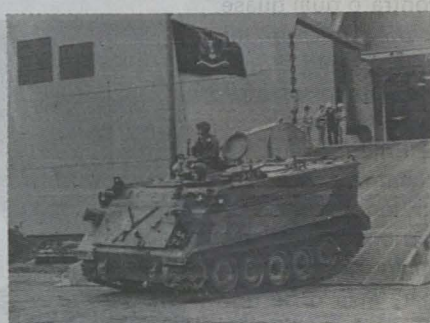
Carlos María Gutiérrez*

Uma característica da Aliança Democrática de Oposição Civilista-Adoc, era sua tenacidade: o ímpeto de denúncia não se detinha nem ante acusações tão caprichosas como a de que (sempre em outra mesa) um tenente das Forças de Defesa proibira a permanência, no local de sufrágio, de quem já tivesse votado. "Perceba - disse um dos denunciantes - que assim o povo não pode fiscalizar se as atas estão sendo corretamente preenchidas". Observei, que em outros países, tampouco, se permitia permanecer na sala depois do voto, porque a aglomeração poderia conduzir à quebra da ordem, e que, em todo caso, os partidos já tinham delegados na mesa. O novo argumento do jovem era que a oficialista Coalizão de Libertação Nacional-Colina tinha, em cada mesa, oito delegados. Decorria isso, na verdade, de que a Colina tinha precisamente oito partidos e a Adoc exatamente três. Mas, isso não pareceu movê-lo.

Na segunda-feira, a Agência France Presse - cujo correspondente no Panamá é um panamenho chamado James Aparicio - afirmou em um telex distribuído por todo mundo que nas mesas eleitorais fumegavam os gases lacrimo-



A pressão norte-americana sobre o povo panamenho utilizou meios políticos, como Carter, e a intimidação, como tanques



gêneos utilizados por uma organização paramilitar nas suas operações destinadas a roubar as urnas. Como o país da agência é a França onde a opinião pública mantém um salutar temor diante dos pára-quedistas da OAS que Jean Larteguy descreveu em *Os Centuriões*, os bandos paramilitares que segundo essa versão estariam subordinados às forças de defesa panamenhas foram chamados de "Centuriões". No entanto, Aparicio seguramente conhecia a disposição legal que determinava a incineração das cédulas e tanto quanto qualquer um de nós podia ver que as pequenas fogueiras, na frente dos locais de votação, que ele atribuiu aos gases lacrimogêneos, decorriam, na verdade, dessa operação.

Na segunda-feira seguinte à eleição, o ex-presidente Jimmy Carter, que havia chegado ao Panamá convidado pela oposição, preocupado (mas, não mais que qualquer um de nós) pela demora do Tribunal Eleitoral Central em proporcionar os resultados (não tinham se passado ainda as 24 horas constitucionais), tentou entrar, pessoalmente, no salão do complexo para convenções Atlapa, onde se processava a computação geral, de acesso só permitido a membros do tribunal e a sua equipe

técnica. Num breve e quase despercebido incidente, um soldado, que custodiava a porta, lhe impediu a entrada, e tampouco cedeu, quando intercederam os educados funcionários governamentais que escoltavam o ex-presidente. As eleições panamenhas, pensava com razão o soldado, têm suas regras e todos, até os ex-presidentes norte-americanos, devem respeitá-las. Nem a AFP, nem ninguém informou sobre esse breve descuido do senhor Carter, que era, no entanto, parte da conduta intervencionista dos Estados Unidos nas eleições panamenhas.

Regressei ao Uruguai, convencido de que as eleições tentaram ser limpas. Mas, o que não permite dúvida alguma é a intervenção norte-americana nesse processo, para impor o candidato opositor, que é o seu homem.

No Panamá, os 800 observadores estrangeiros assistiram à exibição, com crueza não conhecida por muitos deles, da direta relação colonizador-colonizado, ainda que ambas as partes sejam, tecnicamente, países soberanos em pé de igualdade. A situação especial do Panamá, com um enclave militar norte-americano em seu território que o divide tragicamente em dois, quase desde o seu nascimento, revelou, mais aguda-

* Carlos María Gutiérrez é jornalista uruguaio e foi o enviado especial do semanário "Brecha", de Montevideo, do qual integra o conselho editorial, para a cobertura do pleito panamenho.

mente, os termos essenciais daquela relação: de um lado, a decisão norte-americana de aplicar uma estratégia hemisférica que consolide definitivamente seu controle dos processos de libertação, ainda que essa idéia central venha enfeitada com o suporte aos métodos democráticos e à autodeterminação; do outro lado, a decisão panamenha de recuperar o Canal e avançar até à liquidação da dependência, ainda que essa decisão esteja agora encarnada no general Manuel Antonio Noriega – contra o qual quase todos puderam ter objeção, em algum momento, por motivos variados.

Entender que, no Panamá, não está em jogo o futuro de Noriega ou de qualquer outro militar, mas o de um povo que busca a libertação. E que, no caminho apontado por Omar Torrijos, não existe agora outra garantia de continuar resistindo do que esse discutido militar – cheio de contradições, mas, ao mesmo tempo, coerente em seu repúdio ao domínio norte-americano – parece

ser a atitude correta. Ninguém, que tenha visto os Estados Unidos manifestando sua formidável pressão militar contra um pequeno país cortado pela metade e quase inerte, pode calar sobre o que assistiu.

A televisão clandestina

Na madrugada do domingo das eleições, enquanto olhava no meu quarto de Hotel Marriott o canal 8, do Comando Sul – que transmite em inglês desde a Zona do Canal para o pessoal militar norte-americano, mas se escuta em todo o país – uns letreiros começaram a desfilar sobre as imagens do filme "Expresso da Meia-Noite": "Attention...PML

Bravo in effect...Lower visibility... Stay out of public areas of Panamá...Stay off in your place of residence unless travelling in your place of residence unless travelling in or from military installations...": "Atenção... Alerta, bravo, em marcha...Mantenham uma visibilidade mais baixa...Permaneçam fora das áreas públicas panamenhas... Permaneçam em seus locais de residência, a menos que tenham que se locomover até as instalações militares...". E, à medida que clareava o dia da eleição, outros letreiros de intenção



O panamenho votou sob pressão norte-americana, que acenava com o caos

enigmática continuaram sendo enviados pelo Comando Sul: "Attention... Due to road blockage avoid Friendship Highway... Join intersection of Bella Vista and Third Avenue-Bridges of the Americas, on-ramp at the Ft. Amador...": "Atenção... Devido ao bloqueio de caminhos, evitem entrar na autopista Friendship...Peguem a interseção de Bela Vista e Terceira Avenida-Ponte das Américas, rampa ao Forte Amador...".

Aparentemente, as mensagens estavam destinadas ao pessoal militar norte-americano da Zona. Mas, de fato, se dirigiam aos panamenhos que se dispunham a votar na candidatura presidencial de Carlos Duque Jaén, vetada pelo presidente George Bush. Desde a Zona,

o dispositivo militar dos Estados Unidos no Panamá emitia sinais de intimidação perfeitamente identificáveis, flexionava os músculos e a intervenção poderia ocorrer nesse mesmo dia. A escala de alertas das forças norte-americanas no Canal tem cinco graus: Alfa (alerta), Bravo (posições de combate), Charlie (disposição de forças no terreno), Delta (avanço até os objetivos) e Eagle (entrada em combate). Em março, a pressão do Comando Sul tinha chegado ao alerta Charlie, para depois baixar. Desde

a semana anterior ao pleito, estava de novo no alerta Bravo e na véspera se disse que o plano era voltar a Charlie ao meio-dia de domingo, em plena votação. (Charlie foi declarado na terça-feira, dois dias após a votação).

As recomendações da madrugada do domingo eram uma mensagem subliminar, ainda que pudessem ter explicação nos regulamentos. Mas, ao canal 8 é proibido, pelos Tratados Torrijos-Carter, emitir em espanhol, intrometer-se em temas políticos in-

ternos do Panamá e incluir, no geral, programas políticos relacionados com o Canal ou com as relações panamenho-norte-americanas. Em 24 horas, no entanto, violou todas essas normas e operou, de fato, como um canal clandestino, uma espécie de "Rádio Venceremos" da reação.

No início de abril, os serviços de segurança panamenhos já tinham detido um agente norte-americano, Frederick Murse, e descoberto que havia instalado oito emissoras de rádio, não-autorizadas, que transmitiam, durante a campanha eleitoral, dados falsos. Junto às estações, foram apreendidos cassetes gravados em Miami pelo jornalista panamenho exilado Bosco Vallarino, que fal-

sificava os resultados e anunciava o triunfo do candidato opositor Guillermo Endara. Essas oito não eram as únicas, no entanto. No domingo, outras rádios piratas, localizadas na Zona do Canal, começaram a tergiversar dados e a confundir a situação. O Comando Sul somou seu canal a essa tarefa ilegal: pela noite, sem que estivesse computada ainda nem uma mesa eleitoral, deu o triunfo a Endara e o fez falar num programa, em espanhol.

Na segunda-feira, finalmente, o canal 8 retransmitiria, de Miami, declarações dos senadores Bob Graham e Connie Mack – que tinham estado no domingo no Panamá, como observadores pessoais do presidente Bush. Graham disse que os Estados Unidos deveriam agora “considerar o uso da força no Panamá”. Mack anunciou que, se Endara perdesse, ele proporia que os Estados Unidos revogassem, unilateralmente, os tratados do Canal.

O som e a fúria

Na quinta-feira anterior às eleições, cerca de 400 mil pessoas enchiam a Praça 5 de maio e várias quadras das ruas adjacentes, no centro comercial do Panamá, durante o ato que encerrava a campanha da Coalizão para a Libertação Nacional. Carlos Duque Jaén, o candidato presidencial, começou a falar, mas o barulho de dois caça-bombardeiros norte-americanos, em vôo rasante sobre a praça – violando o espaço aéreo panamenho – tornou inaudível o discurso.

Horas antes, as caravanas de camponeses, que vinham da metade noroeste do país para participar do ato, tinham sentido o tempo todo a passagem ruidosa de outros caça-bombardeiros. Quando entraram na Zona e atravessavam as bases militares por estradas públicas, tiveram que desfilar durante quilômetros entre fileiras de soldados dos Estados Unidos com roupa e armas de combate, que os fustigavam continuamente, detendo-os e pedindo-lhes identificação.

A base aérea Edward protagonizou na semana pré-eleitoral alguns incidentes mais escandalosos, no plano de desestabilizador contra o Panamá. Como em Albrook Field, as pistas de Edward



Endara, apoiado por Washington, se disse gravemente ferido numa manifestação de rua

estão destinadas exclusivamente, de acordo com os tratados, ao tráfego aéreo militar e não podem servir a civis. Por essa razão, em nenhuma das duas bases existem escritórios de imigração panamenhas. Os Estados Unidos usam a Edward, especialmente, como porto de entrada que escapa totalmente ao controle nacional. Um contingente de 50 contras nicaraguenses, com treinamento de tropas especiais, ingressou pela base em março e se supõe que esteja ainda na Zona. Com deliberada provocação de seus anfitriões, os ex-presidentes Jimmy Carter e Gerald Ford – convidados como observadores pela Comissão de Direitos Humanos panamenha, o Conselho Nacional de Empresários e a coalizão Aliança Democrática de Oposição – não chegaram ao Panamá normalmente pelo aeroporto Torrijos, mas por Edward, por onde ingressaram no país sem cumprir os trâmites de Aduana e Imigração. O mesmo aconteceu com os enviados de Bush (tanto eles como os dois ex-presidentes voltaram por Albrook) e com alguns jornalistas norte-americanos, especialmente virulentos contra o governo de Solís Palma.

Na manhã de sábado, fui com um grupo de observadores latino-americanos à Zona do Canal e percorremos a parte do Pacífico, para examinar o funcionamento das bases Clayton e Edward sob o alerta Bravo. O automóvel teve que abandonar a estrada principal que

atravessa o perímetro da base Edward, obrigado por um fuzileiro postado no meio do caminho. Em ambos os lados da via, as pistas de estacionamento estavam cheias de helicópteros e se via uma intensa atividade de treinamento.

Depois, visitei o antigo bairro de Chorrillo, na sede do quartel central das Forças de Defesa do Panamá, onde só uma cerca de arame farpado separa a base norte-americana da aprazível praça, onde os aposentados se reúnem para jogar dominó. Do seu lado da cerca, os velhos contrastam com os fuzileiros que se exercitam no uso de morteiros. Às vezes se viram, encaram e cospem com deliberada lentidão.

O comportamento do Comando Sul, intervindo abertamente na política panamenha interna, encorajou gradualmente a oposição. Na segunda-feira, 8 de maio, de tarde, a Adoc declarou que seu candidato Endara havia vencido e que a demora do Tribunal Eleitoral provava a fraude. Convocou, então, seus simpatizantes a uma manifestação de protesto em frente ao prédio do Tribunal, que havia se estabelecido em Atlapa.

Em frente fica o Hotel Marriott, onde se hospedou a maior parte dos observadores convidados pelo partido torrijista, o Partido Revolucionário Democrático-PRD e quase todos os correspondentes estrangeiros. No Hotel Holiday Inn, por sua vez, tinham se alojado os observadores convidados pela oposição: entre eles, Gerald Ford (Carter es-



Os senadores John Murtha e John McCain entraram pela base Howard, sem pedir licença

tava no Marriott, porém com precauções especiais de segurança: um elevador lhe foi reservado, em comunicação direta com seu andar, o 10º).

Uma disposição das leis eleitorais proibia fazer manifestações de rua até a segunda-feira à meia-noite, mas o estímulo norte-americano estava pressionando a Adoc a entrar no inseguro terreno dos fatos consumados. Na metade da tarde, ainda que separada por barreiras policiais, a concentração opositora e outra do PRD, que começava a se formar na rua oposta, trocavam gritos e provocações, agitando suas bandeiras. Das escadarias de Atlapa e do Marriott, situadas em calçadas opostas das quadras marcadas pela polícia como terra de ninguém, os jornalistas e observadores acompanhavam a cena. Quando as luzes das ruas foram acesas, um carro saiu a toda velocidade das filas opositoras, levando pela frente as barreiras e seguindo depois rumo a outra manifestação. Tomados de surpresa, os agentes se reagruparam e um deles disparou no ar uma rajada de metralhadora. A tentativa foi bloqueada, mas ambas as multidões já eram incontroláveis e, pela primeira vez desde o domingo, ocorreram choques.

A partir desse momento começaria a crescer uma onda de violência, muito diferente da atmosfera tensa, mas orde-

nada, que havia dominado a jornada eleitoral de domingo. Na quarta-feira, entraram em cena as Brigadas da Dignidade, milícias populares que recebem treinamento militar, mas não possuem armas em seu poder, criadas no ano passado, como recurso de apoio às forças de defesa e de mobilização popular para o caso de uma intervenção armada.

Os brigadistas, perfeitamente organizados, com um registro oficial de inscritos e atividade pública constante, foram apelidados, no entanto, como "parapoliciais" por alguns meios de comunicação estrangeiros, com a sugestiva conotação que essa palavra possui nas sociedades latino-americanas.

Quando saí do Panamá para Montevideu, na primeira hora de terça-feira, ainda o clima político da cidade não estava desfeito e inclusive, no Marriott, a comunidade de correspondentes mantinha certas considerações com a verdade dos fatos.

As eleições tinham que lamentar só um morto (um sacerdote morto por um soldado). Mas, na metade da semana, a passividade do governo, ante a campanha desinformativa e a obstinada tentativa de desestabilização, começou a esgotar-se. Na quarta-feira, os Brigadistas da Dignidade se chocaram, armados de cassetetes, com uma manifestação da Adoc, que encabeçavam Endara e ou-

tros dirigentes. O candidato sofreu ferimentos na cabeça. Pela manhã, o executivo tinha expulsado do país onze jornalistas estrangeiros; entre eles, um da equipe de televisão francesa e enviados da imprensa democrata-cristã da RFA. Na segunda, à noite, na sala de imprensa do Atlapa, enquanto todos esperávamos (inutilmente, outra vez) que o Tribunal Eleitoral proporcionasse, afinal, os primeiros dados

computados, um veterano jornalista panamenho me fez, entre brincalhão e sério, uma predição pessimista: "Não se vê, homem. Vais ver que as intervenções militares dos gringos, no Panamá,

Clima de intimidação

Percorri algumas áreas da Zona do Canal, onde estão situados efetivos norte-americanos: a base aérea Edward, Fort Clayton, Fort Amador e Albrook Field. Na eleição, estive em dezenas de mesas eleitorais, falando com candidatos, delegados oficialistas e opositores que as integravam. Depois das cinco da tarde, já concluída a votação, completei a observação da eleição, sem que ninguém me impedisse, presenciando os escrutínios, que cada seção fazia do conteúdo das urnas, e como os delegados partidários integrantes assinavam as atas primárias, que logo se distribuiriam em seis cópias, ao Tribunal Eleitoral Central, aos partidos políticos e outros órgãos, para o cômputo geral.

não são parecidas com nenhuma das outras”.

As hipóteses abertas

Há meses, ante a indiferença ou a cumplicidade da maioria dos governos latino-americanos, os Estados Unidos começaram a implementar, no Panamá, uma experiência política com objetivos anunciados já no Documento Santa Fé II. A nova estratégia de George Bush recorre às metas da administração anterior, mas existe uma mudança de inflexão: das investidas amadoras de Reagan ao profissionalismo de Bush, que foi um eficiente diretor da CIA; da afeição pelo segredo e pelo duplo discurso à “limpa” escalada intervencionista, que não oculta seu nome, baseada no manejo psicológico da comunicação.

A experiência política de Bush, caso se formalize como doutrina, não permitirá a existência de nenhum governo de um conglomerado político – partido, movimento ou frente – que se oponha a projetos hegemônicos norte-americanos, ainda que tenha surgido de elei-

Em quase todas as seções visitadas, me aproximava dos locais de apurações, e me cercavam jovens do PDC, explicando-me, minuciosamente, como estaria acontecendo fraude (com notável constância, a Aliança Democrática de Oposição Civilista-Adoc, principal força opositora, enviou seus quadros para convencer os jornalistas e observadores estrangeiros de que as eleições iriam ser fraudadas). Em geral, eram pouco convincentes, apesar de seu ardor, exceto a ingênuos ou para quem estivesse previamente de acordo com o propósito norte-americano de retirar toda a legitimidade ao pleito. Na minha experiência pessoal (e na de dezenas de jornalistas e observadores estrangeiros, com os quais tinha contato em todo o país), os fatos fraudulentos nunca ocorriam nas mesas onde os jovens do PDC efetuavam suas denúncias, mas em outras. Nas vezes em que decidi ir até estas outras, me encontrei cercado por outros jovens, denunciadores das



Noriega: resistindo ao cerco de Bush

ções limpas e observantes das normas democráticas. A noção conspirativa da História deixa lugar ao domínio da História por um protagonista e o reordenamento dos demais em torno dele, com papéis precisamente delimitados e não modificáveis.

Depois da imperfeita e generosa utopia torrijista, o processo panamenho, através de um PRD desfigurado pelos empresários e os economistas, primeiro se freou, mas depois teve que se admitir a incidência da mobilização popular para legitimar o partido. O PRD dos anos 80 não era, seguramente, o instrumento político que Torrijos foi polindo, para transpor, em algum momento,

mesmas fraudes. Onde? Não nessa mesa aqui, mas em outra, mais distante, etc..

Ter isso como prova de fraude seria tão pouco sério, como dizer que a oposição roubou em todas as urnas, por um episódio que assisti na escola Carlos Mendonza, no bairro de San Miguelito: enquanto o costumeiro jovem do PDC falava conosco e ia nos afastando da porta da mesa, fazia sinais a outros, que, de imediato, formaram um tumulto e entraram na sala de votação. A urna – uma caixa de papelão amassado – foi jogada pela janela aberta. Minutos antes, o jovem do PDC tinha se aproximado, para me informar que uma conselheira oficialista, Balbina de Perpignan, tinha chegado com três ônibus cheios de mendigos... para roubar a mesma urna.

Cada um, naturalmente, dará sua versão. A minha é que, nas eleições de 7 de maio, a maioria do povo tentou (e no geral o fez) votar com normalidade, por mais que alguns

o umbral da mudança, mas estava deixando de ser – como tinha acontecido com Nicolás Ardito Barletta e Eric Delalle na presidência – o partido orientado pelo modelo de mercado. A coerência antiimperialista do PRD, ao atravessar a difícil variável das tarefas práticas do nacionalismo progressista, tinha conseguido, talvez pela primeira vez desde a morte de Torrijos, uma adesão popular que é seu melhor capital político.

Esse respaldo será decisivo no futuro imediato. Por mais que os Estados Unidos usem a ameaça da intervenção para conseguir a frio seus fins, a solução militar deverá obedecer aos prazos requeridos para aparecer como uma decisão coletiva latino-americana, antiga prática norte-americana que sempre deu resultados. Mas, demorada ou rápida, segundo fatores críticos que vão se acumulando, a solitária luta que a situação impõe ao Panamá só será vitoriosa, se o PRD e seus coligados preservarem a atual adesão popular. É possível que Bush, apesar de seu imenso poder, não consiga repetir, no final, como Teodoro Roosevelt: “Eu tomei o Panamá”.

dos procedimentos fossem ineficazes ou pareçam incompreensíveis à mentalidade de sociedade com mais experiência democrática (por exemplo, que devam transcorrer 24 horas, antes que se anunciem as cifras oficiais da votação presidencial; ou, por exemplo, que os votos, uma vez devidamente registrados na ata de escrutínio, sejam incinerados perante o público; ou que o mesmo aconteça com as cédulas de votação não utilizadas, que restem na cabine secreta). Mas, esses procedimentos, em todo caso, faziam parte de uma reforma das disposições eleitorais, aprovada por consenso de todos os partidos. Se a eleição esteve viciada, foi pelo que veio depois.

Salvo a descrição verbal de presumíveis fraudes, a carga da minuciosa operação psicológica do PDC junto a cada observador estrangeiro, não houve evidências de outras: isto é, não obtive evidência de nada que pudesse invalidar o pleito.

C.M.G.

Aumentam os crimes raciais

O alarmante aumento de atentados contra negros, praticados sem motivos aparentes pelos brancos, dá uma idéia do que ainda pode acontecer, antes que a África do Sul se liberte do "apartheid"

Thandeka Gqubule*

O local é a Baker Street, em Hillbrow, zona de altos edifícios de apartamentos, onde moram famílias brancas e negras no centro de Joanesburgo. São três horas da madrugada de uma quarta-feira. Um amigo e eu caminhamos pela rua. Notamos que um jovem negro está sendo seguido por um carro vermelho. O carro pára e dois homens saltam, um deles empunhando uma arma. Há uma breve troca de palavras — e o negro desaba sob o impacto de uma bala.

Ficamos paralisados pela rapidez do incidente, incapazes de tomar qualquer providência. Entramos por uma rua transversal e vamos para casa, quase correndo. Só mais tarde me lembro de telefonar à polícia. O homem que me atende na delegacia diz que ninguém ali tomou conhecimento do fato, mas que irá investigar.

Teria o negro morrido? Por que haveriam de matá-lo? Não tenho meios de



A extrema-direita não disfarça suas raízes ideológicas

saber. Pode ter havido um motivo — mas também pode ter sido apenas mais um caso de violência desfechada à toa por brancos contra negros, na África do Sul.

Nos últimos meses, esse tipo de violência tem aumentado de modo alarmante. Quase toda semana, os jornais publicam nas páginas internas, sem lhes dar destaque, breves relatos de crimes semelhantes. Todos têm um detalhe em comum: são praticados por brancos que, ao que tudo indica, nem ao menos conheciam as vítimas. Aparentemente, a identidade da vítima não importa — qualquer negro serve.

O exemplo mais espetacular desses



As duas faces do apartheid: partidários do racismo e o negro que vê a casa em chamas

casos de violência fortuita foi o de um branco, que matou sete negros e feriu outros 15 a tiros, em Pretória, em fins do ano passado. Algum tempo depois, um ex-policial chamado Barend Strydom compareceu a um tribunal da cidade, acusado dos homicídios.

Na noite de Ano Novo, mais um incidente foi noticiado pela imprensa: um lema da Afrikaner Weerstandsbeweging-AWB, organização de extrema-direita, foi encontrado escrito com o sangue de um negro ferido, numa calçada de Springs, pequena localidade próxima a Joanesburgo. Um editorial, publicado no diário local, observou que o incidente parecia fazer parte de uma tendência crescente.

Há amplos indícios de que essa tendência realmente existe, como provam inúmeros casos.

No dia seguinte ao das eleições realizadas em outubro último, vários brancos forçaram um negro a entrar em um

automóvel, em Mayfair, subúrbio pobre de Joanesburgo, e ordenaram-lhe que apontasse a casa, onde uma família negra estava morando em desobediência aos regulamentos das Áreas Grupais. O cadáver do negro foi depois encontrado em uma estação da estrada de ferro.

No dia 20 de outubro, um membro da força de defesa da África do Sul compareceu a um tribunal de Pretória, acusado de matar uma jovem negra de 19 anos, grávida, que aguardava um táxi em companhia de uma amiga.

No dia 14 de novembro, um branco, de 53 anos de idade, matou a tiros um menino negro de 10 anos, que, segundo alegou, tinha invadido sua propriedade.

Ainda em dezembro, um velho indiano aposentado, que viajava de carro em companhia do filho, foi abalroado e forçado a sair da estrada, ao cruzar uma aldeia do Transvaal, sendo ambos, depois, barbaramente espancados por homens brancos.

Zelo do tipo nazista

Lloyd Vogelmann, psicólogo da prestigiosa Universidade de Witwatersrand, estabelecimento de ensino de língua inglesa de Joanesburgo, diz que os brancos que cometem atos fortuitos de violência contra negros, na África do Sul, acreditam que agem legitimamente, e não se arrependem nem sentem remorsos pelo que fizeram. Pessoas, como o autor do massacre de Pretória, acham que agem por uma questão de zelo social, diz ele.

Vogelmann faz um paralelo entre esses brancos sul-africanos e os nazistas do Terceiro Reich, que não sentiam dores de consciência pelos massacres dos campos de concentração, uma vez que achavam estar cumprindo uma obrigação social. Segundo ele, o autor da violência, pensando dessa forma, não se vê como um indivíduo isolado, mas como representante da comunidade e, portanto, isento de responsabilidade moral.

Tal como Vogelmann, o teólogo "Klippiers" Kritzinger, da Universidade da África do Sul, em Pretória, afirma que o racismo institucionalizado do país é responsável pela violência imotivada de brancos contra negros — embora

certas pessoas tentem atribuir os ataques raciais a distúrbios de personalidade de determinados indivíduos.

Ao longo dos anos, os africanos passaram a acreditar que o seu destino está intimamente vinculado ao domínio sobre outros povos e sobre o povo negro da África do Sul. Quando esse domínio e poder são ameaçados, a própria identidade africana é ameaçada. "É esse medo de perder o poder adquirido que leva os africanos a atacarem um inimigo anônimo de cor negra", especula Kritzinger.

O teólogo confirma a opinião de Vogelmann, de que há um componente psicológico na comunidade africana, que se manifestaria a favor de uma "solução final" ao estilo nazista. Segundo ele, muitos africanos acreditam que, "se temos de morrer, derrubemos o edifício, para que



Durban/87: brancos atiraram sobre negros e mataram doze

os negros o encontrem como nós o encontramos — vazio".

Estas observações dão uma idéia do que pode vir a acontecer neste país, até que nos livremos completamente do apartheid. •

Militância e repressão

O conflito político da África do Sul custou 1.177 vidas no Transvaal, no período de quatro anos terminado em meados de 1988 (uma morte a cada 29 horas) — anos marcados por um aumento acelerado da militância e organização políticas dos negros. Um relatório intitulado "Political Conflict in South Africa", publicado pelo "Indicator Project South Africa-IPSA", órgão de pesquisas da Universidade de Natal, faz uma análise detalhada desse período.

A maioria dessas mil e tantas mortes foi de autoria da polícia. O número representa quase um terço do total de mortos no país, em razão de violência política, entre 1º de setembro de 1984 e 10 de junho de 1988, diz o relatório.

O documento do IPSA examina as tendências da história recente da resistência e os níveis de organização nas várias regiões do país.

O relatório descreve, como esporádico

cos e localizados, os protestos ocorridos na região do PWV (Pretória-Witwatersrand-Vereening) até 1984, mas acrescenta que a situação começou a mudar a partir de 1983. À frente da crescente atividade, estavam a Frente Democrática Unida-UDF, o Congresso dos Estudantes Sul-Africanos-Cosas, o Comitê pela Libertação de Mandela-RMC, o Sindicato Geral e Aliado de Trabalhadores-Gawu, e várias entidades da juventude. Os sindicatos independentes desempenharam papel ativo nas novas organizações cívicas.

No decorrer de 1984, houve conflitos por motivos educacionais, nas escolas de Atteridgeville. Mas, o foco do movimento estudantil mudou em decorrência da reação repressiva oficial: policiais mataram um estudante, os líderes estudantis foram presos e as escolas, fechadas. Em agosto de 1984, houve também fechamento de escolas em Alexandra,



Musa, Morobe, Khanyile: asilaram-se no consulado dos EUA de Joanesburgo, em 1988

Daveyton e Tembisa. No final do ano, os trabalhadores se haviam aliado aos estudantes, para protestar contra o aumento dos aluguéis. Vários membros do conselho municipal pediram demissão. Uma greve regional de dois dias, em novembro, teve grande sucesso, com a adesão de 800 mil trabalhadores e de cerca de 400 mil estudantes, na região do PWV.

Em 1985 e inícios de 1986, as organizações assumiram caráter mais formal, à medida que os protestos se tornavam generalizados em toda a região. Nesse período, confrontos violentos eram co-



1989: protesto estudantil de Witwatersrand

muns, como detalha o relatório do IPSA. Em Mamelodi, por exemplo, os aumentos de aluguéis provocaram uma marcha de protesto, em 21 de novembro de 1985, durante a qual 13 pessoas foram mortas. Os residentes passaram a boicotar os aluguéis, as compras de bens de consumo e, finalmente, entraram em greve. Choques entre a polícia e manifestantes eram comuns, no decorrer de cerimônias políticas, por ocasião do enterro das vítimas: 22, de 39 dessas cerimônias realizadas entre setembro de 1984 e janeiro de 1986, na região do PWV, foram marcadas por choques violentos, geralmente provocados pela polícia.

Em começos de 1986, organizações do "poder popular" surgiram em certas localidades. Em Alexandra, foram criados comitês de quarteirão e de rua. Os nomes das ruas foram mudados. "Tribunais populares" passaram a funcionar em Alexandra, Mamelodi e Kagiso/Munsieville.

No resto da região, havia um menor grau de organização cívica. Em Soweto, a organização política continuou a limitar-se a questões específicas. O Comitê de Pais de Soweto-SPC evoluiu para o Comitê de Crise da Educação Nacional-NECC, em começos de 1986.

Sindicatos X apartheid

Um dirigente sindical da África do Sul descreve as injustiças que sofrem os trabalhadores negros, no regime racista, e destaca a luta que leva adiante a oposição

Afonso C. Nunes

Como ocorre com muitos sul-africanos, Monwabisi Vika começou sua vida política muito jovem. O currículo desse dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Negros, das Minas e da Construção, sediado na região de Asanian, inclui, aos 27 anos, uma década de militância contra o racismo institucionalizado. Por sua participação no movimento estudantil e sindical, o regime de Pretória já encarcerou Vika cinco vezes, uma delas por oito meses, em 1981, quando foi torturado.

O jovem dirigente, que ocupa também o posto de direção na Organização do Povo Azaniano-Azapo, visitou o Brasil, recentemente, como parte de uma campanha internacional de apoio às sanções econômicas contra o regime do apartheid.

Em entrevista a **terceiro mundo**, Vika falou de ampla gama de temas, inclusive das condições de trabalho nas minas, da organização do movimento sindical na África do Sul e do processo de paz da África Austral.

A base do sindicato que Vika dirige trabalha em condições atroz, segundo denunciou ele. O exemplo mais flagrante disso é o número de mortes que ocorrem nas minas. Muitos mineiros morrem, anualmente, como consequên-



Vika: negro ganha dez vezes menos

cia de bronquites, pneumonia e edema pulmonar, enfermidades crônicas, que vão debilitando implacavelmente a saúde dos trabalhadores.

A morte por acidente de trabalho é outra ameaça constante, geralmente ocasionada por desmoronamentos, produzidos pelas explosões subterrâneas. O governo sul-africano admitiu que as mortes nas minas haviam aumentado 12%, nos últimos três anos, percentual que Vika considera ridiculamente baixo.

Os trabalhadores negros extraem 90% do total do mineral produzido. Além disso, o salário de um trabalhador negro é dez vezes menor do que o de um branco que realiza tarefa igual. A existência dessas desigualdades, explica o sindicalista, ajuda a unidade da luta sindical.

Duas federações distintas

O sindicato dirigido por Vika é um exemplo dos esforços, que os negros sul-africanos realizam para construir seus próprios meios de expressão e dirigir a luta contra o regime racista. O BAMCWU faz parte de uma federação sindical exclusivamente de negros, o Conselho Nacional de Sindicatos-Nactu. "Frequentemente", acrescentou Vika, "acusam-nos de praticar racismo contra os brancos. Mas, na realidade, trata-se de uma questão de representatividade. Imagine um branco, não importa se progressista ou não, na direção de um sindicato como o nosso. Lamentamos que a posição da Nactu não seja entendida, às vezes, fora da África do Sul.

Falta compreensão, quanto aos princípios que orientam a federação negra dos sindicatos. O resultado disso é que uma organização como a nossa, da qual participam 25 entidades, com 150 mil sindicalizados, em todo o país, deixa, muitas vezes, de receber subsídios de organismos internacionais, que, por lógica, deveriam nos apoiar".

A Nactu é a segunda federação sindical da África do Sul. A primeira é o Congresso Sul-Africano de Sindicatos-Cosatu, que representa 750 mil trabalhadores, filiados a 25 sindicatos, que recebem orientação política do Congresso Nacional Africano-CNA, dirigido por Nelson Mandela, o prisioneiro político mais antigo do mundo. Já a Nactu segue a orientação política do Movimento Consciência Negra, fundado pelo falecido Steve Biko, na década de 70.

Apesar dessas diferenças, as federações têm trabalhado juntas, em oposição ao regime de Pretória. Um exemplo dessa unidade, segundo Vika, foi a campanha contra a lei de reserva de postos de trabalho (*jobs reservation act*), que exacerbou as diferenças salariais entre os brancos e os negros que executam a mesma tarefa. As duas federações coordenaram várias ações, que incluíram uma greve geral, em outubro do ano passado. "Continuaremos trabalhando juntos", prometeu Vika, "até que consigamos a revogação da lei". Baseando-se nessas experiências, o sindicalista sul-africano está convencido de que, em última instância, é possível uma fusão das duas federações, numa única orga-

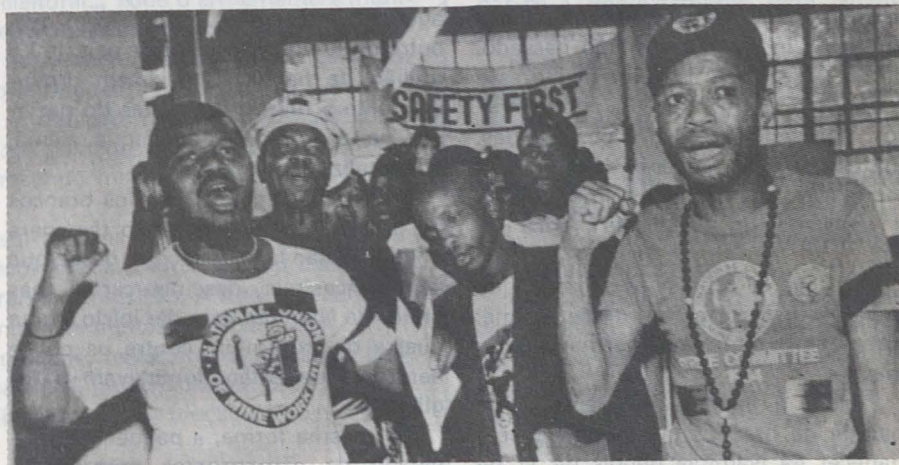
nização trabalhista.

Vika comentou também o processo de independência da Namíbia e o acordo de paz, na África Austral, dois eventos que vê com certa reserva. "Pretória", assinalou ele, "maneja os conservadores de forma teatral, usando Angola como um trampolim para a questão da Namíbia".

Vika considerou que a África do Sul pode proclamar, ao menos, uma grande vitória sobre seu adversário: a retirada das tropas cubanas de Angola. O regime racista conseguiu também impor um arrastado calendário para a independência da Namíbia, um país economicamente muito frágil e extremamente dependente dos sul-africanos. "Pretória", advertiu ele, "continuará usufruindo da dependência econômica da Namíbia, sem o ônus político que ocasiona a atual ocupação do país".

Ao comentar os resultados do boicote econômico contra o regime do *apartheid*, imposto pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 1984, Vika criticou a hipocrisia daqueles países, que se negam a aceitar a resolução.

"Em 1988", lembrou ele, "o comércio entre a África do Sul e o Japão cresceu muito. Além disso, o governo chileno anunciou a venda de armas para o exército sul-africano. Outro exemplo da hipocrisia é o que ocorreu com os Estados Unidos, que cortaram os vôos diretos das companhias de aviação entre Nova Iorque e Joanesburgo, mas autorizou outros vôos que fazem escala em Londres".



Mineiros em greve: protestos pelas discriminações e falta de segurança no trabalho

Içando a bandeira da reação

A Namíbia herda, com a independência próxima, influentes grupos de origem européia, identificados com arraigadas tradições colonialistas



A namibiana protesta em Windhoek, ante a prisão de guerrilheiros da Swapo pelos sul-africanos em abril

Enquanto a administração da ocupação sul-africana da Namíbia, conhecida como Governo Interino, votava a favor de sua própria dissolução, em fevereiro passado, Johan Pieters saía do velho armazém onde mora, à beira de uma praia poluída do Atlântico Sul, na decadente vila de Swakopmund, e içava a bandeira preta e amarela da Alemanha Imperial.

Há anos que Pieters vem celebrando a cerimônia matinal de içar aquela bandeira, e promete continuar a fazê-lo no futuro, mesmo depois que a Namíbia se tornar independente.

O novo "governador" sul-africano da Namíbia, Louis Pienaar, assumiu o poder em Windhoek em março passado. No dia 1º de abril, passou a dividir esse poder com Martti Ahtisaari, administrador nomeado pelas Nações Unidas. Juntos, os dois deverão comandar a demolição do brutal regime colonial instalado no país pela África do Sul.

Mas, não se sabe se as pessoas, que apoiaram e participaram desse regime, pretendem ir embora ou permanecer no país.

Pieters é apenas um dentre uma maioria de brancos que pretende permanecer na Namíbia depois de 31 de dezembro, quando se espera que a Or-

ganização do Povo da África do Sudoeste-Swapo assuma o controle do governo.

É possível que ele não seja o cidadão mais desejável do novo país. Pieters é dono de um dos maiores armazéns de relíquias nazistas do mundo. Seu estabelecimento tem de tudo, desde espadas a insígnias, e, em um recanto especial dedicado à memória de Hitler, os turistas podem comprar cartazes e cartões postais.

Indagado, quanto às suas perspectivas na nova Namíbia, ele resmunga: "Para nós, tudo bem". Partindo de um neonazista, a frase tem um quê de mau agouro. Os cidadãos locais dizem que, entre os 90 mil brancos deste país de 1,5 milhão de habitantes, existem provavelmente 5 mil simpatizantes do nazismo na comunidade de língua alemã, que totaliza 40 mil pessoas.

Mas, o fator crucial para os brancos de origem alemã é que não têm para onde ir. Estão lá há gerações, desde que seus ancestrais desembarcaram nas praias da Namíbia para dar início a uma guerra de extermínio contra os povos hereros, que então dominavam a região.

Da mesma forma, a pequena comunidade de comerciantes portugueses está lá para ficar. São apenas 2.500 e fu-

giram de Angola, depois que esta se tornou independente, em 1975. Hoje, praticamente todas as lojas de esquina, no norte da Namíbia, pertencem a portugueses. Em Rundu, capital da Ovambolândia, esses comerciantes fizeram sua fortuna, atendendo às necessidades das forças invasoras da África do Sul e de sua aliada, a Unita angolana, ambas agora em declínio.

Os comerciantes portugueses de Rundu operam a partir de uma rede de lojas empoeiradas, cujas vitrinas estão sempre cheias de quinquilharias. Na verdade, porém, são intermediários de um florescente comércio de madeiras de lei e diamantes. Os grupos da Unita derrubam árvores e extraem diamantes. Os donos das lojas vendem os produtos no mercado internacional.

Com a independência, porém, acham que tudo vai acabar. Estão indo para Windhoek, no sul. À medida que o dinheiro africâner se transfere de volta para a África do Sul, os comerciantes portugueses compram hotéis, lojas e qualquer prédio ou terreno que seja desocupado.

Restaurar a ordem no país, após a saída dos sul-africanos, será a principal ocupação dos cidadãos locais, inclusive os de origem portuguesa. Os namibianos de fala africâner são cerca de 45 mil.

Fingindo que vão sair



A presença sul-africana põe em risco o processo de independência da Namíbia

Em declaração feita em março último, a Organização do Povo da África do Sudoeste-Swapo disse que era "absolutamente claro", que a África do Sul não tinha "qualquer intenção de desmobilizar suas tropas", como exigido pelo acordo de paz para a África Austral.

A declaração acrescentava, que o regime sul-africano fez saber que manterá toda a Força Territorial da África do Sudoeste-Swaft, de 35 mil homens, "em sua folha de pagamento, durante a implementação da Resolução 435 das Nações Unidas", que estabeleceu as bases da independência da Namíbia. "Os sul-africanos pretendem fingir que vão desmobilizar suas tropas".

Afirma a Swapo, que a África do Sul pretende pôr em prática um plano elaborado em 1982 por Charles Lloyd, então comandante da Swatf e hoje membro influente do Conselho de Segurança Nacional daquele país. Um plano semelhante havia sido preparado, anteriormente, pelo general Jannie Geldenhuis, hoje chefe da força de defesa sul-africana.

De acordo com a Swapo, o plano preparado por Lloyd, em 1982, considerava a desmilitarização da Swatf como "fase temporária, que deveria durar apenas o prazo necessário à campanha eleitoral... Todo o armamento e munição da unidade será entregue ao quartel-general da mesma, onde será guardado pelas respectivas unidades, sob a supervisão dos fiscais da força de paz da ONU. As armas pessoais não serão entregues e a força de paz da ONU não terá controle sobre o armamento e munição mantidos sob guarda". O plano propôs, ainda, que os membros das unidades da Swatf sejam considerados em licença remunerada, comparecendo mensalmente ao quartel-general, a fim de receber o soldo.

A força de elite da máquina militar sul-africana - a unidade Koevet, composta de 3 mil homens - foi agora incorporada à força policial existente e permanecerá mobilizada e armada durante a transição. A Koevet é comprovadamente responsável pela tortura e morte de muitos namibianos.

"O regime sul-africano criou esta unidade, tecnicamente como unidade policial, para contornar as exigências da ONU, no sentido de retirar suas tropas da Namíbia ou desmobilizá-las", diz a Swapo. "A função da Koevet sempre foi militar", denuncia.

Muitos observadores acreditam que, se houver problemas após a independência, os responsáveis serão estes últimos, e não os neonazistas.

De certa forma, eles já estão criando problemas. Suspeita-se, que muitos policiais e recrutas das forças armadas usam suas horas de folga para se unirem a civis, e com eles formarem esquadrões-da-morte e grupos que empreendem atentados a bomba. Cita-se o caso de uma escola, em Katima Mulilo, cidade da província de Caprivi, que foi atacada, em janeiro, com bombas incendiárias por um bando de brancos de extrema-direita.

Katima é alvo natural de represálias. A cidade possui instalações militares, inclusive duas bases - aérea e terrestre. Localizada em território ribeirinho relativamente fértil, não possui indústrias nem base de comércio digna de menção. Os sul-africanos criaram-na, como ponto de concentração de tropas na extremidade de uma estrada militar de 200km de extensão, que liga Katima a Rundu.

Do outro lado do Rio Zambezi fica Zâmbia. Aviões Mirage reconicionados, partindo da base aérea de Katima, executavam missões de combate contra a província angolana de Cuando Cubango, em apoio à Unita. Hoje, o regimento de Walvis Bay patrulha os bosques da fronteira. Os temidos esquadrões de terroristas Koevet atacam as aldeias.

Se o plano de paz das Nações Unidas for executado dentro do prazo, as bases do exército e da força aérea serão evacuadas até o dia 1º de julho. Katima tornar-se-á imediatamente uma cidade-fantasma.

Resta saber, se a população civil africana continuará a empreender seus ataques noturnos contra populações indefesas, após a partida dos seus irmãos militares. A expectativa geral é de que os agricultores procurarão refúgio em suas fazendas. Os funcionários públicos irão para a África do Sul.

Com esses funcionários irão os serviços públicos, que os militares administravam no norte, especialmente as clínicas militares. Não obstante, cada comboio de transporte de tropas, que se arrasta pela estrada rumo a Grootfontein e África do Sul, provoca um suspiro coletivo de alívio. ●

A conturbada transição à independência

A ONU rejeita pressões da África do Sul para mudar o plano para a independência do território, ao qual começam a retornar os exilados

Em resposta à carta do ministro das Relações Exteriores da África do Sul, o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, disse não aceitar que o governo sul-africano, ou qualquer outra parte, recorra, unilateralmente, a medidas que não sejam as estipuladas no plano da ONU para a independência da Namíbia.

Pérez de Cuellar se referiu, especificamente, ao trecho da carta do ministro, que dizia que, frente a incidentes como os ocorridos no início de abril, entre a Organização dos Povos da África do Sudoeste-Swapo e as forças de defesa sul-africanas, o administrador-geral da Namíbia tinha o direito de "usar os métodos e os meios, que achasse apropriados para conter atividades de natureza agressiva, violenta ou intimidatória". Segundo a ONU, na resposta, Pérez de Cuellar disse aceitar a garantia do embaixador sul-africano, de que a declaração do ministro não tinha intenção "de fazer ameaças". Para Pérez de Cuellar, o único instrumento relevante, no processo de independência do território, é o plano da ONU, tal como foi aprovado pelo Conselho de Segurança.

Violências na Namíbia

O grupo formado por representantes do território da Namíbia e da ONU, que está examinando a implementação do plano de independência do território (baseado na resolução 435 do Conselho de Segurança), ouviu, em Windhoek, acusações contra as forças policiais e de defesa do território, controladas pela África do Sul. As acusações, feitas após investigações do Grupo da ONU de Assistência à Transição-Untag, são a de assassinato de um garoto e nove de agressões e danos proposítas.

Em carta enviada ao Conselho de



A transição exigiu contatos urgentes, entre ONU, Angola, Cuba, África do Sul, EUA e URSS

Segurança e à Assembléia-Geral, o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar, examinou os termos de referência para a implementação da resolução 435. Uma lista, de 17 itens, inclui medidas para garantir as liberdades de expressão, reunião, movimento e imprensa, e determina a libertação dos presos políticos antes da campanha eleitoral, além do retorno pacífico dos exilados, para participarem livremente das eleições. Foi anunciado também, que, durante o processo de independência, a ONU seguirá certos procedimentos: a assembléia-geral regular não discutirá a questão da Namíbia, a ONU não financiará nenhum partido namibiano e o Conselho da ONU para a Namíbia deve evitar qualquer atividade política.

Começa o retorno

Cerca de 35 mil refugiados namibianos já se registraram no Alto Comissariado da ONU para Refugiados-Acnur, para voltarem a seu país e participarem das eleições que serão realizadas no final do ano, como parte do processo de independência do território.

No início de junho, os primeiros 1.374 refugiados namibianos chegaram ao território, partindo dos aeroportos de Luanda e Lubango (Angola) e Lusaka (Zâmbia). Os refugiados serão distribuídos em diferentes cidades namibianas: 500 vão para Grootfontein, 374 para Windhoek e 500 para Ondangwa. O Acnur está preparado para receber entre 1.000 e 1.400 refugiados, diariamente, até final de julho. Os vôos, trazendo os refugiados, funcionarão de segunda a sábado, e aos domingos haverá vôos de carga.

A volta dos refugiados foi possibilitada após a assinatura da lei, que anistia a todos os cidadãos namibianos, seus cônjuges e filhos e "anula as leis, regulamentações e medidas restritivas ou discriminatórias, que poderiam impedir a realização de eleições livres e justas na Namíbia". O acordo para a lei de anistia foi negociado pelos representantes do governo sul-africano e pelo representante especial do secretário-geral na Namíbia, de maneira a cumprir as exigências da resolução 435 do Conselho de Segurança, que contém o plano da ONU para a independência da Namíbia.



As riquezas minerais do Saara Ocidental aguçaram a cobiça externa, que partilhou o país

O nacionalismo sindical

A federação de sindicatos do Saara consegue combinar a defesa dos direitos dos trabalhadores com a luta pela independência nacional

*Toby Shelley**

Somente no final dos seus 70 anos de domínio colonial, a Espanha fez uma tentativa séria de explorar os recursos naturais do Saara Ocidental: abriu as vastas minas de fosfato de Bu Craa, ligadas ao porto de Layoun através daquela que, na época, era a maior correia transportadora do mundo. Em 1975, as minas estavam produzindo 2,6 milhões de toneladas por ano e os planos eram para quadruplicar a produção em 1980.

A exploração do Saara Ocidental exigia que se transformasse a população saariana, quase toda nômade, em uma classe trabalhadora sedentária. Era um processo difícil, que teve, porém, a ajuda da seca, que assolou a região em infícios da década de setenta. Quando a Espanha se retirou do território em 1975-76, cerca de três mil saarianos trabalhavam em Bu Craa, e um número ainda maior era empregado pelos setores de serviços e pelo comércio varejista. Sob o regime de Franco, os sindicatos independentes foram declarados ilegais, mas, quando o governo de Madrid passou a negociar com o grupo na-

cionalista Frente Polisario – Frente Popular de Libertação do Saara e Rio d'Ouro – prometendo autodeterminação ao Saara Ocidental, a recém-formada classe trabalhadora saaraui tratou de organizar-se. Na expectativa da iminente criação de um Estado independente, o Sindicato Geral dos Trabalhadores de Saguia el Hamra e Rio d'Ouro (UGTSARIO) foi criado em outubro de 1975, à base do modelo europeu tradicional.

Entrando na luta

Dias após a realização do congresso que criou o sindicato, a Espanha assinou o Acordo Tripartite com o Marrocos e a Mauritânia, cedendo o Saara Ocidental aos regimes expansionistas de seus vizinhos, em desrespeito não só aos desejos da população saaraui, mas também às resoluções das Nações Unidas sobre descolonização. Com os bombardeios de Mouddrayga e Amgal, a maioria da população saariana fugiu para o leste, em direção à cidade argelina de Tindouf, sendo suas colunas metralhadas pela aviação e bombardeadas com napalm. O incipiente movimento sindical, privado de sua razão de ser, foi temporariamente dissolvido. A maior parte dos membros do movimento uniu-se à resistência guerrilheira comandada pela Frente Polisario ou passou a prestar assistência aos refugiados.

Entre 1975 e 1984, o UGTSARIO atravessou longo e difícil processo de transição, reorganizando-se e adaptando-se às necessidades de um povo em exílio e lutando pela libertação nacional. Hoje, grande parte de seus militantes são guerrilheiros ou trabalham em funções técnicas, lado a lado com as forças da Polisario. Outros engajaram-se nos setores de serviços e da produção em pequena escala, nos quatro campos de refugiados próximos a Tindouf, área cedida à República Árabe Saaraui Democrática-RASD pelo governo argelino.

O UGTSARIO foi remodelado e é hoje importante órgão do movimento de libertação. Expressa o compromisso dos trabalhadores saarianos com a luta pela autodeterminação, assegurando a participação dos mesmos no processo decisório, aos níveis de base e nacional,

ao mesmo tempo em que incorpora e preserva um grupo qualificado, capaz de ajudar a construir uma nação independente.

O movimento trabalhista saariano tem em comum, com a exilada Federação dos Sindicatos Palestinos, a experiência de conjugar objetivos nacionalistas, necessidades materiais imediatas dos seus membros e a necessidade comunitária de aumentar a produção, de modo a proteger os trabalhadores contra condições de vida mais duras. Além disso, compartilha da experiência de agir como mecanismo de preservação da unidade de um povo disperso e como seu porta-voz dentro do movimento trabalhista internacional.

Mohamed Touhammi, secretário nacional do UGTSARIO, falou a **terceiro mundo** sobre a estrutura e o papel do movimento trabalhista, e sua relação com a luta de libertação.

Mobilizando forças

Qual a atual situação da federação?

— Em 1984, teve início uma nova fase, em que a comunidade se voltou para a auto-suficiência, a satisfação das necessidades básicas e a criação de fazendas e locais de trabalho. A federação abrange vários sindicatos, como os dos trabalhadores em saúde e saneamento, trabalhadores agrícolas, trabalhadores do setor educacional e mineiros. Alguns são atuantes, mas outros não passam de meras estruturas. Exemplo disto é o sindicato dos mineiros, cujo chefe, um militante que tinha sido preso pelos espanhóis devido à agitação que promoveu junto aos trabalhadores das minas de fosfato, hoje exerce funções de professor.

Nas zonas liberadas, a federação é menos atuante do que nos campos, onde conseguimos organizar somente os produtores de alimentos. Nos territórios ocupados, os trabalhadores que pertenciam ao sindicato, em 1975, foram colocados na lista negra, e o trabalho da federação se limita à educação e à transmissão de notícias.

O UGTSARIO tem a singularidade de aceitar estudantes como membros. Que tipo de estrutura é adotada para a admissão

de novos membros?

— Devo salientar que o sindicato dos estudantes é parte importante da federação — afinal, os estudantes também trabalham. A federação não funciona à base de participação individual nem emite cartões de sócio. Ao invés disso, todos os trabalhadores têm o direito de comparecer aos congressos que elegem o comitê executivo e o secretariado. É a este nível regional que existe uma organização executiva local em cada campo, presidida pelo respectivo chefe da produção agrícola e incluindo representantes distritais de cada sindicato.

Quais as funções e responsabilidades da federação sindical? Qual a sua relação com a Frente Polisario?

— O principal papel da federação é



Organizar-se e lutar são tarefas, no Saara

mobilizar os trabalhadores e assegurar a participação dos mesmos no processo decisório nacional. A federação faz parte da Polisario, e os melhores membros desta são trabalhadores. Quem está de fora poderia ver nisto uma contradição. Mas nós não esquecemos os direitos dos trabalhadores e, para a Polisario, os seres humanos vêm sempre em primeiro lugar. Desempenhamos um papel na manutenção da saúde e da segurança, mas não esquecemos dos problemas que enfrentamos como saarianos. Sabemos que, às vezes, cometemos erros, mas fazemos o possível para corrigi-los.

O povo saaraui está disperso em várias partes do mundo. Qual a conexão entre

a federação e os trabalhadores emigrados?

— No congresso do ano passado, calculamos que existiam cerca de 62 mil trabalhadores nos campos. Em outros locais, existem outros 25 mil trabalhadores. Na Mauritânia, os saarianos trabalham nas ferrovias; na Argélia, trabalham no setor de serviços; na Europa, temos marinheiros, mineiros e trabalhadores na indústria automobilística. Os saarianos forçados a se estabelecerem no Marrocos têm grande dificuldade em encontrar trabalho. Nos territórios ocupados, havia antigamente 32 mil trabalhadores na mina de fosfato de Bu Craa, mas, hoje, existem apenas 500. Alguns de Bu Craa conseguiram estabelecer-se nos ramos mais básicos de comércio. Nossos trabalhadores emigrados têm sua própria sucursal sindical e representação no secretariado nacional.

Quais as relações mantidas pela federação com outros sindicatos no resto do mundo?

— Sabemos que cometemos um grande erro por não estabelecer, logo de início, contato com os nossos amigos do exterior. Precisamos de experiência e ajuda. Tivemos dificuldades, inicialmente, porque as pessoas na Europa não compreendem o papel dos sindicatos em outros países. Mas, esses problemas foram resolvidos em nosso segundo congresso, em 1987. Hoje, mantemos contato com pelo menos 240 sindicatos em todo o mundo, somos membros da Unidade Sindical Africana e esperamos participar da União Internacional de Sindicatos Árabes. Desejamos obter a condição de observadores, na Federação Mundial de Sindicatos Trabalhistas, mas, temos problemas com a Confederação Internacional de Sindicatos Livres. Mantemos contato com sindicatos do Kuwait, Síria, Líbano Democrático, Sudão e Argélia, e com os sindicatos da oposição na Jordânia. Esperamos que o congresso de sindicatos, a realizar-se na Inglaterra, venha a nos reconhecer, como o congresso sindical escocês já nos reconhece. Além disso, mantemos relações com vários sindicatos ingleses.

* Toby Shelley, jornalista inglês, visitou recentemente o Saara Ocidental.

Antes que seja tarde

Golpeado pelas inundações e pela fome, o maior país da África está agora ameaçado também pela desintegração política, e a decorrência de divergências regionais, base da guerra civil, que contrapõe ao governo a proposta revolucionária do Exército Sudanês de Libertação Popular



Sudão: guerra civil, secas, cheias, fome

Surpreendentemente, o exército do Sudão deu um ultimato ao governo de Cartum, para que dê basta à guerra civil no país. Se as autoridades não forem capazes de encontrar uma saída política, os generais exigirão o reequipamento das forças armadas. "Entreguem-nos armas suficientes e colocaremos um fim no impasse militar", afirmam eles. Na verdade, são poucos os que acreditam que o exército, ainda que bem equipado, possa deter o avanço dos rebeldes sulistas, agora mais poderosos que nunca.

O exército sudanês, supostamente um instrumento de unidade nacional, defronta-se com um país convulsionado pela rebelião, pela economia caótica e por um governo politicamente imobilizado. As históricas divisões que existem no seio da população tornam-se cada dia mais profundas. Em 1956, o Sudão proclamou a sua independência, em meio a uma outra guerra civil, entre o norte e o sul do país, que durou 16 anos e custou a vida de um milhão de sudaneses. O sul, predominantemente negro, foi secularmente relegado, em termos econômicos e políticos, pelo norte, de forte influência árabe e islâmica. A guerra civil recomeçou nos anos 70 e se prolongou pela década de oitenta.

A não ser que a guerra termine imediatamente, o Sudão pode vir a se tornar o primeiro país africano a passar por uma ameaça real de desagregação política. No ano passado, morreram cerca de 300 mil pessoas, no sul. Ainda que o norte negue terminantemente, muitos observadores estrangeiros são testemunhas de um virtual genocídio, que está sendo praticado contra o grupo étnico dinka, a minoria mais numerosa do sul e principal suporte dos rebeldes. Na região oeste, as milícias islâmicas têm-se organizado para matar a população do sul. Cartum, a capital, recebe milhares de refugiados sulistas, que têm inchado a cidade, contribuindo assim para fomentar a crescente desunião nacional.

Os Estados Unidos e a União Soviética têm estado atentos à gravidade da crise sudanesa. O secretário de Estado norte-americano, James Baker, expressou o desejo de a Casa Branca atuar como mediadora entre o governo do Sudão e os rebeldes do país. Moscou, por seu lado, declarou também a sua vontade de ajudar na busca de uma solução para o conflito. Mas, enquanto se tenta chegar a um acordo de suspensão do fogo, receia-se que não será fácil acabar com a guerra civil que tomou conta do país.

A Anyanya

A rebelião se alimenta das profundas diferenças que separam a população do norte — aproximadamente dois terços dos 14 milhões de sudaneses — do restante do país. O norte é islâmico e o sul animista (60%) e cristão (17%). O norte é desértico e pobre, enquanto o sul tem petróleo e água abundante, o que o torna potencialmente rico. Os Estados Unidos, Inglaterra, Israel, as igrejas católica e protestante, a Etiópia e a União Soviética têm manipulado sucessivamente essas diferenças, em benefício de seus interesses políticos e econômicos na região.

A rebelião anterior começou em 1952 e foi denominada *Anyanya*. Contava com o apoio de Israel e, segundo muitos sudaneses, com o das igrejas ocidentais. Em 1972, foi negociado um acordo de paz, por iniciativa do ex-presidente sudanês Gaafar Numeiry. Mas, a opressão em cima dos sulistas, por parte do norte do país, não cessou e, poucos anos depois, estourou nova guerra, a *Anyanya II*, dirigida agora por John Garang. Porém, ao contrário do que ocorreu com o primeiro conflito, desta vez a finalidade não é secessionista. Garang, ex-oficial do exército, considera-se um dirigente nacional e não-regional. Apesar de não ser muçulmano, goza de grande apoio entre os nacionalistas e esquerdistas do norte e,

a exemplo de muitos outros sulistas, fala fluentemente o árabe.

Numa atitude que o colocou à esquerda do quadro político, Garang formalizou, desde o início da luta, uma aliança entre o Exército Sudanês de Libertação Popular-ESLP, do qual é dirigente, e a vizinha Etiópia, governada por oficiais de ideologia marxista.

Embora estivessem as idéias de esquerda ganhando cada vez mais adeptos entre a crescente população urbana, florescia outro pensamento, no cenário político do país: o fundamentalismo islâmico, alimentado indiretamente pelo general Numeiry, que, ao constatar seu crescente isolamento, havia tratado de ganhar as simpatias dos muçulmanos, introduzindo, no Sudão, a *sharia*, lei islâmica. Mas, como estava em final de mandato, a manobra fracassou. Um dos compromissos da equipe que o sucedeu à frente do executivo foi congelar a *sharia*, considerada uma afronta pela população não-muçulmana, e questionada até pelos seguidores menos ortodoxos do islamismo.

Os esforços pacificadores

Quando, em abril de 1986, foram realizadas as primeiras eleições após a ditadura dos generais Numeiry e Abdul Dahab, surgiu, uma vez mais, a esperança de se acabar com a guerra. Do pleito saíram vitoriosos o Partido do



Os refugiados da guerra são acomodados em acampamentos como este



O primeiro-ministro Mahdi deu continuidade à política de Numeiry (ao lado) e agravou a situação política sudanesa



Povo-Umma e seu dirigente máximo, Badiq al-Mahdi, que foi eleito primeiro-ministro. Mas, sua fraqueza, na condução política do país, agravou a crise entre o norte e o sul. Nem o exército saiu incólume dos anos de guerra: tem sido golpeado severamente pelo ESLP e perdeu o controle de importantes centros urbanos. Em outras regiões, está totalmente cercado pelas forças rebeldes.

Como se esse cenário já não fosse suficiente para atormentar o povo, o ano passado se caracterizou por tragédias naturais, sobretudo por grandes inundações do rio Nilo, que assolaram Cartum e provocaram a fome de grande

parte da população. As condições de vida se tornaram extremamente precárias e, desde então, tornou-se comum a ocorrência de manifestações espontâneas nas ruas, muitas vezes só para reclamar pão. O perigo mais grave é uma epidemia de meningite, que já aconteceu na Etiópia e pode passar para o Sudão.

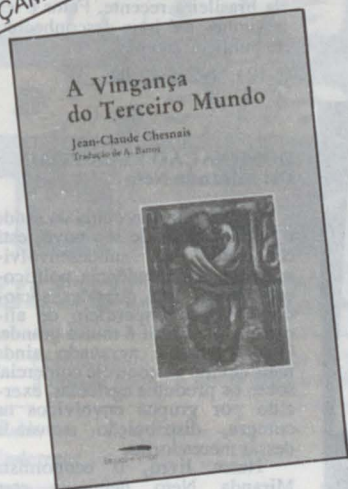
Em meio ao imobilismo político e ao crescente descontentamento social, em novembro do ano passado, o Partido Democrático

co Unionista-DUP, de orientação nacionalista – que, nas eleições de 1986, elegeu 64 deputados e formalizou uma coalizão com o Umma para formar o governo (tem seis ministros) – firmou um acordo com John Garang, em Addis Abeba, Etiópia, para tentar pôr fim à guerra. O acordo, entretanto, foi rechaçado pelos fundamentalistas islâmicos, que têm maioria no parlamento e são liderados pelo ministro da Justiça, Hassan al-Tarabi. Com articulações e influências no mundo árabe, Al-Tarabi considera essa guerra como fundamental para o futuro do islamismo em toda a África. Por isso, ele usou todo o seu prestígio para conseguir que o par-

Solicite agora os livros de sua preferência, por telefone ou carta, independente dos que estão à venda em nosso catálogo. Acreditamos que, desta forma, estamos prestando mais um serviço aos nossos leitores e assinantes.
Ligue: (021) 252-7440 e faça seu pedido.

A VINGANÇA DO TERCEIRO MUNDO

LANÇAMENTO



Para Jean-Claude Chesnais, os manuais de história devem ser revistos e revisados. Embora possa parecer estranho, os países do Terceiro Mundo não estão tão mal, a ponto de, aos poucos, irem roubando a superioridade do ocidente. E a grande virada na economia mundial se dará num prazo de quarenta a cinquenta anos.

Apresentando gráficos cuidadosamente estudados, Chesnais faz um balanço do processo de colonização européia nos países do Terceiro Mundo, critica as "leis da população", de Malthus, e as "leis da economia", de Marx, e se opõe ao que chama de mitos terceiromundistas, como a ameaça

demográfica e o empobrecimento das nações.

Fala-se pudicamente em ascensão dos "novos países industriais", mas as falsas designações não conseguem esconder a verdade, isto é, estes países seriam, nada mais, nada menos, que os atuais países pobres.

Com exceção dos países nórdicos, favorecidos pelo clima, é na Ásia Oriental que a luta contra a morte está mais avançada, não apenas no Japão mas também em Taiwan e em Hong Kong, cidade do "capitalismo selvagem". Discreta mas firmemente, a esperança de vida nessa região tornou-se uma das mais altas do mundo.

Apesar dos graves problemas de ordem financeira por que passam, países como o Brasil têm potenciais imensos ainda inexplorados e numerosos países ditos "pouco desenvolvidos" da Ásia e da América Latina estão alcançando níveis próximos aos de países europeus e, às vezes uma situação melhor do que as nações da esfera socialista.

E-201 NCz\$ 35,00

**CONVERSAS
COM BETINHO**
(Sem Vergonha da Utopia)
De: Ricardo Gontijo

"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem foi, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. As **Conversas com Betinho**, de Ricardo Gontijo, faz luz sobre muitos episódios de uma etapa decisiva da nossa história contemporânea.

Afonso Romano de Sant'Anna escreve o seguinte, na apresentação do livro:

"Há uma certa candura neste livro. E uma juventude irremissível. Aí, a narrativa de como o irmão de Henfil e Chico Mário derrota a morte, diariamente. É um livro alegre, luminoso, pra cima."

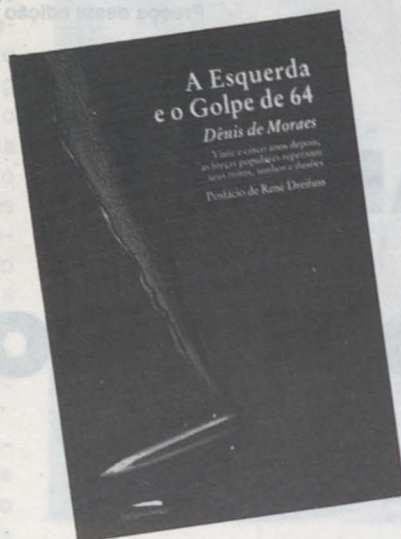
Betinho não é apenas um líder sedutor e carismático. É uma inesgotável usina de utopias."

E-195 NCz\$ 20,00

LIVROS DE SUCESSO

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64
De: Dênis de Moraes

LANÇAMENTO



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Pres-

tes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima.

Eles repensam o passado à procura de respostas para a pergunta-chave do livro: por que a esquerda perdeu em 64, quando parecia que, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao poder para fazer as "reformas de base"?

E-202 NCz\$ 38,00

CANUDOS:
A Guerra Social
De: Edmundo Moniz

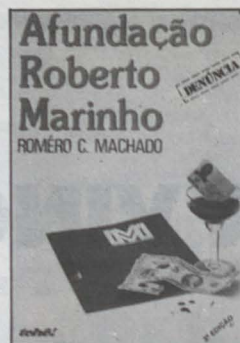
É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 NCz\$ 28,00



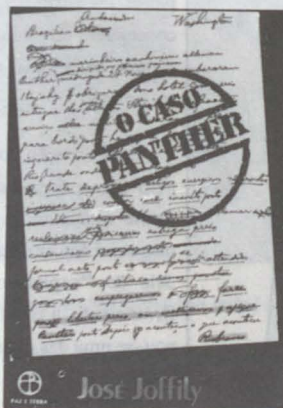
AFUNDAÇÃO
ROBERTO MARINHO
De: Romero C. Machado



O livro, oferece, não só ao público tradicionalmente leitor, mas também ao julgamento de toda a sociedade brasileira, talvez o título mais polêmico das últimas décadas. Num empreendimento editorial de enorme ousadia, um notável trabalho de investigação jornalística. Sucesso absoluto que se expressa já na 3ª edição em poucos meses. 255 pág.

E-179 NCz\$ 28,00

O CASO PANTHER
De: José Joffily



José Joffily está prestando um serviço extraordinário ao nosso país, sobretudo à sua juventude, exumando com um metódico e competente trabalho de pesquisa e interpretação, episódios que a história oficial achou mais conveniente sepultar.

Seu último livro foi "O caso Panther", a história da invasão de Itajaí, Santa Catarina, em 1905, por tripulantes daquela poderosa canhoeira alemã, em completo desrespeito à soberania brasileira. A ação dos invasores durou 50 dias e foram necessários 82 anos para que fosse conhecido em toda sua extensão e gravidade.

O mais curioso é que nem na Marinha nem no Arquivo Nacional o autor encontrou elementos para sua pesquisa. Mas não desanimou e, depois de quatro anos, nos oferece, agora, um trabalho documentado sobre um momento crucial do expansionismo germânico no novo mundo. 217 pág.

E-185 NCz\$ 20,00

CARTAS AO PLANETA BRASIL
De: Geneton Moraes Neto

O que se narra neste livro é dramaticamente real. São depoimentos inéditos, publicados na íntegra, rigorosamente sem cortes que expõem o pensamento completo dos entrevistados: Anthony Burgess, Arnaldo Jabor, Daniel Cohn-Bendit, Francisco Julião, Gilberto Freyre, Gilberto Gil, Gregório Bezerra, Henfil, Hélder Câmara, João Cabral de Melo Neto, João Saldanha, Luiz Gonzaga, Pete Best, Roberto Carlos/Caetano Veloso, Ronald Edwards.

Um documento sobre a história brasileira recente. Fatos e testemunhos até hoje desconhecidos do público. 264 pág.

E-181 NCz\$ 22,00

DOMINAÇÃO PELA FOME
De: Miranda Neto

O país que não cuida da saúde e da Educação de seu povo, está condenado ao subdesenvolvimento e à dependência político-econômica. Por questões sócio-culturais, o desperdício de alimentos no Brasil é muito grande. O problema é agravado ainda mais devido ao controle comercial sobre os produtos agrícolas, exercido por grupos envolvidos na compra, distribuição e venda dessas mercadorias.

Nesse livro, o economista Miranda Neto denuncia esse "tráfego de alimentos", decorrente de uma escassez artificialmente provocada, com o objetivo de controlar preços e favorecer a lucratividade nesses setores que, por deterem o poder econômico, influem indiretamente no poder político.

Segundo Miranda Neto, as maiores vítimas dessa intrincada e complexa trajetória dos produtos — do campo à mesa — são o pequeno produtor, o varejista e o consumidor, que estão completamente desassistidos por causa de uma ineficaz política nacional para a produção de alimentos, ditada pela demanda externa. O mercado internacional é quem indica o que e quanto será plantado e colhido na próxima safra, em detrimento do abastecimento interno.

E-193 NCz\$ 25,00

Assine terceiro mundo

Descontos
Promocional
e
Brindes

É PRESENTE O ANO INTEIRO... PRA TODA A VIDA



Desconto
Progressivo

OFERTA VÁLIDA ATÉ 20.08.89

Nº DE ASSINATURAS	VALOR POR ASSINATURAS NCz\$	TOTAL A PAGAR NCz\$	BRINDES
1	48,00	48,00	-
2	43,00	86,00	-
3	41,00	123,00	-
4	41,00	164,00	1 Livro de nossa escolha
5	38,00	190,00	1 Livro de nossa escolha

- Assinatura (6 meses) NCz\$ 27,00
- Assinatura (2 anos) NCz\$ 80,00
- Renovação NCz\$ 35,00
- Exemplar avulso NCz\$ 4,50
- Atendimento Assinante: tel.: (021) 252-7440

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com a tabela acima e envie para a Editora Terceiro Mundo.

1 Nome: 4 Nome:
Endereço: Endereço:
Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

2 Nome: 5 Nome:
Endereço: Endereço:
Bairro: Cidade: Bairro: Cidade:
Estado: CEP Tel.: Estado: CEP Tel.:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa

3 Nome: REMETENTE
Endereço: Nome:
Bairro: Endereço:
Estado: CEP Cidade:
Remessa por () cheque nominal ou () vale postal - ag. Lapa Estado: CEP Tel.:

INFORMAÇÃO

FORMAÇÃO

ENTRETENIMENTO

BRASÍLIA: A HISTÓRIA DE UMA AVENTURA
De: Neiva Moreira



O livro foi escrito entre 1960 e 1961, O período Jânio, em plena "república dos bilhetinhos" e depois escondido junto com outros papéis durante quase vinte anos, para escapar à repressão da ditadura, e só recuperados alguns anos depois da anistia.

"Publiquei-os como os encontrei" - declara o autor. "Hoje, seguramente não saberia reconstruir o fascinante momento".

73 pág.
E-184 NCz\$ 7,00

OUTUBRO E A PERESTROIKA
De: Mikhail Gorbachiov
86 pág.
E-153 NCz\$ 6,00

TRANSFORMAÇÃO E CRISE NA ECONOMIA MUNDIAL
De: Celso Furtado

"A decisão de reunir esses ensaios (...) foi motivada pelo desejo de imitar a nova geração a retornar aos estudos dos problemas globais, sem o que estaremos murados no provincianismo intelectual, e continuaremos caladários de alguma visão do mundo recortada sob medida para que nos conformemos com nossa secular situação de dependência". (Celso Furtado) 289 pág.

E-156 NCz\$ 23,00

UM DESAFIO CHAMADO BRASIL
De: Arnaldo Mourthé

O livro consegue não só traduzir em linguagem acessível toda a complexidade da atual crise brasileira como, também, apresentar soluções consistentes para que o Brasil não se transforme definitivamente no pasto do capitalismo internacional, como querem nossas elites no poder. 107 pág.

E-172 NCz\$ 10,00

SALA 4
De: Maria Werneck

Maria Werneck consegue com este livro lembrar com afeto e carinho o nome de sua companheiras da "Sala Quatro" e, na medida do possível, retratá-las, contar-nos o que era a vida diária na prisão, as idéias que trocavam e, até mesmo, as características pessoais de boa parte delas.

O livro descreve cenas dramáticas da retirada da cela da mulher de Prestes, entregue por Getúlio Vargas à Alemanha nazista, onde morreu num campo de concentração.

E-192 NCz\$ 18,50

NICARÁGUA NICARAGÜITA - UM POVO EM ARMAS CONSTRÓI A DEMOCRACIA
De: Mirian Goldenberg
156 pág.
E-144 NCz\$ 10,00

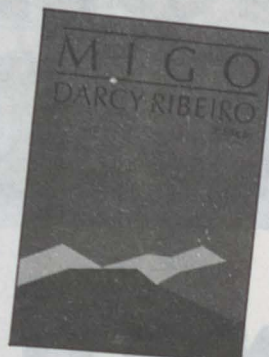
O HOMEM E SUA FICHA
De: Jesus Soares Pereira

Soares Pereira teve seus direitos políticos cassados por dez anos, em abril de 1964, sem qualquer justificativa para tal violência.

Viu-se obrigado a emigrar do Brasil. Antes de abandonar a pátria, no entanto, elegeu o povo brasileiro como Tribunal de Honra e a ele submeteu a candente declaração de princípios e a imprescindível folha de serviço que é este livro.

E-180 NCz\$ 24,00

MIGO
De: Darcy Ribeiro



Em Migo o personagem central é uma força da natureza, um homem em permanente conflito consigo mesmo, capaz da maior vilania ou de diálogo com o absoluto. Raros personagens em nossa literatura fundem com tamanha propriedade e particular e o universal. Humano e comovente, Ageu Rigueira, o Gê, é a confirmação de que todo romance transfigura a vida.

O romance é a reconstrução admirável de uma vida e de um tempo brasileiro.

Darcy Ribeiro - filho de Minas, antropólogo e educador - mais uma vez surpreende seus leitores. 422 pág.

E-178 NCz\$ 12,00

COMBATE NAS TREVAS
De: Jacob Gorender

Combate nas trevas, de Jacob Gorender, é a história da esquerda brasileira que pegou em armas contra os governos ditatoriais instalados no Brasil a partir de 1964.

Baseado em exaustiva pesquisa e inúmeras entrevistas com ex-militantes, o autor faz revelações inéditas e apresenta novas versões de acontecimentos marcantes, entre eles a morte de Marighella e o atentado contra a comitiva do general Costa e Silva no aeroporto de Recife. 228 pág.

E-188 NCz\$ 15,00

MEMORIAL DOS PALMARES
De: Ivan Alves Filho

Ao pôr abaixo toda uma estrutura que, poderíamos chamar de igualitária, a qual prevalece até a segunda metade do século XVI, o processo de colonização abre a via para a sociedade dividida em classes sociais antagônicas no Brasil. A partir daí, todas as propostas visando a modificar as condições de existência do povo brasileiro se darão no quadro de uma realidade classista onde os grupos humanos se definem pelo lugar que ocupam na esfera produtiva. Nessa perspectiva, todos os movimentos sociais, desde os mais autoritários aos mais democráticos, refletem as contradições objetivas da sociedade e tendem, sobretudo, a se posicionar no sentido da defesa dos interesses econômicos e políticos de uma classe historicamente determinada. O livro convida o leitor a examinar as peripécias dos palmarinos. A luta pela Abolição começa em Palmares. 204 pág.

E-190 NCz\$ 18,50

A INTERNACIONAL CAPITALISTA: ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DO EMPRESARIADO TRANSNACIONAL 1918-1986
De: René Armand Drolfuss

Em a "Internacional Capitalista" René revela as articulações das "elites orgânicas" - um núcleo de agentes planejadores e executores da ação política das classes dominantes internacionais. 544 pág.

E-165 NCz\$ 32,00

DO EMBUSTE DAS DÍVIDAS EXTERNAS AO ABSURDO DOS PRIVILÉGIOS ÀS EXPORTAÇÕES
De: Jacques Dezellin

Este livro prova que as dívidas externas são um engodo e que os privilégios às exportações servem, exclusivamente, aos interesses dos países desenvolvidos. 352 pág.

E-166 NCz\$ 19,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

() assinante () não-assinante
Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel.:
Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 5% Para pedidos acima de NCz\$ 60,00
- 10% Para pedidos acima de NCz\$ 75,00
- 15% Para assinantes com pedidos acima de NCz\$ 80,00
- 20% Para pagamento antecipado de pedidos acima de NCz\$ 100,00

terceiro mundo
postal cultural N° 23

PREÇOS
VÁLIDOS
ATÉ 10.08.89

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

lamento vetasse o acordo, o que efetivamente ocorreu em dezembro.

O Umma, o Partido Nacional Islâmico e vários partidos pequenos do sul se aliaram ao primeiro-ministro Al Mahdi e ao congresso, no seu veto ao acordo com os rebeldes.

"Acordo positivo"

O novo ministro da Defesa do Sudão, Mubarak Osmán Rahma, afirmou, no final de março, que "o acordo de paz entre o DUP e o movimento rebelde, que opera no sul, é positivo e contribuirá para alcançar o objetivo estratégico da nação". Para o general, a aplicação do acordo não terá efeito negativo sobre as forças armadas em seu esforço para manter a segurança, no sul do país. "Os esforços de paz não debilitam, pelo contrário, reforçam o papel das forças armadas. É mais necessário do que nunca o fortalecimento do exército, a fim de garantir a estabilidade do sistema democrático", diz Rahma.

Três dias depois, em 1º de abril, fortalecido pelas palavras do ministro da Defesa, Zine Albadine Al Hindi, secretário-geral do DUP, apareceu no congresso para ratificar o acordo, firmado entre seu partido e o dirigente rebelde John Garang. Os sindicatos e os partidos de oposição, entre eles os principais partidos do sul, apoiaram a posição dos militares e a iniciativa do DUP, culpando o governo pela crise econômica e política do país.

Instabilidade

Isso deixou em posição difícil o primeiro-ministro Al Mahdi, que já tinha exercido o cargo uma vez, em 1966. Durante seu primeiro período no poder, o preço do algodão, fonte de 70% das divisas do país, caiu de forma drástica e, depois da guerra árabe-israelense (1967), a ajuda externa ao Sudão foi bastante reduzida. A dívida externa duplicou, chegando a 260 milhões de dólares, e a guerra civil consumiu mais de 30% do orçamento nacional. Este contexto criou um clima de dificuldades políticas, que favoreceu o movimento de um grupo de 14 oficiais do exército, sob liderança do então coronel Gaafar El

O golpe militar

As instabilidades do regime sudanês tiveram mais um capítulo no último dia 30 de junho, através do golpe militar liderado pelo general Omar Hassan Al Bachir, que derrubou o governo e aprisionou o pri-



Bachir quer reformas no país e vai levar aos tribunais o governo de Mahdi

meiro-ministro Sadiq Al Mahdi. Um Conselho Revolucionário, formado por 15 militares rebeldes, impôs o estado de emergência, dissolveu o parlamento, proibiu toda a atividade política, fechou os jornais e decretou toque de recolher em Cartum, a ca-

pital, desde o anoitecer até o amanhecer.

Em sua proclamação de golpe, o general Bachir acusou o governo deposto de provocar o isolamento internacional do país e de manter uma "guerra civil inútil" no sul.

O movimento militar ocorreu apenas duas semanas após o deposto primeiro-ministro haver denunciado uma tentativa de golpe e ter aprisionado altos oficiais, acusando-os de ligações com o ex-presidente Gaafar Numeiry. O movimento de 30 de junho parece não ter ligações com o ex-presidente, pois o general Bachir afirmou que "Numeiry tem o direito de voltar do exílio, desde que se disponha a responder a todos os processos" abertos contra ele, envolvendo responsabilidade em assassinatos e atos de corrupção.

Ao se mostrar distante do ex-presidente Numeiry e contrário à política de Al Mahdi, os militares sudaneses parecem indicar que seguirão uma linha nacionalista, na qual poderá ter destaque uma iniciativa de conciliação interna, envolvendo um acordo definitivo com a guerrilha de John Garang, uma exigência que faziam a Al Mahdi - num tom de ultimato - desde fevereiro passado. Resta observar os passos concretos que o regime militar sudanês começará a dar nestes primeiros meses, para que se possa vislumbrar o teor de seu projeto nacional.

Numeiry, que tomou o poder, em um sangrento golpe de estado. Al Mahdi, que se exilou depois do golpe, retornou ao Sudão, em 1977, e, numa primeira etapa, aderiu à União Socialista do Sudão, de Numeiry. Mas, pouco depois, abandonou o partido, alegando que "não tinha representatividade".

Devido à posição firme do exército e ao empenho do DUP e de seus aliados, que querem consolidar o acordo de paz, espera-se que cresça o apoio a esta

proposta e que, finalmente, o governo, como um todo, aceite o desafio de negociar com os rebeldes.

O Sudão pode se tornar a primeira experiência mundial em que vários governos, de diferentes ideologias e orientações, tentam resolver um conflito que tem implicações civis e políticas. A única forma de impedir a desagregação do país é que as forças do norte e do sul se disponham a conviver, com toda a complexidade que isto exige. ●

A revolta estudantil

Em reação ao movimento estudantil que, há dois anos, vem abalando o Sri Lanka, o governo manda fechar escolas e autoriza matanças e "desaparecimentos"

Vijitha Jayaraman*

O governo cingalês vem sendo abalado em seus alicerces por uma revolta estudantil, que já dura dois anos. Embora a imprensa mundial tenha-se limitado a comentar o conflito étnico, que agita o norte do país, e a violência que impera no sul, a rebelião dos estudantes é vista por certos observadores como mais grave que os movimentos estudantis que sacudiram o Ocidente nos anos 60, ou os recentes protestos de estudantes asiáticos.

De início, as reivindicações dos estudantes partiam unicamente de um problema universitário local, mas logo passaram a incluir questões de âmbito nacional. As universidades estão em tumulto e quase todas das áreas de fala predominantemente cingalesa permanecem fechadas, há quase dois anos.

Os primeiros protestos era contra a criação, pelo governo, de uma faculdade

de medicina privatizada – aberração em um sistema universitário predominantemente estatal. No Sri Lanka, como em outros países, a educação constitui importante veículo de mobilidade vertical para os cidadãos das classes pobres. A nova faculdade de medicina irritou os estudantes por ser, segundo eles, destinada não somente aos mais ricos, mas também àqueles que não tinham obtido as notas mínimas exigidas para o ingresso em escolas superiores estatais. Os manifestantes alegaram que o favoritismo era o motivo por trás da criação da nova escola, e que as autoridades da área da educação tinham interesse pessoal na mesma. Surgiram acusações de que os filhos de pessoas influentes, provavelmente reprovados no vestibular, poderiam agora ingressar na universidade "pela porta dos fundos".

Os protestos contra a privatização do ensino superior ocorreram quando as organizações de universitários tinham sido proibidas pelo governo. Para agravar ainda mais a situação, o âmbito da mobilização estudantil logo se estendeu

a outra questão de cunho mais nacionalista – o acordo entre a Índia e o Sri Lanka, em decorrência do qual grande número de soldados indianos tinha sido enviado ao país. Lemas, como "A pátria antes da educação", começaram a surgir nas manifestações universitárias.

Enquanto isto, o governo cingalês sofria pressões e perdia popularidade. Quebrando a tradição democrática de um país, no qual o sufrágio universal foi adotado em 1931, as eleições foram adiadas, em 1982, através de um plebiscito altamente controvertido. Além disso, as autoridades passaram a reprimir praticamente qualquer tipo de dissensão popular. Enquanto os vários partidos de oposição permaneciam paralisados – limitando-se, no máximo, a divulgar declarações – os estudantes tornavam-se um veículo importante para o desafio às autoridades.

Empunhando a bandeira da política nacional, os estudantes passaram a desempenhar não só o papel de agitadores, mas também de organizadores. No ano passado, a atuação dos estudantes foi fator crucial na formação de uma coalizão de forças antigovernamentais. O líder da federação dos estudantes, que vinha negociando com os partidos da oposição, foi morto em um atentado a bomba.

Os estudantes prosseguiram em sua campanha de unificação, usando a questão da defesa da soberania nacional contra a intromissão indiana. Após prolongadas negociações, os estudantes finalmente conseguiram forjar uma

A rebelião da juventude inclui a participação dos monges budistas, enquanto guerrilheiros tamis ensaiam mais uma entrega de armas





Partidários celebram vitória de Ranasinghe Premadasa, em dezembro, mas a crise permanece, com frequentes massacres no país

aliança de oito partidos para enfrentar o Partido Nacional Unido, da situação. Além disso, cooperaram com um dos participantes da coalizão, o *Janatha Vimukthi Peramuna-JVP*, na elaboração de um abrangente pacote de medidas, destinadas a restabelecer os direitos dos tamis e muçulmanos.

Também desempenharam papel atuante na tentativa de conseguir um entendimento entre os partidos da aliança, entre os quais estavam o JVP do sul e o importante grupo militante do norte, os Tigres de Tamil Elam pela Libertação (LTTE). Por vários motivos, alguns dos quais ainda não esclarecidos, a coalizão não durou muito. Desapontados, os estudantes a abandonaram, juntamente com dois outros partidos, inclusive o JVP.

Simultaneamente, porém, os estudantes tinham aberto outra frente de agitação – as escolas secundárias. Em setembro de 1988, os ginásios de todo o país ergueram-se em protestos contra o governo. Em várias escolas, as forças do Estado abriram fogo e mataram alunos, provocando novo surto de agitações. Várias escolas foram fechadas.

Estudantes universitários espalharam-se por todo o país com o fito de promover programas organizacionais, destinados não apenas a escolares, mas a outras camadas da população, inclusive trabalhadores e monges budistas. Estes últimos constituem hoje 20% dos alunos dos cursos de humanidades das universidades. Pela primeira vez, uma reunião de 8 mil monges budistas – provavelmente a maior a ocorrer no

país, desde o século XII – anunciou ponderável agenda para a sociedade cingalesa, incluindo entre outras coisas a proteção das minorias. Essa reunião resultou, em grande parte, do esforço de organização promovido pelos monges estudantes.

Os alunos mantinham também contatos com os trabalhadores, numa época em que o movimento sindical se achava inativo. Em outubro, com o redobrar do ânimo oposicionista, alguns deles passaram a trabalhar nas fábricas e ajudaram a organizar greves.

Esses esforços estudantis ocorriam simultaneamente com a agitação empreendida pelo JVP, o que levou o governo a fechar várias fábricas e locais de trabalho. O JVP reagiu, convocando uma greve geral. Os que aderiram ao movimento fizeram-no, em parte, por sentimentos antigovernistas e, em parte, por medo do JVP.

Embora o movimento estudantil não fosse um apêndice do JVP e incluísse elementos políticos diversos, tinha muita identidade no tocante a questões nacionais. Em particular, a atitude do JVP e dos estudantes era idêntica, no que dizia respeito ao governo e à chamada "ocupação indiana". A greve geral fracassou, após algumas semanas, e, depois das eleições de dezembro último, o país retornou a uma situação de quase normalidade.

Mil mortos

A legitimidade das eleições tem sido motivo de acirrada controvérsia por parte de muitos elementos, inclusive

dos estudantes, embora eles próprios não tenham comparecido às urnas. Nas semanas que antecederam as eleições, o governo lançou forte campanha de repressão contra membros do JVP, especialmente nas regiões em que este ou seu aliado, o Movimento Democrático Popular-DJPV, tinha praticado atos de violência.

A reação governamental foi maciça, mas, de modo geral, não afetou diretamente os membros do JVP, que, ao que se presume, conseguiram fugir. Contudo, muitos estudantes universitários e secundaristas foram perseguidos, enviados à prisão ou "desapareceram".

A sangrenta ofensiva oficial continua em muitas regiões do país. O governo proibiu os jornais locais a darem cobertura à campanha. O resultado é que poucas informações chegam ao exterior. Os alvos das forças armadas e grupos paramilitares são, geralmente, escolares e universitários. Muitos estudantes universitários e monges budistas têm sido mortos, alguns queimados vivos em praça pública. Calcula-se que, recentemente, cerca de 6 mil pessoas foram presas e mantidas encarceradas por um período de dois meses. Entre 500 e 1 mil foram mortas ou desapareceram – cifras que são superiores mesmo ao número de desaparecidos durante a ditadura de 16 anos de Ferdinand Marcos nas Filipinas, que não chegou a mil mortos.

Em início de 1989, as universidades continuavam fechadas, embora houvesse planos de reabri-las, e as escolas secundárias vinham lentamente retornando à normalidade.

Reatando laços

Após trinta anos de distanciamento e até confrontos, os governos soviético e chinês dispõem-se a esquecer o passado e desenvolver a cooperação

René Capriles*

Um emocionado aperto de mãos entre Mikhail Gorbachev e Deng Xiaoping, no plenário da Assembleia Nacional dos Representantes do Povo da China, no dia 16 de maio, encerrou, exemplarmente, 30 anos de confronto político, militar e ideológico entre a União Soviética e a República da China. Este foi o primeiro resultado concreto das longas e difíceis negociações efetuadas entre ambos os governos, para superar as divergências que separam, desde 1959, chineses e soviéticos.

Na ocasião, Deng Xiaoping, presidente do Conselho Militar do Comitê Central do Partido Comunista, disse que a visita de Gorbachev à China serviu para encerrar o passado e abrir, assim, uma etapa nova nas relações entre ambos os países. "Deixemos que o vento carregue aquilo que houve e olhemos para o futuro", disse o dirigente chinês.

Fora o conteúdo metafórico tradicional dos provérbios chineses, o primeiro passo da reaproximação ficou determinado no famoso discurso de Gorbachev sobre política internacional efetuado em Vladivostok, extremo oriental da União Soviética, em 28 de julho de 1986.

Três teses

"Nesse discurso, manifestou-se o novo conteúdo da política externa da URSS, ou seja, aquilo que recebeu o nome de "nova mentalidade política". Naquela época, pedi, para que lhe informassem sobre o meu desejo de realizar uma cúpula sino-soviética. Hoje, podemos anunciar a normalização das relações entre os nossos Estados e par-



Gorbachev e Deng: apostando no entendimento



tidos", afirmou Deng Xiaoping, e Gorbachev mostrou-se de acordo. O líder soviético afirmou que o desenvolvimento das relações de ambos os países poderia ser colocado à maneira tradicional chinesa, ou seja, em três teses:

"Dizemos, primeiro, sim aos princípios de relacionamento internacional universalmente reconhecidos, tais como o respeito recíproco pela soberania e integridade territorial, a não-agressão, a não-ingerência nos assuntos internos, a igualdade, a vantagem mútua e a coexistência pacífica. Dizemos sim à cooperação econômica e cultural, a um diálogo político intenso em todos os níveis e em todos os domínios, estatal e público. Dizemos sim à cooperação bilateral, na solução dos problemas internacionais mais importantes" - enumerou Gorbachev.

As três teses constituíram a base do encontro de cúpula de Pequim e determinaram o conteúdo da declaração final conjunta, assinada por ambos os líderes. E essas três teses foram a resposta às três razões a que os chineses condicionavam o encontro: o problema das tropas soviéticas no Afeganistão; o estacionamento de tropas ao longo dos

7.500 quilômetros da maior fronteira do mundo - entre os dois países - e a presença de soldados vietnamitas (aliados soviéticos) no Camboja.

Quanto à retirada das tropas soviéticas do Afeganistão, os acordos de Genebra permitiram resolver o problema. Sobre a redução das forças armadas soviéticas, na fronteira comum, e sobre as outras tropas soviéticas instaladas na República da Mongólia, Gorbachev afirmou que reduziria esses dispositivos militares em 75%, além dos 50 mil homens desmilitarizados no extremo-oriental soviético. O terceiro ponto, referente ao Camboja, ficou assinado um acordo, para que, após a retirada total das tropas vietnamitas, seja evitada a possibilidade de deflagração de uma guerra civil. O Camboja será um país independente, pacífico, neutro, não-alinhado. A reconciliação nacional deve ser feita com a participação das quatro partes envolvidas na questão.

Gorbachev viu uma China completamente diferente daquela visitada por Nikita Krushchev, em 1959. A constatação é o resultado da modernização que se iniciou na China em 1982, logo depois do XII Congresso do Partido Comunista. O resultado está nas cifras: só no ano passado, o Produto Nacional Bruto chinês cresceu 11,2% e o intercâmbio comercial aumentou em 100 bilhões de dólares. A China é o terceiro produtor mundial de televisores a cores (uma parte deles é exportada ao Canadá e aos Estados Unidos) e é hoje um grande parceiro comercial do Japão. Por outro lado, porém, a China enfrenta uma inflação galopante, que provocou o aumento em 7 iuanes no preço de uma tigela de arroz. Outra das suas grandes preocupações é o desemprego, que já atinge a casa dos 10 milhões.

Abrir as relações comerciais entre a China e União Soviética é uma das soluções mais imediatas. O atual volume do comércio bilateral está avaliado em 2 bilhões de dólares, o que é inexpressivo para a potencialidade de ambos os mercados. Uma porta foi aberta e o mundo espera que ela nunca mais volte a ser fechada.

* René Capriles é correspondente da agência Nóvosti, no Rio de Janeiro

China: Um ou dois filhos?

Os chineses querem ter mais de um filho e colocam em risco a meta do governo, que pretende limitar a população do país em 1,2 bilhão de pessoas, no ano 2000

Carol Vlassof

Em abril, a China atingiu a marca de 1,1 bilhão de habitantes, alarmando o governo. Estaria o país passando por um segundo "pico de fecundidade", apesar da sua política de controle de natalidade, pela qual cada família é induzida a ter um só filho? É grande a preocupação do governo com a elevação inesperada das taxas de nascimentos, fato revelado por uma pesquisa sobre mudança populacional, realizada pelo Instituto Estatal de Estatística. A pesquisa mostrou que a população aumentou em 14,7 milhões de pessoas, em 1986, contra 11,7 milhões, em 1985. Como as taxas de mortes permaneceram baixas e constantes (6,7 milhões por ano), a população cresceu três milhões de pessoas acima do previsto.

Esse aumento da natalidade corresponde às informações divulgadas, no mundo ocidental, dando conta de que foi suavizada a campanha chinesa de controle demográfico. O Documento Central 7, que o governo chinês divulgou, em de abril de 1984, reiterando a necessidade do planejamento familiar e da política de um filho por família, permite uma segunda gestação, sob certas condições. Em Guangdong e Guangxi, por exemplo, as famílias com uma filha e nenhum filho podem ter uma segunda criança.

Mas, a recente elevação da fecundidade pode deter essa tendência. Segundo Shen Yimin, do Departamento de População do Instituto de Estatística, o aumento das taxas de natalidade é

muito significativo e tem chamado a atenção de vários ministérios, assim como dos delegados da Assembléia do Povo. O governo receia que o país não cumpra a meta de estar com a população limitada em 1,2 bilhão, no ano 2000.

Fenômeno temporário?

O pico de fecundidade anterior ocorreu em 1963, quando a taxa bruta de nascimentos alcançou 49,6, ou seja, quase seis filhos por família. A taxa de 1986 foi de 20,8. Embora alta, em relação à de 1985, que foi de 17,8, é bastante baixa, se comparada à de 1963. Além disso, o grande número de crianças, nascidas entre 1963 e 1965, está entrando agora em seu período de reprodução. O aumento atual pode ser, em grande parte, reflexo da alta anterior e, portanto, um fenômeno natural e temporário. Em outras palavras, os casais de 1986 podem estar tendo o mesmo número de filho que os casais de 1985. Simplesmente, um número maior de casais teve filhos.

Mas, há um dado que preocupa. A pesquisa se dividiu em duas etapas. A primeira foi mais generalizada, no país. A segunda cobriu cinco províncias rurais e a cidade de Beijing, com uma amostra total de 38 mil mulheres.

Durante o período das entrevistas,



Natalidade, controle difícil entre centenas de milhões de jovens

visitaram Beijing e Guangdong os representantes do Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento-Ciid, organismo criado pelo parlamento canadense em 1970, para apoiar a pesquisa tecnológica no Terceiro Mundo, e do Centro Internacional de Pesquisa Estatística. As observações das entrevistas, assim como as discussões entre os pesquisadores e os técnicos estrangeiros, indicaram que a política de um filho por família sofre oposição crescente, sobretudo no meio rural.

Essa reação se deve basicamente à alta taxa de mortalidade infantil e à baixa qualidade da assistência médica. Em Guangdong, uma mulher, que desejava assegurar a sobrevivência de pelo menos um filho, só se permitiu esterilizar depois do terceiro parto, que resultou em gêmeos. Infelizmente, os gêmeos morreram e, pouco depois, descobriu-se que o seu único filho, o primeiro, era deficiente mental. Tudo isso deixou a

família muito triste e ressentida com o governo.

Outra razão para a aparente falta de êxito da política do filho único nas zonas rurais é a maior estabilidade financeira e material das famílias do campo, em comparação com aquelas que vivem nas cidades. Os incentivos para a política de um só filho são geralmente insuficientes para persuadir as famílias rurais.

Nas áreas urbanas, o casal que assina o contrato comprometendo-se a ter um só filho, desfruta de benefícios comuns, que incluem cinco iuans (2,50 dólares) por mês, prioridade para casa própria, tratamento médico grátis para o filho, vaga garantida em creche, até 12 meses remunerados de licença-maternidade e brinquedos para a criança, entregues em um dia especial de cada ano.

Nas áreas rurais, o sistema é diferente. Nas comunidades mais abastadas, os casais recebem de 500 a 600 iuans, caso firmem o contrato. Mas há comunidades, em que não existe tal recompensa. Quando se perguntou por que essa discrepância, o encarregado da instituição, em Guangdong, explicou que, como os camponeses tendem a ter mais de um filho, os incentivos simplesmente seriam um desperdício. Muitos casais, reclamam as autoridades, assinam o contrato e aceitam o dinheiro, mas logo começam a ter mais filhos do que o combinado. A verdade é que poucas chinesas, inclusive aquelas que aceitam o contrato, permitem ser esterilizadas, depois de terem o primeiro filho.

Anticoncepcional e esterilização masculina

A legislação que regulamenta a distribuição da terra, sob o sistema de responsabilidade, tende a colocar um freio temporário na natalidade, principal-

mente para aqueles casais que não se detêm no primeiro filho. As famílias com até dois filhos recebem a terra, segundo o número de pessoas. Aquelas famílias com mais de dois filhos, podem não ter terra adicional. A terra desocupada, ou ociosa, é estocada pelo governo para as futuras gerações e os migrantes de outras partes do país.

Alguns entrevistados, particularmente aqueles residentes no florescente Guangdong rural, mostraram-se absolutamente despreocupados em relação às exigências oficiais. Uma orgulhosa mãe estava determinada a ter outra criança. Ainda assim, era visitada por planejadores familiares do governo, com propaganda sobre a importância



Creches: o mais importante serviço garantido pelo Estado chinês

de ficar no filho único. Ela e seu marido, ambos trabalhadores de uma fábrica local, haviam abandonado a sua terra, porque não tinham interesse no serviço agrícola.

Outro problema reportado por alguns casais rurais, que haviam firmado o contrato e pareciam estar interessados em cumprir o trato, foi a falta de anticoncepcional. Os pesquisadores se surpreenderam ao verificar que, pelo menos em quatro casos em que os maridos haviam se esterilizado, as mulheres estavam grávidas. Essas falhas anticonceptivas se deviam aparentemente à falha numa técnica local de vasectomia. A técnica, que não era conhecida pelos funcionários do planejamento familiar, foi replantada na região, mas com

métodos modernos, mais confiáveis, o que deve contribuir para uma maior aceitação da esterilização masculina.

Outra mulher, que respondeu à pesquisa, disse que havia ficado grávida usando um dispositivo intra-uterino. Ela se negou a abortar: "Não é minha culpa, se o aparelho não funcionou".

Abertura difícil

Diante de tudo isso, uma pergunta: existe alguma forma de atenuar a rígida política do filho único, permitindo aos casais chineses que tenham um pouco mais de liberdade, preservando-se, ao mesmo tempo, a meta de estabilizar a população em 1,2 bilhão, no ano 2000?

Em artigo recente na revista "Population and Development Review", John Bongaarts demonstra que, se as mulheres chinesas adiarem seu primeiro filho até a idade dos 27 anos e, depois, esperarem quatro anos para a segunda gravidez, a China poderá evitar que a sua população chegue a 1,2 bilhão, no ano 2000. Um dos benefícios adicionais de tal política de dois filhos, em vez de um, seria o apoio extra para os pais em idade madura, reduzindo a necessidade de aumento da ajuda oficial, na velhice. O infanticídio feminino, que as autoridades chinesas dizem não existir, mas de que se fala esporadicamente, no Ocidente, também seria extinto.

Os formuladores da política chinesa, não obstante admitirem tal lógica, mostram-se céticos e pensam que qualquer moderação na política populacional resultaria em uma onda de gravidez, entre os casais ansiosos por desfrutarem as vantagens de uma nova liberdade de procriação. "Tão logo se faça uma abertura nessa política", alertam os pesquisadores, "todos correrão para ter o outro filho. Ninguém vai esperar quatro anos, porque, neste meio tempo, a política pode mudar de novo".

Portanto, parece provável que a política atual será mantida, mas acompanhada de uma considerável tolerância, frente aos problemas e realidades do cotidiano das famílias chinesas. •

* A dra. Carol Vlassoff é economista e cientista do Programa de Investigação em Enfermidades Tropicais da Organização Mundial da Saúde, em Genebra. Anteriormente, foi diretora-adjunta, responsável pelo Programa de Investigação Populacional e Desenvolvimento do Cild

INTERCÂMBIO

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês.

Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

• Rosilene P. Neves

Trav. Gal. Francisco de Paula, 80

Araés

CEP 78010 - Cuiabá - MT - Brasil

• Márcio Vinicius Brito Pessoa

Rua 7 de Setembro, nº 741

Centro - CEP 64000 - Teresina - PI

Brasil

• Rui Elias Ferreira

Caixa Postal, 843

Bengela - Angola

• Paulo Afonso Estêves

Mariano Soler, 370

San Carlos - Uruguay

• Antônio da Silva Oliveira

Volta das Calçadas, 199 - 3º Dtº

Santa Clara - CEP 3000 - Coimbra

Portugal

• Helenita Carvalho

Caixa Postal 195

CEP 45600 Itabuna - BA

Brasil

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Nelva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Placentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Claudia Nelva, Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai).

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adom/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Núñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Chile), Mario de Cautin (México), Mía Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Phillip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), Reginaldo Caxias, **Colaboradores:** Adérito Gusmão, Dave Vitoria e Guilherme Ierecê, **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Sônia Lana Drum, Yara Alexandrino R. C. Menezes, Walmyr Peixoto da Silva, **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa, Diálgator:

João Carlos de Farias Guerra, **Composição:** Luzia A. Nelva e Paulo Rui G. Batista, **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos, **Revisão:** Cléia Márcia Soares.

Administração: Henrique Menezes, **Comercial:** Rafael Peres B. Filho, **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes - Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 - Tel. Assinaturas: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• Edição em Português:

Diretor: Nelva Moreira/**Editor:** Procópio Mineiro,

Editor Assistente: Antônio Carlos da Cunha,

Sucursais: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazonia)

Sede de Lisboa:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• Edição em Espanhol

Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul

Diretor: Roberto Bissio

Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no**

Uruguai: Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

• Edição em Inglês:

Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo

Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels:

222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM

(Moçambique), INA (Irã), IPS (InterPress Service),

ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS

(El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina),

e o pool de agências dos países não-alinhados.

Mantém também intercâmbio editorial com as revistas

Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador),

Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom

(Ilet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e

Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against

the Current, EUA. **Fotos:** Reuters.

ISSN - 0101-7993

Capa: Pedro Toste

DE QUEM SABE PARA QUEM ESTÁ APRENDENDO



Lançada há quatro anos, a **Revista de Comunicação** tornou-se leitura obrigatória para os estudantes de jornalismo de todo o Brasil. Seus artigos e reportagens, assinados pelos mais competentes profissionais de imprensa, levam novos e importantes conhecimentos aos futuros jornalistas do país.

A Associação dos Fabricantes Brasileiros de Coca-Cola e a Coca-Cola Indústrias Limitada orgulham-se de patrocinar esse vitorioso projeto.

Em tempo: A Revista de Comunicação ganhou o Prêmio Esso de Melhor Contribuição à Imprensa.

APOIO CULTURAL

associação dos fabricantes
brasileiros
de Coca-Cola
integrando as empresas
nacionais autônomas que fabricam

COCA-COLA INDÚSTRIAS LTDA.



Nestlé na lista negra

Após uma trégua de quatro anos, as organizações de defesa do consumidor retomam a campanha contra a transnacional suíça, que não cumpriu o acordo de mudar a estratégia de vendas de alimentos para bebês

Jon Christensen*

Quatro anos atrás, após dirigir intensa campanha internacional de boicote aos produtos da transnacional Nestlé, Douglas Johnson, militante dos grupos de defesa do consumidor, selou a paz com o gigante suíço de produtos alimentícios, compartilhando uma barra de chocolate com um grupo de executivos da empresa.

Durante a campanha, que durou sete anos, os ativistas acusaram a Nestlé de adotar uma estratégia de vendas "orientada pela avarícia do dinheiro e sem coração". Aludiam ao tipo da mensagem veiculada para atrair as mães dos países do Terceiro Mundo para o uso de alimentos infantis, os quais não podem pagar nem preparar adequadamente.

Quando Johnson desmobilizou o boicote - do qual haviam participado organizações da igreja e grupos de defesa da saúde e do consumidor de 10 países - declarou que a Nestlé "havia dado passos decisivos para converter-se em modelo para toda a indústria da alimentação". A trégua parecia indicar o final de um agitado debate sobre o uso de táticas agressivas de venda, no mercado infantil do Terceiro Mundo. Hoje, constata-se que a polêmica estava longe de ter acabado.

Em outubro do ano passado, Johnson formulou um novo chamado ao boicote contra os produtos da Nestlé, afirmando que a firma suíça "rompeu o compromisso".

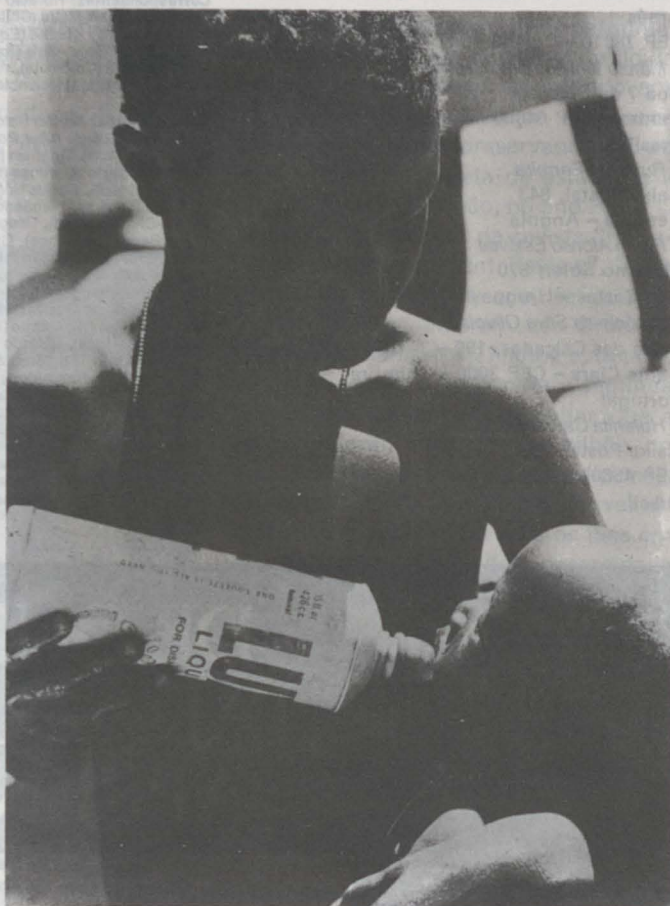
A organização que Johnson dirige nos Estados Unidos, a Ação para a Responsabilidade Social das Empresas, começou uma urgente campanha junto com o grupo Rede de Ação Internacional sobre Alimentação Infantil, que tem

filiais em 70 países. Os militantes do grupo de Alimentação Infantil decidiram ampliar o boicote, incluindo a firma American Home Products, que fabrica os alimentos Wyeth, e é a vice-líder no mercado dos substitutivos de leite materno (setor que rende dois bilhões de dólares/ano no Terceiro Mundo). O pano de fundo dessa discussão é a relação entre o aleitamento materno e a saúde do bebê, com todas as suas conotações emocionais.

Ambas as partes concordam em que "o leite materno é quase sempre a melhor fonte de alimentação para o bebê". Muitas das etiquetas que recobrem as latas ou pacotes de alimentos para lactantes contêm tal advertência, e não faltam motivos para isso: ao mamar no peito, o lactante recebe uma dieta completa e balanceada, ao mesmo tempo que uma importante proteção imunológica. Mas, a concordância acaba aí.

Um milhão de mortos

Os militantes de organizações de defesa do consumidor acusam os fabricantes de substitutivos do leite de ha-



A morte chega de mamadeira, segundo partidários do boicote

verem multiplicado a comercialização desses produtos no Terceiro Mundo, mesmo sabendo que a maioria das mães não está em condições de ler as instruções para a preparação correta, nem têm recursos suficientes para a compra das quantidades adequadas, além de não disporem da infraestrutura apropriada para esterilizar as mamadeiras.

Os resultados chegam a ser desastrosos. Os ativistas denunciam que "milhões de bebês alimentados com su-

cedâneos morrem a cada ano", por inadequada esterilização das mamadeiras.

As companhias afetadas pela denúncia negam responsabilidade nesse drama. Os técnicos, que as representam, afirmam que a fórmula comercial que vendem é apenas um dos tantos substitutivos do leite materno, que uma mãe pode utilizar numa dieta imprópria para seu filho. Uma alimentação, na qual se dilua, de maneira inadequada, um mingau de cereais, leite, sucos de frutas ou água açucarada, pode causar desidratação e desnutrição. Além disso, alegam, a causa principal dos altos índices da mortalidade infantil é a pobreza.

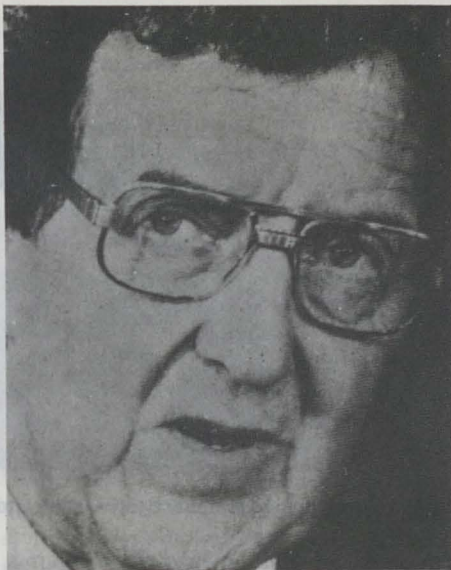
Entretanto, o diretor do Fundo das Nações Unidas para a Infância-Unicef, James Grant, declarou que um milhão de vidas infantis poderia salvar-se a cada ano, caso se fizessem esforços para "estimular e proteger a alimentação por leite materno". Nos anos 70, a questão adquiriu características de confronto agudo. As manchetes da campanha denunciavam: "Morte nas mamadeiras", "Leite assassino", "Ganhar dinheiro a qualquer preço", "Nestlé está matando bebês". A empresa suíça ganhou um processo judicial, por calúnias, contra os grupos responsáveis por esta última acusação, a mais agressiva. No tribunal da opinião pública, porém, a reputação da empresa não foi absolvida.

Os ativistas que promoveram o boicote centraram sua campanha contra a Nestlé, pelo fato de esta controlar 50% do mercado mundial de sucedâneos do leite materno. Mas, reconhecem que as táticas de mercado utilizadas por outras empresas são semelhantes.

Código de ética

Quando o conflito estava no auge, em 1981, a Organização Mundial de Saúde-OMS adotou o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno. O documento visava a frear a expansão indiscriminada desses produtos em todo o mundo. A votação na OMS foi favorável à adoção do código, por 188 votos contra apenas um. O único voto dissidente foi o dos Estados Unidos.

A transnacional Nestlé e outros fabricantes, inclusive a American Home Pro-



O ex-senador Muskie presidiu investigação

ducts, acataram imediatamente as recomendações adotadas pela OMS e se declararam dispostos a seguir suas linhas de ação. A empresa suíça tomou uma decisão sem precedentes, ao criar uma comissão independente para investigar as queixas e denúncias existentes e também para supervisionar o cumprimento do acordo da OMS. Edmund Muskie, ex-senador norte-americano e ex-secretário de Estado, foi designado para presidir a Comissão de Auditoria dos Produtos Nestlé de Alimentos Infantis, que dispunha de poderes extraordinários para examinar os livros da empresa, realizar investigações no interior das fábricas, em qualquer parte do mundo, e divulgar informes, sem necessidade de submetê-los antes à apreciação da firma. A transnacional suíça pagou todos os gastos de funcionamento da comissão, embora o grupo dispusesse da atribuição de criticá-la e o tenha feito, efetivamente, por diversas vezes.

Mas, a Comissão Muskie atribuiu notas altas à Nestlé, no final do trabalho, "por estar realizando esforços para corrigir erros passados". Muitos dos antigos críticos chegaram mesmo a imaginar que a empresa adotara alguns de seus pontos de vista.

Ao mesmo tempo, outra investigação começou a lançar dúvidas sobre os argumentos que afirmavam existir relação entre a venda dos substitutivos do leite

materno e a desnutrição no Terceiro Mundo. Os informes publicados revelaram a falta de provas de uma diminuição dos índices de alimentação por leite materno, entre as crianças de mulheres das faixas sociais mais pobres dos países periféricos. Os estudos revelaram, ainda, que, em países como Formosa e Malásia, diminuíra a alimentação por leite materno, mas também se reduzira a mortalidade infantil. Estes dois indicadores eram produto do aumento da renda média, da melhora dos níveis de vida e de maior participação feminina no processo da produção econômica.

As organizações de proteção ao consumidor e outros grupos que tinham impulsionado o boicote exigiram, apesar disso, que a Nestlé provasse que adotara as recomendações mais importantes do informe: 1 - retirada da propaganda de produtos em salas de maternidades; 2 - suspensão da entrega de amostras grátis aos profissionais de saúde e fornecimento dos produtos àqueles hospitais que provassem o nascimento de bebês, cujas mães não pudessem dar-lhes de mamar; 3 - aperfeiçoamento das recomendações contidas nas etiquetas dos produtos e nos materiais educativos relacionados com seu uso.

A trégua

Os executivos da Nestlé e os responsáveis norte-americanos pelo boicote iniciaram negociações, em 1984, com o objetivo de encerrar a campanha. Nos anos precedentes, a firma suíça tomara medidas para cumprir os pontos do código da OMS. Quanto à doação do produto aos hospitais e maternidades, ambas as partes concordaram em esperar melhores especificações por parte do Unicef e da OMS.

Na Europa, os grupos responsáveis pela campanha anti-Nestlé mostraram-se mais reticentes em suspender o boicote. Várias organizações pediram que se exigisse a aplicação do código em todo o mundo e não apenas nos países do hemisfério Sul. Johnson e outros dirigentes do movimento sustentaram, porém, que deveriam manter a integridade dos objetivos, mas reconhecer os progressos que a empresa estava realizando.

Paralelamente, a campanha começara a perder força nos Estados Unidos, onde a campanha produziu os maiores efeitos contra a firma suíça, e, portanto, era um bom momento para proclamar a vitória do movimento.

Dois anos mais tarde, a OMS aprovou resolução, na qual manifestava que "normalmente, são necessárias apenas pequenas quantidades de substitutivos de leite materno para completar as necessidades de uma minoria de crianças do Terceiro Mundo..., e as mesmas deveriam ser dadas, sem interferir na proteção e promoção da alimentação por leite materno da maioria dos bebês".

A resolução destacava a urgência em se "garantir que o consumo de pequenas doses necessárias para alimentar esses bebês se faça pelos canais normais de abastecimento, e não através de entregas subsidiadas ou doações".

A partir daí, a Ação para a Responsabilidade Social das Empresas começou a enviar investigadores para supervisionar o cumprimento do código da OMS em hospitais da África e da Ásia. A diretora do grupo, Janice Mantell, disse que a Nestlé melhorara as advertências nas embalagens e que distribuía menor quantidade de amostras promocionais entre os profissionais de saúde. Reconheceu, ainda, que a empresa suíça suprimira as práticas de mercado mais agressivas, como a utilização de enfermeiras, para promover o produto nas maternidades.

Mas, a diretora da Ação afirmou que, tanto a Nestlé, como os outros fabricantes de substitutivos do leite materno, continuavam aplicando "a prática mais danosa de acesso a esse lucrativo mercado", que é o *dumping*, caracterizado pelo fornecimento grátis a hospitais e maternidades.

Mantell recordou que o objetivo visado pelo código da OMS era extinguir a entrega gratuita nas maternidades, que incentiva a alimentação dos recém-nascidos com tais produtos, no Terceiro Mundo. E denunciou que muitas dessas casas de saúde recebem, habitualmente, uma quantidade de produtos maior que a necessária para alimentar a todos os bebês que nelas nascem, quando, na realidade, os que precisam efetivamente



O leite materno não tem substitutivo completo, pois também reforça o sistema imunológico

desse tipo de alimentação não chegam a 5% dos recém-nascidos. "Desta forma, as mães são atraídas nos hospitais pelos sucedâneos do leite materno", afirmou Mantell.

Boicote

"A nova campanha de boicote contra a Nestlé continuará até que os fabricantes deixem de enviar fornecimentos gratuitos de seus produtos", informou a diretora da Ação para a Responsabilidade Social das Empresas. O porta-voz da empresa, François Perroudde, declarou, na sede da Nestlé, em Vevey, Suíça, que o código da OMS era uma recomendação formulada às autoridades sanitárias dos países-membros da organização e não aos fabricantes dos produtos substitutivos do leite materno. A transnacional suíça, segundo Perroudde, opera dentro das recomendações da OMS e só entrega alimentos gratuitamente para as lactantes, quando atende a pedidos por escrito da administração do hospital ou da maternidade.

Perroudde sustentou que os fabricantes desse tipo de alimentos "não podem e nem devem vigiar as práticas dos hospitais de todo o mundo". Na sua opinião, se os administradores desses hospitais preferem adotar os sucedâneos do leite materno, em vez de incentivar a amamentação, seja por razões financeiras ou por qualquer outro motivo, a Nestlé não pode ser "tão colonizadora, a ponto de dizer que eles não sabem o que fazem. Não há dúvida que a

empresa suspende seus fornecimentos gratuitos, quando se comprova que algum hospital solicita mais produtos do que o necessário, de acordo com o número de nascimentos em situação de carência de leite materno".

A transnacional norte-americana também afirmou que cumpre plenamente as recomendações da OMS. O presidente da Comissão Auditora dos Produtos Nestlé, Edmundo Muskie, acusou os ativistas de modificar as suas reivindicações, ao pedir o fim desses fornecimentos gratuitos de alimentos, "algo que o código da OMS não exige e nem está contemplado nas cláusulas do acordo para a suspensão do boicote. Como em muitas outras cruzadas, aqui está havendo grande simplificação. O código não pode ser cumprido sem a colaboração dos governos e das autoridades sanitárias. O problema não será resolvido, conderando-se a Nestlé como o grande vilão da história".

Um inferno para os advogados

O professor de direito comercial da Universidade de Boston, James Post, qualificou o conflito das transnacionais com as entidades de proteção ao consumidor de verdadeiro inferno para os advogados. "O caso", explicou ele, "aceita uma grande variedade de interpretações legais. Mas, sem dúvida, a esta altura, toda a discussão é política. Não há mecanismos jurídicos que possam resolver o problema".

As dificuldades se originam da deci-

são da OMS, devido a pressões, de votar uma recomendação aos países-membros, em vez de aprovar uma determinação obrigatória. Post estuda as normas que regulam a indústria de sucedâneos do leite materno, desde que a questão surgiu, em 1970. Trabalhou também na Comissão Muskie, da Nestlé. Ele não duvida que o excedente de alimentos para bebê, nos hospitais do Terceiro Mundo, acaba sempre nas mãos das mulheres que deixam a maternidade, sob a forma de amostras grátis. "O que é", esclarece ele, "perfeitamente válido, quando o produto é dado a pessoas que tenham um mínimo de capacidade de entender como o alimento deve ser usado. Mas isso nem sempre acontece, no Terceiro Mundo".

Post entende que a OMS deixou uma enorme brecha para os fornecimentos gratuitos no texto do código, que diz que alguns hospitais "dependem das amostras grátis para alimentar as crianças que necessitam receber os substitutos do leite materno".

Para o advogado, outro problema sério é que a sanção do código, em 1986, dividiu a OMS, o que explica por que, depois de votado, "não existiu vontade política para fazer com que as disposições previstas fossem aplicadas com êxito". Somente seis nações do Terceiro Mundo (Filipinas, Sri Lanka, Guatemala, México, Peru e Quênia) adotaram o código como legislação nacional. As entidades de consumidores e proteção à saúde esperavam que o có-

digo viesse a se tornar um precedente, para regular produtos de outras transnacionais, em particular das indústrias de cigarros e farmacêutica. O que se verificou é que, na OMS, com essa batalha contra as transnacionais de alimentos para bebês, não tem havido interesse em se abrirem novas frentes de luta.

Os esforços que têm sido feitos, no Terceiro Mundo, para se limitar a alimentação por mamadeira a casos realmente necessários, estão muito longe de obter bons resultados. A maioria dos sistemas de saúde dos países subdesenvolvidos padece de déficits crônicos, está mal administrada, tem pouco pessoal e se vê forçada a receber mais pacientes do que pode atender. Por isso, não há a menor possibilidade de virem esses hospitais a recusar amostras grátis dos fabricantes de alimentos infantis.

Novas confrontações

Quando terminou o último boicote, os ativistas e as transnacionais expressaram esperanças de um trabalho conjunto, visando à promoção do aleitamento das crianças do Terceiro Mundo e à divulgação de condições em que podem ser utilizados os substitutivos do leite materno. Mas, agora, uma vez mais, a confrontação é que ocupa todo o espaço.

A Comissão Muskie, que já foi citada como modelo de mediação nos conflitos entre as empresas e os consumidores, também tem sido questionada pelos ativistas. As entidades favoráveis ao boicote acusam a comissão de ter "inocentado" a Nestlé, mas ainda não provaram esta acusação. "Sem provas", afirmou Muskie, "as acusações não podem ser investigadas". Perroude, da Nestlé, afirmou que o conflito está num ponto em que nenhuma das partes cede, nem tem força suficiente para obrigar o outro a ceder.

"O boicote", declarou Johnson, "foi uma via eficaz para produzir mudanças, na situação anterior. Temo que seja também o único caminho que nos resta agora. Seremos obrigados a utilizá-lo".

* Jon Christensen é correspondente Internacional do Pacific News Service, agência de notícias sediada em São Francisco, Califórnia, EUA.



Os produtos industrializados são caros e dão falsa segurança às mães, dizem os ativistas

Covas

Li, com muita atenção, a entrevista de Mário Covas, publicada na edição 119. É o candidato simpático, honesto, inteligente e culto, mas que não consegue decolar e nem haverá de fazê-lo. Seria oportuno que esse aspecto tivesse sido discutido com ele. É o que me leva a esta carta, ao lado de um outro aspecto que parece muito relevante, na candidatura do líder tucano.

Covas não deslancha porque carrega consigo o estigma do PMDB, o partido da esperança, mas que traiu os seus adeptos e eleitores, conduzindo o país ao descalabro de hoje. Gostando ou não, Covas foi participante desse processo, ainda que de forma indireta, mas significou e está significando omissão.

É o caso da Constituinte, que não mudou nada de essencial, mas que nunca foi denunciada pelo candidato. Inclusive, durante a entrevista, Covas deixa transparecer sua aprovação do novo texto constitucional. Parece que é a conviência, na elaboração da carta, que o leva a isso: escamotear uma realidade. É por esse motivo que a candidatura Covas não decolou. Não há tempo para mudar o discurso, no aspecto aqui abordado. É uma pena. É duro ter a marca registrada do PMDB.

Honório de Souza Carneiro,
professor, Três Lagoas, MS

Covas-2

A respeito da entrevista do tucano Mário Covas a **terceiro mundo**, gostaria de destacar que o fato de estarem o PT, PC do B, PV e PSB formando uma frente de esquerda não significa uma discriminação a outros partidos, como o PSDB e PDT, que, conforme definição de seus respectivos líderes, o próprio Covas e Leonel Brizola, posicionam-se, geopoliticamente, como de centro-esquerda (lê-se social-democrata). Portanto, a Frente



Covas: sob análise

Brasil Popular, apoiando a candidatura Lula, é legítima e coerente, em princípios e propostas.

Acima de tudo, porém, gostaria de destacar que todos esses partidos mencionados, que, de uma certa maneira, representam o que temos de menos retrógrado e conservador, no cenário político atual, possuem um inimigo comum: o bloco dos que querem manter o status quo, o monopólio dos meios de produção e de comunicação, a tutela militar, a dependência externa, a atual política fundiária, o paternalismo estatal e a privatização do sistema de ensino. Por isso, considero urgente um "cessar-fogo" entre as esquerdas, para que, sendo interrompidas as hostilidades internas, passemos a centrar fogo nos nossos reais inimigos e, mantendo-se um mínimo de respeitabilidade, tomemos viável um aliança, no segundo turno, de todas as correntes políticas progressistas.

Marcus Vinicius Furtado
Coelho, Teresina-PI

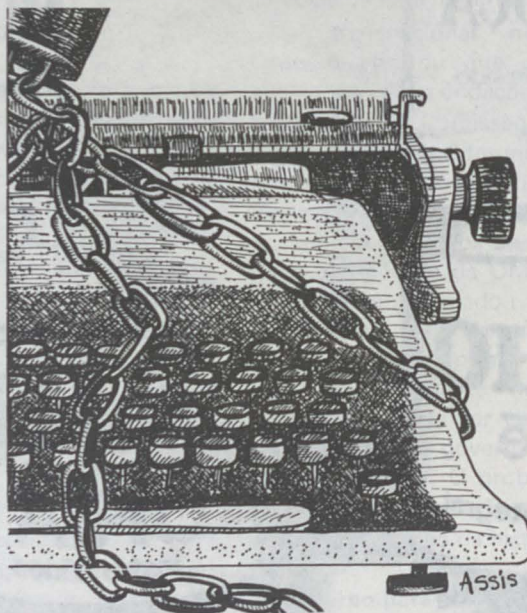
Covas-3

O candidato do PSDB à presidência da República fugiu de algumas questões, na entrevista a **terceiro mundo**. Ficou mal explicado, por exemplo, o apoio do partido dele ao plano Verão. Covas tentou inventar uma desculpa, ao dizer que era a única alternativa para a crise. Eu, como trabalhador explorado pela Companhia Siderúrgica Paulista-Cosipa, gostaria de lembrar ao candidato que, se estávamos em crise antes do plano, pior ficou esta crise depois do dia 15 de janeiro, com o arrocho brutal

e desumano, sobre os nossos salários.

Outra questão que o senador simplesmente ignorou foi quando, ao se falar da dívida externa, Clóvis Senna lhe indagou sobre as alterações das taxas de juros, nos Estados Unidos, obrigando-nos a dispendar mais dinheiro, para pagar os juros da dívida. Por que não respondeu? Será que foi o medo de perder votos, se, por acaso, demonstrasse que a social-democracia é comprometida com os interesses americanos?

Carlos Álvaro dos Santos
Santos-SP



A luta da informação

Parabéns a **terceiro mundo**, revista que acompanho, desde 1984. Sempre tive o receio de que essa publicação viesse a desaparecer, ou por motivos econômicos ou por pressão de pessoas e grupos, contrários à estabilização de uma revista progressista e de denúncia das injustiças que são praticadas contra os povos do Terceiro Mundo.

Que papel cabe ao leitor? Será que só a compra pura e simples da revista, nas bancas, ou a assinatura são suficientes para manter a publicação? Gostaria de ver, na revista, o antigo Editorial, que foi descartado, com o advento do seu novo formato. Também peço uma ampla reportagem sobre a situação atual da China e seu relacionamento com a União Soviética.

Ronaldo Ribeiro da Silva,
Aparecida de Goiânia-GO

SUPLEMENTO BRASIL



O brasileiro já aprendeu – mas grande parte ainda não sabe como defender-se – que não existe ninguém mais progressista e opo-
sicionista, em véspera de eleição, do que o político conservador e adesista, que não pretende mudar absolutamente nada. Tornou-se um fenômeno na política brasileira o arenista “moderno”, e depois o pedessista “moderno”, que apoiava a ditadura militar, mas na hora eleitoral desfiava uma discursória progressista, cheia de revolta e lamentos pela miséria crescente do povo, como se não tivesse nada com aquilo. Com o fim da ditadura militar, o principal herdeiro das esperanças populares, o PMDB, passou a sofrer do fenômeno, em decorrência das adesões de integrantes do PDS e da identificação do próprio partido com a chamada Nova República. Hoje, o PMDB cumpre a sina de negar qualquer relação com a Nova República, que praticamente conduziu até alguns meses atrás e

de que participa intimamente, através de presença majoritária no ministério.

Mas, à parte o lance oportunista do PMDB, o transformismo político tornou-se a marca registrada de um grupo político avesso por natureza às mudanças sociais: a Direita.

Fracassado o estilo militarista, marca registrada dos anos 60 e 70, surgiu no mundo uma Direita “moderna”, uma Nova Direita, caracterizada por um discurso maneiro – calcado em argumentos de eficiência, democracia, melhor estilo de vida, e com abundante uso da palavra liberal – e rostos simpáticos. Uma reciclagem mundial do conservadorismo, que chegou ao Brasil, procurando atingir a dominante camada jovem da população. É a Nova Direita, que “vende” uma imagem camarada, que agita promessas que, de modo algum, pretende realizar, e que tenta roubar as bandeiras da esquerda comprometida com as causas populares. É o transformismo espetaculoso, agora potencializado pelas ciências da propaganda e da comunicação eletrônica.

A Nova Direita é o tema de capa desta edição, um chamado à reflexão do leitor, que, esperamos, possa enxergar melhor em meio à tempestade de areia que o conservadorismo vem armando no cenário político mundial e brasileiro.

A Nova Direita

O conservadorismo recicla discurso e procura passar por novidade

48

Ciência para o desenvolvimento

Cientistas apontam o que deve mudar, para que o país dê o salto

55

Liderança, para quê?

Escritor e jornalista examina a função da Rede Globo

59

Nova chance para a educação?

A proposta da escola de turno único volta a debate

62

Panorama Nacional

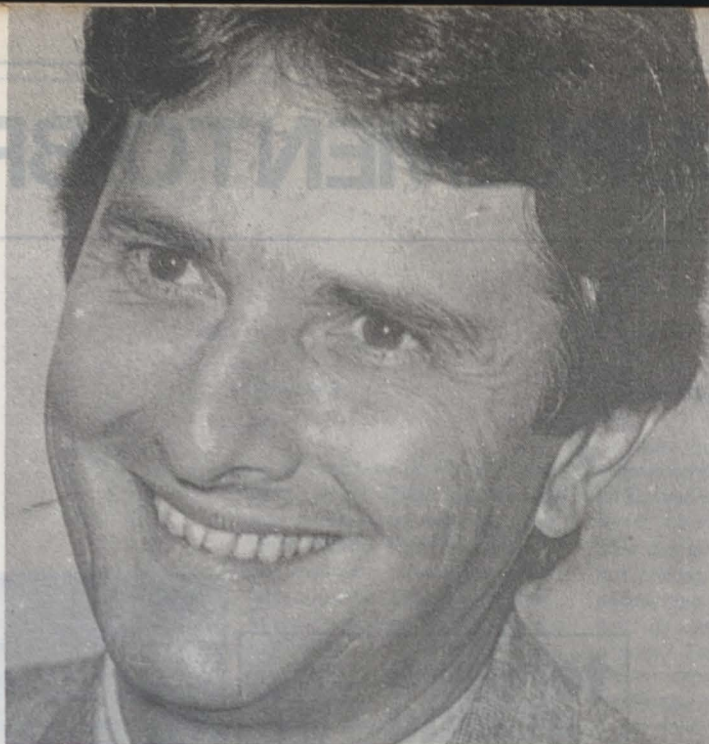
Fatos marcantes da atualidade brasileira

64

A morte de Sendic

Neiva Moreira comenta o desaparecimento de Raul Sendic

68



Collet: moralidade de laboratório

A Nova Direita

O conservadorismo remodela a face, adota um discurso modernizante e utiliza cientificamente os meios de comunicação social, principalmente a tv, para convencer a opinião pública mais desinformada e dominar o Estado. O objetivo essencial é manter inalteradas as condições de seu predomínio social e econômico, em prejuízo das maiorias populares

Neiva Moreira

Seria artificial precisar quando a direita começou a mudar de visual e de táticas. Mais que uma decisão arbitrária, em uma data determinada, foi um processo longamente amadurecido nos centros de poder, nacionais e internacionais. Poderíamos as-

sinalar, no entanto, como um momento de transição, o início do que chamaríamos a "era Reagan". É preciso, no entanto, entender o que se pode considerar a mudança da direita, que melhor seria uma versão daquela frase conhecida: mudar para deixar como está.

Desgastada mesmo nos Estados Unidos e conhecendo bem a importância da evolução tecnológica dos meios de comunicação, a direita aposentou seus velhos estilos - e até muito dos

seus líderes - e buscou formas mais criativas de chegar a uma opinião pública cada vez mais diversificada e sujeita às pressões da mídia.

Roupagem nova

A fabricação da liderança de Ronald Reagan foi o seu melhor momento. Já era impossível pensar no estilo do republicano Eisenhower ou, entre os democratas, de um Truman ou um Johnson.

Reagan era o inovador. A iniciativa privada, sua bíblia. O imposto, o serviço social, a influência do Estado na economia, inimigos a combater. Uma classe média poderosa e privilegiada, temerosa da crise, encontrou nessa pregação sua esperança. A segurança passou a ser um elemento de consumo desse segmento social, que se emocionava com a "guerra nas estrelas" e se orgulhava do número de ogivas nucleares armazenadas pelo Pentágono, capazes de varrer do mapa a União Soviética a um simples apertado de botão.

Internacionalmente, tudo isso era apresentado como a constituição de uma força de dissuasão, capaz de conter o "império do mal" - a URSS, na frase patética de Reagan - e, com isso, impedir o holocausto nuclear. No fundo, a mesma guerra fria de Truman, com

los caprichosos laboratórios do "marketing".

Reagan não foi escolhido por acaso. Ele é tão ou mais reacionário quanto os velhos caudilhos republicanos do centro-oeste dos Estados Unidos, o protótipo da Nova Direita: considerado bonito, falante, com respostas hábeis aos jornalistas - uma mistura vendável de cowboy romântico, com um gatilho rápido para matar índios. Um patriota que chora diante das velhas bandeiras, ou que se emociona, quando fala nas virtudes da honradez, da capacidade realizadora, dos sonhos dos seus compatriotas brancos.

Os mitos em crise

Não importam os resultados desta fórmula programada. Reagan, com o

fazer aliados dependentes, são hoje seus concorrentes desafiadores.

O Japão está avançando nos espaços da indústria norte-americana, mesmo dentro dos Estados Unidos, e, junto com a Alemanha Ocidental, desbanca os produtos ianques de muitos mercados.

Dentro dos Estados Unidos, apesar da propaganda em torno do governo Reagan, questiona-se a sua administração e começam a desmontar os mitos do seu programa.

E na Europa? Os franceses desfizeram-se logo do modelo Giscard-Chirac. Foi o governo socialista do presidente Mitterrand, que corrigiu os calamitosos erros da direita francesa, obtendo extraordinários êxitos, inclusive na administração das grandes empresas estatais, que passaram a ser eficazes e lucrativas.

Tudo indica que a mudança de rumos, que ocorreu na França, está a ponto de verificar-se na Inglaterra. Os ingleses começaram a revelar cansaço dos métodos autoritários e ultra-reacionários da sra. Thatcher. Os seus planos de privatização não têm alcançado o êxito desejado. Cresce o número de pessoas que reivindicam o retorno de serviços privatizados ao Estado, dada a deterioração do seu desempenho.

Nas últimas eleições para o Parlamento Europeu, verificou-se grande avanço dos trabalhistas. As recentes pesquisas de opinião, que a direita tanto usa contra seus adversários, indicam queda acelerada da popularidade da "dama de ferro".

O mesmo ocorre com o sr. Cavaco Silva, em Portugal, caindo na confiança da população.

A retardatária América Latina

Como sempre acontece, o "efeito Reagan" está chegando à América Latina com atraso, exatamente quando o modelo entra em crise nos países de origem.

Aqui, também, a direita procura "glamurizar-se". Os candidatos que ela considera confiáveis, no plano ideológico e político, têm que passar primeiro pelo crivo do marketing.

Pelo menos em dois países, o Peru e o Brasil, foi assim. Na Bolívia, o candi-



Caiado; mentor da UDR

uma nova terminologia e quadrinhos coloridos com os "efeitos especiais" da televisão.

Por trás de Reagan, fortaleceu-se a direita em quase todo o mundo, sempre com o recurso aos *slogans* modernizantes e ao novo visual que a televisão deveria vender. Thatcher, a "dama de ferro", na Inglaterra; Giscard d'Estaing e Chirac na França; os liberais na Itália, na Alemanha, no Canadá; Sá Carneiro e, depois de sua morte, Cavaco Silva, em Portugal. Todos defendendo os princípios assemelhados com a mesma postura histórica de amor à acumulação capitalista e de inconformidade ante o avanço social, mas com uma terminologia sofisticada e um visual retocado pe-



Afif: o liberalismo de palanque

armamentismo, salvou os negócios dos seus chefes eleitorais, enriqueceu muita gente, mas, deixou o país enfrentando imenso desequilíbrio nas finanças públicas, socialmente mais injusto e desigual, com o aumento dos índices de pobreza, principalmente entre os negros, e cientificamente e tecnologicamente mais atrasado. Por uma dessas voltas imprevisíveis da história, os dois países que o governo de Washington mais ajudou, para deles

dato oficial, sr. Sánchez de Lozada, foi preparado para atuar segundo o novo modelo, mas só parcialmente — a postura na televisão, a terminologia, a paixão privatizante e antiestatizante, etc. — pôde seguir à risca o manual. Tropeçou em um obstáculo incômodo: levou, do seu demorado convívio nos Estados Unidos, um sotaque de Chicago tão forte, que lhe foi difícil conciliá-lo com a condição de candidato de um movimento popular com fortes tradições nacionalistas.

Já no Peru, o sr. Vargas Llosa foi o candidato ideal. Escritor famoso, sem vínculos aparentes com os políticos, defensor do ideário da direita, mas, sem estar comprometido com os partidos tradicionais, boa pinta, presença agradável na tv. Sua candidatura entrou em crise por dois motivos, que os seus coordenadores não previam: as grandes possibilidades de vitória do candidato da esquerda, o ex-prefeito de Lima, Alfonso Barrantes, e os desentendimentos na coligação direitista, resultantes de problemas municipais insuperáveis.

"Vender" um presidente

E no Brasil? O figurino vem sendo rigorosamente aplicado, com uma peculiaridade: o apoio da Rede Globo, com a sua poderosa máquina, deu ao principal candidato da direita, Fernando Collor, as condições de mercado e uma assessoria técnica competente.

O sr. Collor pôde assim lançar-se, seguindo rigorosamente o modelo da Nova Direita, que já não confiava nas possibilidades do sr. Jânio Quadros, e muito menos na credibilidade do sr. Paulo Maluf. Durante dois anos, criaram o mito do "caçador de marajás", do administrador rigoroso com os dinheiros públicos, do implacável capataz dos funcionários, do inimigo das empresas estatais, com uma pregação privatizante e idéias confusas sobre a dívida externa.

Ao lado disso, o visual bem ajustado, adaptado às exigências do público de novelas, que cuida desde as sílabas pronunciadas ao penteado, com um rigoroso controle dos gestos e das atitudes.

Passando neste crivo, foi fácil fabricar um "salvador da pátria", na sibilina alusão do sr. Jânio Quadros.

Atribui-se ao sr. Boni, da Rede Globo, a confissão de que vive, no momento, uma etapa fascinante de sua vitoriosa carreira profissional, a de "vender", no mercado eleitoral, um presidente da República. Já "vender" de tudo, de tratores a sabonete, mas, esse atual encargo é novo e cheio de atrativos.

A "modernidade"

Embora o sr. Collor reflita exatamente o espírito e a cara da Nova Direita, ele não está só no páreo. Pelo menos dois outros candidatos, Afif

Domingos e Ronaldo Caiado bebem das mesmas águas. O visual é o idêntico e a linguagem parecida, centrada na desestatização, no moralismo inócuo e palavroso, e em citações tecnocráticas que criem uma impressão de "modernidade".

O sr. Afif assume posições mais liberais e, de quando em quando, estabelece algumas pontes para os setores mais deserdados da sociedade. O sr. Caiado especializou-se na retórica do campo. Para tentar amenizar os efeitos da incômoda presença da UDR, chega mesmo a falar em reforma agrária. Não há dúvidas de que as diferenças entre os três são periféricas e circunstanciais. Se o sr. Collor chegar ao segundo turno, estarão todos os três unidos.

E o eleitor?

O lançamento da candidatura Collor — a principal da Nova Direita — causou impacto em setores da sociedade mais sensíveis a esse tipo de novidade muito em voga nos supermercados. O uso maciço dos meios de comunicação, especialmente os "generosos" espaços da



Reagan e Thatcher: santos mundiais da Nova Direita nos anos 80

Rede Globo, confundiu, num primeiro momento, muitos eleitores, mais isso não significa que as teses da Nova Direita já tenham sido absorvidas pelo país. A campanha eleitoral que se inicia será, sem dúvida, das mais disputadas e tensas, sobretudo quando se sabe que, pela primeira vez, em quase trinta anos, o povo é chamado a eleger um presidente da República, e que oito ou nove milhões de jovens têm direito ao voto, inclinados a uma opção progressista.

Desafiados pela poderosa máquina de propaganda, capitaneada pela Rede Globo, os candidatos populares Leonel Brizola, Luís Inácio Lula da Silva, Mário Covas e Roberto Freire enfrentam o embate, com um antecedente estimulante: o dr. Roberto Marinho, apesar do seu poder de mídia, é um veterano perdedor de eleições.

Teria sido lógico e desejável, que as forças da mudança se tivessem unido já no primeiro turno. Mas, é essencial que criem, hoje, as condições para fazê-lo no turno final, para derrotar a mais estruturada e financiada tentativa da Nova Direita de assumir, no Brasil, o poder pelo voto.

As mistificações conservadoras

Uma das bases da maquiagem da direita é a argumentação pretensamente renovadora que desenvolve na área econômica, investindo contra o Estado, mas camuflando seus objetivos reais de lotear, em proveito próprio, a esfera do setor público e desarmando a sociedade

Luiz Fernando Victor*

O Brasil se decompõe continuamente em todos os setores vitais. O povo vai sendo jogado na mais ignominiosa pobreza, enquanto grupos cada vez mais restritos concentram as riquezas em suas mãos, seja por vias legais, seja por via ilegais, ilegítimas e criminosas. E a virulência desses "bolsões de riqueza", na medida em que concentram mais recursos e poder, aumenta. Detendo a quase totalidade dos meios de comunicação, mistificam todo o tempo, como forma de manter seu poder, seus ganhos, seu patrimônio. Não há meio termo. Não existem questões éticas. As palavras servem para encobrir o estado de coisas e, facilmente, entregam à execração pública seus aliados de ontem, se for necessário para manter seu poder.

Não tem outro sentido a defesa que fazem do jogo democrático e da liberdade, da soberania nacional, da moralidade pública, da dívida externa, etc.. Qualquer ação é válida, desde que não se coloque em risco o seu poder, os ganhos fáceis.

Martelar o Estado

Dentre os temas que os "bolsões de riqueza" de nossa elite tomam como peça-mestra na tarefa de cegar a opinião pública, mistificando todo o processo de desenvolvimento do país, está o da falência do Estado e das empresas públicas.

Argumentam que todo sistema estatal é incompetente, corrupto, ineficiente e ineficaz. Dizem ser o Estado o responsável pela calamidade da miséria



A miséria só sensibiliza a Direita nos discursos, enquanto a ação aumenta a pobreza social

ria e da indigência cultural de nossa população. Acusam o déficit público de responsável pelas altas taxas de inflação. Afirmam que os serviços da Previdência Social não atendem à população, não só pela existência de uma burocracia corrupta, mas também porque o Estado não é competente para atender ao povo em suas necessidades básicas. Denunciam o desemprego e o subemprego generalizados como culpa do Estado. E martelam que o Estado está falido em toda a sociedade humana. Como exemplo mais claro, apontam a União Soviética, com a sua *perestroika*, a reestruturação promovida por Mikhail Gorbachev. E exaltam, de outro lado, o exemplo do Japão e de sua riqueza, afirmando ser o resultado da total liberdade de mercado e da ausência estatal das atividades econômicas.

Os "bolsões de riqueza" de nossas elites dirigentes sabem como mistificar. Tomam meias verdades como se fossem verdades completas, e encobrem,

com isso, a real situação econômica, administrativa, financeira, social e política. Contam uma parte da história e, de forma competente, encobrem as verdadeiras razões da crise.

Dai, o discurso da chamada "modernidade" denigre como demagogos todos os que se opõem as suas atividades e combatem seus privilégios. De repente, em nosso país é demagogia falar em miséria, fome, analfabetismo, doenças endêmicas, falta de transporte e habitação, etc..

O pior de tudo isso é que mesmo uma parcela de nossa intelectualidade assume o mesmo discurso, perplexa, sem entender o processo global, porque não buscou as razões econômicas e sociais da crise.

Desmascarar

A primeira desmistificação a ser feita é a dos exemplos referidos, da União Soviética e do Japão.

No caso da União Soviética, todos os defensores internos da *perestroika* — a começar por Gorbachev — jamais colocaram em dúvida dois elementos básicos de seu sistema econômico e regime político — a apropriação social dos meios de produção e a proibição de que uma pessoa empregue a outra. A transição por que passa a União Soviética tem seus fundamentos no abandono de "dogmas" desenvolvidos no período estalinista, que levaram a economia e a sociedade à apatia, ao marasmo do culto à personalidade, a entraves burocráticos de uma máquina emperrada pelo excessivo centralismo. Além, evidentemente, da opressão e da coerção contra aqueles que ousavam denunciar a situação. Não há uma volta à economia de mercado, com suas leis que favorecem e acumulam riquezas em mãos de um pequeno grupo. Ao contrário, buscam uma nova etapa em seu desenvolvimento, na qual participe efetivamente toda a sociedade, atendendo aos seus interesses, aqui e agora. "É a passagem para uma nova qualidade de crescimento da economia soviética", como afirma Abel Aganbequian, o assessor econômico de Gorbachev.

O outro exemplo a examinar é o Japão, com sua prosperidade, uma prosperidade tão real, que os japoneses quadruplicaram em quatro anos sua riqueza interna. Tal riqueza, embora haja grupos altamente concentradores, é bastante democratizada, e as diferenças de renda da população não representam a miséria para a maioria da população. Segundo o "Economist" (1989), "a camada de um quinto da população de maior renda ganha apenas três vezes mais que a mesma faixa de menor renda, em comparação a uma diferença su-

perior a dez vezes nos Estados Unidos".

No Japão, toda a população desfruta das riquezas geradas por sua economia. Entretanto, o que não revelam é que a presença do Estado é o fator mais importante no enriquecimento da nação e de seu povo.

Tal presença do Estado japonês começa pelas atividades de ciência e tecnologia, onde investe, juntamente com a iniciativa privada, recursos fantásticos nos setores da tecnologia de ponta: biotecnologia, informática e robotização, telecomunicações, química fina, etc.. O Ministério do Comércio Internacional e Indústria-Miti coordena enor-



Além do mais, a presença do Estado japonês no setor social — educação, saúde, habitação, transportes — é bastante representativa. Basta dizer que o mercado de aluguel de casas é subsidiado "por isenções tributárias aos proprietários de apartamentos com aluguéis defasados".

No setor financeiro, o governo de Tóquio tem sido pródigo com seus

bancos. Em 1986, incentivou a criação, no paraíso fiscal das Ilhas Caiman, do Japan Banking Association-JBA, um consórcio de 28 bancos que já adquiriu toda a dívida brasileira e mexicana dos bancos japoneses, com 40% de deságio do valor de face dos títulos. Esta aparente perda dos bancos foi deduzida do imposto de renda que deveriam pagar ao Estado japonês...

Tem sido, portanto, fundamental a presença do Estado em todo o desenvolvimento histórico, do Japão, desde a Reestruturação Meiji, de 1868. De lá para cá, o Estado é cada vez mais fundamental e decisivo na manutenção do



Nova Direita embaralha argumentos, citando o Japão de Sosuke e a URSS de Gorbachev

mes programas de melhoria da produtividade industrial, com a participação do setor privado, a quem estão abertas todas as suas conquistas.

Foi esta ação do Estado japonês, na busca constante e sistemática de novos produtos a custos reduzidos — ao lado da redução das margens de ganhos do setor privado — que possibilitou às empresas nipônicas a manutenção de seus preços unitários internacionais, apesar da valorização intensa do iene. Foram os investimentos estatais a fundo perdido, que possibilitaram à Toyota produzir 50 carros por empregado/ano, enquanto a Citroen francesa produz 12 e a Fiat italiana, 26.

processo de crescimento e presença do Japão no mundo.

Apossar-se do Estado

No Brasil, em toda sua história, a presença do Estado tem sido constante, mas, não na promoção do processo de desenvolvimento e acumulação de capitais, nem na desconcentração das riquezas ou na geração de novos empregos e atendimento das necessidades básicas de seu povo; muito menos no desenvolvimento do potencial humano, de recursos naturais e de capital interno ou na formação de um mercado interno consumidor e desenvolvimentista, ou no racionamento das divisas, dirigindo-as para os setores de produção de bens e serviços para a população, ou nos gastos sociais básicos como a educação, alimentação, saúde e habitação do povo.

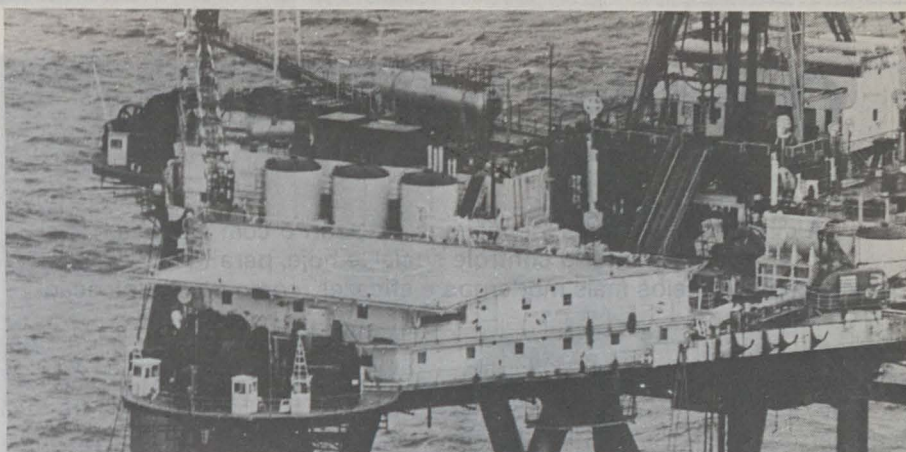
O Estado brasileiro mantém todas as principais características herdadas do Estado patrimonial português. O Estado no Brasil tem tido, como tarefa principal, a concentração de renda em "bolsões de riquezas", com a cumplicidade do estamento burocrático superior, tão bem retratado por Raimundo Faoro, no seu "Os Donos do Poder".

O tema que melhor retrata a mistificação de nossas elites, ao defenderem a ausência do Estado do processo de desenvolvimento, é o da desestatização e consequente privatização das empresas públicas de nosso país.

É evidente que as elites não estão preocupadas com a possível ineficiência dessas empresas. O que desejam efetivamente é apossar-se daquelas empresas básicas para o desenvolvimento nacional e que um governo popular poderá transformar nos principais motores do desenvolvimento nacional. Até porque jamais colocariam recursos seus em empresas deficitárias. Desejam, na verdade, apossar-se das empresas superavitárias.

Como se deu o processo de estatização recente do país? Por que os sucessivos governos foram obrigados a desenvolver um setor estatal? Qual o papel desenvolvido por essas empresas?

O processo de estatização no Brasil apresenta, dentre outras razões, as



A Petrobrás é há muito tempo um exemplo de sucesso que incomoda a Direita brasileira

seguintes:

1 - O atendimento cartorial aos interesses detentores do poder, via investimentos em atividades básicas e de infra-estrutura, produção subsidiada de bens e serviços para as grandes empresas, incentivos fiscais e financeiros e manobra da política cambial;

2 - Inexistência de recursos privados externos e/ou internos para setores básicos da economia e para regiões periféricas;

3 - Absorção de empresas privadas falidas, via processo corruptivo, sob o argumento de sua importância social;

4 - Comportamento deformado do empresariado brasileiro, que prefere não correr riscos nos investimentos de longa maturação;

5 - A consciência política do governo Getúlio Vargas, que lançou as raízes do processo de desenvolvimento industrial, investindo maciçamente nos setores de energia, transportes e siderurgia.

Todo o aparato estatal brasileiro, gerado dentre outras causas pelas acima citadas, evidentemente - com o processo de conscientização do povo e de suas lideranças - começou a ser arguido sobre seu real papel no desenvolvimento nacional. Já não se aceita, passivamente, que o aparato estatal seja colocado fundamentalmente a serviço dos grupos privados - caracterizando o capitalismo de Estado vigente em nosso país.

Na medida em que é contestado esse capitalismo de estado - e em que aumentam o desemprego e a miséria do povo - é fácil para os "bolsões de riqueza" transferir para o Estado toda a res-

ponsabilidade pela situação. E defende, a partir daí, sua privatização. As facilidades, não contestadas, já não existem mais.

Por outro lado, é incontestável a presença forte das empresas estatais na formação de capitais do país. Aos "bolsões de riqueza" e aos monopólios, o Estado já não atende com as mesmas facilidades de antes. O recente caso do roubo do sr. Naji Nahas e de seus cúmplices somente deixou de ser coberto pelo Estado, porque as lideranças populares estavam atentas e denunciaram, com antecedência, os fatos. É, talvez, o primeiro caso de vitória efetiva do povo, na sua luta contra o Estado cartorial brasileiro.

As empresas estatais precisam ser preservadas, pois será a partir delas que um governo popular poderá promover o desenvolvimento social do nosso povo.



* O economista e professor Luiz Fernando Victor integra os quadros docentes da Universidade de Brasília-UnB.

O poder hereditário

A direita articula suas mensagens, de acordo com a época, visando a manter o controle social, e hoje, para tanto, lança mão dos meios mais modernos e eficazes, como a comunicação

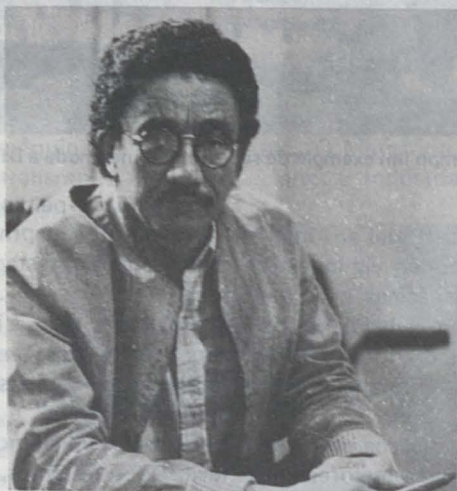
O estudioso e autor de diversos livros e ensaios a respeito da televisão, no seio da sociedade, professor Muniz Sodré, diretor da Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, coloca a questão do poder, nos país, sob dois ângulos: a existência de um discurso incompatível com a prática e a utilização dos meios de comunicação social, para tentar escamotear esta realidade.

O primeiro diz respeito à conscientização da elite dirigente brasileira, em relação ao fato de que não há governo que possa se viabilizar em cima apenas de uma retórica política.

Um discurso, prática diversa

"Não basta", disse ele, "o discurso modernizador. É preciso que essa promessa traduza, na prática política, a representatividade do grupo que a sustenta. Exatamente isso tem sido a grande dificuldade do grupo dominante, que, nos momentos de decisão, como as eleições, é obrigado a se comprometer de tal forma que, fatalmente, depois de vitorioso, frustra as perspectivas daqueles que lhe deram o seu voto de confiança".

"Esta é a tradição secular, entre nós", assinala o Muniz Sodré. "Temos vários exemplos de tais momentos, em nossa história. Um deles foi em 1964, movimento que está bem vivo, em nossa memória, e do qual ainda estamos ten-



Prof. Muniz Sodré

tando sair, nesse processo de transição. Roberto Campos, Delfim Neto, Mário Henrique Simonsen e tantos outros, que fizeram parte desse conservadorismo esclarecido, implantado há quase 30 anos, frustraram a população, porque não conseguiram praticar a retórica que trouxeram a público. Isso aconteceu

não por incompetência deles, mas porque o poder que representavam não lhes permitiu fazer o que apregoavam".

"Eles falavam, por exemplo - prossegue Muniz Sodré - em ajustar a estrutura do setor público, através de profunda reforma, para compatibilizar a

"Para a tecnoburocracia, é bom que esta representatividade (da política) seja fraca, porque, na medida em que a tv e a pesquisa, instrumentos sobre os quais ela tem relativo controle, substituem a prática política, o processo eletivo se transforma em simulação. Ou seja, o número substitui o real humano e a imagem toma o lugar da substância política"

retórica da integração do país aos países desenvolvidos e geração de tecnologia própria. Isso significaria crescimento nacional, mais equilíbrio social e melhoria na competitividade, no exterior. O enxugamento da máquina administrativa tem-se mostrado, entretanto, um projeto incompatível com a retórica do poder".

Guilherme Afif Domingos, Fernando Collor de Melo e Ronaldo Caiado, segundo Muniz Sodré, representam agora a tecnoburocracia e a elite dominante: o sistema tem nova face, mais moderna, tal e qual os instrumentos sofisticados de controle social, de que lança mão, como as pesquisas e os meios eletrônicos de comunicação, sobretudo a televisão.

Arma chamada pesquisa

Aí, o segundo aspecto. Para Muniz Sodré, a importância da tv cresce, na medida em que a política perde representatividade. Nas decisões importantes, como de voto, por exemplo, cresce a influência dos meios de comunicação, na proporção direta do enfraquecimento das relações dos grupos familiares e de vizinhança; a pesquisa e a comunicação se tornam consequência e também causa da redução da representatividade dos partidos, das classes políticas e dos grupos comunitários em seus diversos níveis: "Para a tecnoburocracia, é bom que esta representatividade seja fraca, porque, na medida em que a tv e a pesquisa, instrumentos sobre os quais ela tem relativo controle, substituem a prática política, o processo eletivo se transforma em simulação. Ou seja, o número substitui o real humano e a imagem toma o lugar da substância política".

O diretor da Escola de Comunicação da UFRJ afirma que pesquisa não traduz a opinião pública real, porque faz parte de um sistema estatístico, portanto probabilístico e simulador, que - exatamente por não refletir a realidade - acaba sendo ele próprio a política.

"Este é o jogo da tv", alerta Muniz, "que vem criar o semi-real. Em vez de realidade política, temos um quase real, uma quase política. As instituições civis se enfraquecem, e a televisão e a pesquisa entram em cena, representando a tecnoburocracia e a elite dominante, que se dizem renovadoras e modernizadoras. Ou seja, é o próprio poder, o mesmo desde as capitânias hereditárias, travestido de progressista e se apresentando com cara nova, como faz sempre". Antônio Carlos da Cunha •



Akira: mudar a educação



Candotti: tranquilidade para criar



Pinguelli: estimular a pesquisa

Ciência para o desenvolvimento

Cientistas expressam suas opiniões sobre o futuro da atividade e o desenvolvimento brasileiro, reclamam um projeto nacional coerente e apontam, como básico, uma reforma educacional em todos os níveis

Procópio Mineiro e
Antônio Carlos da Cunha

É preciso que o governo, a ser eleito este ano, assuma o compromisso de tornar prioritárias a ciência e a tecnologia, a partir de um programa de desenvolvimento de médio prazo, que comece por remodelar toda a educação, desde o ensino pré-escolar à universidade. O crescimento científico — com base num sistema de ensino e pesquisa coerente, eficiente e capaz de preparar para a vida — é a opção para o desenvolvimento nacional, em benefício de toda a população, sobretudo dos milhões de brasileiros que não encontram meio e lugar para sobreviver dignamente.

É essa a expectativa da comunidade científica nacional, frente ao novo período da história da nação, que deverá ter início com o primeiro presidente da República eleito diretamente nas urnas, após quase três décadas. O presidente da Fundação Instituto Oswaldo Cruz-Fiocruz, Akira Homma, o vice-presi-

dente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência-SBPC, Ênnio Candotti, e o diretor da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia-Coppe, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luís Pinguelli Rosa (veja quadro), falaram a **terceiro mundo** sobre os caminhos para a formulação da política brasileira de desenvolvimento científico e tecnológico.

Os três cientistas são unânimes, ao afirmar que a incompreensão do que seja ciência e tecnologia, por parte do governo, que as manipula de acordo com as suas conveniências, resulta em falta de apoio e verbas para o ensino e a pesquisa, numa universidade que não reflete as necessidades do país, e num corpo docente que não vê projeto político em que possa acreditar. Eles pedem o retorno do Brasil a uma situação, em que a comunidade se sinta comprometida com um governo que apresente objetivos dignos de todos os brasileiros.

Projeto para um país sólido

Homma lembra que o estabelecimento de condições, que propiciem um

programa de ciência e tecnologia adequado ao país, é preceito constitucional, que deverá ser cumprido pelo próximo governo, sugerindo que este programa contemple um prazo de pelo menos duas gerações. "Vamos levar no mínimo duas gerações", justifica o cientista, "para alterar a base educacional que nos permitirá crescer adequadamente, na área científica. Temos que reestruturar um modelo para todo o sistema de ensino. A educação precisa ser prioridade para o nosso povo".

Para o presidente da Fiocruz, há barreiras sérias a esse tipo de reformulação, porque os interesses contrários são muitos e fortes. Eles resultam, segundo o cientista, dos complexos mecanismos que levam as elites a insistir num modelo incapaz de responder às necessidades presentes e, especialmente, aos anseios futuros do Brasil.

"Há", assinala, "desde a questão da importação pura e simples de modelos estrangeiros, até a propaganda e a mentalidade herdada da época colonial, isto é, a ânsia de extrair predatoriamente o mais possível do país, sem preocupar-se com um desenvolvimento



O desenvolvimento social depende da prioridade que gozar a educação destinada ao conjunto da sociedade



equilibrado. Essas questões nos levam a apontar a urgência de vir o Brasil a definir o seu modelo de desenvolvimento, próprio e apropriado a suas condições, aos seus interesses e necessidades específicas. Somos um país que tem tudo. Temos recursos de todos os tipos, gente e capacidades, mas não fomos ainda capazes de traçar um projeto nosso. Ao contrário, nos esmeramos em copiar um sistema capitalista selvagem, em que impera o consumismo desenfreado".

Homma, citando o Japão como exemplo de país que se tornou forte por causa do nível educacional dado ao povo, adverte que a reformulação exigida pela realidade brasileira requer um grande acordo nacional, visando à definição do projeto de país. "Isso", continua ele, "exigirá do próximo presidente da República que sacrifique metas imediatistas, que não colaborem para o projeto maior, e que se concentre em implantar as bases do que irá desabrochar como um desenvolvimento sólido, em até mais de duas gerações. O desenvolvimento da ciência e da tecnologia está embutido, será uma consequência natural, que, por sua vez, sustentará o desenvolvimento da nação".

As respostas da ciência e da tecnologia

Homma defende, por outro lado, um programa imediato para a área científica. A primeira reivindicação é a conti-

nuidade dos projetos de pesquisa em curso. Segundo ele, um dos maiores males do país é a descontinuidade: muda-se um ministro, modifica-se toda uma programação de recursos, meios e objetivos, jogando-se por terra avanços de anos e anos.

"A nossa expectativa", disse ele, "é de sempre ter de recomençar. Mas há outro aspecto fundamental. É que se aja com realismo e propriedade, na hora de se fixarem objetivos e prioridades. É preciso que se tenha bem claro que não temos condições de competir, em pé de igualdade, com os mais desenvolvidos. Temos que definir o que é preciso oferecer à população, em qualidade e quantidade suficientes e no menor prazo possível. E trabalhar em cima disso. Nos objetivos mais complexos, buscar alianças, para incorporar tecnologias já desenvolvidas em outras partes, mas de

"É absolutamente importante que o nosso número de pesquisadores e cientistas seja ampliado, de modo a termos gente em condições de contribuir para a solução dos grandes problemas que impedem o desenvolvimento nacional. Só para se ter uma idéia da nossa carência, basta dizer que, nos Estados Unidos, existem 500 mil pesquisadores, dentro daquele perfil em que temos apenas 15 mil"

Ennio Candotti

forma a absorver tais tecnologias. Não podemos repetir o caso da indústria automobilística, que veio na hora certa para o país, mas, em condições tais, que não nos permitiu absorver tecnologia. Somente agora, 30 anos depois, é que está surgindo o primeiro carro com tecnologia brasileira, da Gurgel. No Japão, ao contrário, os acordos previam a transferência de

tecnologia, e o resultado é o que vemos agora. A indústria automobilística japonesa está entrando em todos os mercados do mundo".

Homma questiona, por exemplo, o fato de se ter, nas lojas, em todo o território nacional, televisores com tecnologias de último tipo, o que significa sangria de recursos para o pagamento de royalties. "A definição do nosso modelo de desenvolvimento", alerta ele, "precisa levar em conta as nossas realidades e urgências, para que os poucos recursos existentes não sejam desperdiçados em supérfluos, no simples consumismo. As administrações brasileiras falham na incorporação do mercado consumidor potencial extraordinário, de 140 milhões de pessoas. Se adequadamente definido nosso modelo, todos esses consumidores poderão de fato entrar no mercado e serão capazes de dar à indústria, aos serviços e à produção primária, uma margem de independência fundamental, para um avanço auto-sustentado, fugindo à eterna dependência que nos prende a flutuações que nos vêm de fora".

O cientista lembra a experiência da Fiocruz, ao afirmar que o país conta com gente gabaritada, para oferecer resposta com rapidez a investimentos mais apropriados, nas áreas de ciência e tecnologia. Ele assinala que sempre houve resposta eficiente daquela comunidade científica, quando solicitada e adequadamente amparada. Quando

surgiu a dengue, por exemplo, a Fiocruz pôde dar uma resposta rápida às necessidades do país, identificando, isolando, caracterizando e tipificando o vírus. O mesmo ocorreu, há pouco, com a Aids. Um grupo especial isolou o vírus e, agora, a Fiocruz tem estudos avançados sobre a doença. Há ainda casos, como o da vacina contra o sarampo, que exigiu três anos de trabalhos, para que se obtivesse todo o ciclo de produção do medicamento. A vacina contra a febre amarela é produzida pela Fiocruz há 50 anos. A instituição tem pesquisadores premiados internacionalmente. Nos últimos cinco anos, mais de 100 artigos de seu corpo técnico foram publicados nas revistas científicas mundiais, demonstrando tanto o conceito e o acatamento da Fiocruz lá fora, quanto a intensidade da sua produção.

"É preciso", ressalta Homma, "assumir a decisão política de privilegiar e tornar prioritárias a ciência e a tecnologia, cujo desenvolvimento resulta na criação de coisas novas, em todas as áreas da atividade humana, refletindo-se no progresso do conjunto da sociedade. A realidade, contudo, mostra-nos que a situação é bem diferente. As condições oferecidas aos nossos cérebros são precárias, tanto que muitos talentos brasileiros continuam no exterior, outros saem e o país não tem como atrair especialistas de fora, que venham nos transmitir conhecimentos. Só para citar um caso: aqui na Fiocruz, são poucos os pesquisadores com capacidade financeira para adquirir casa própria. E, pelo menos, ter uma casa é uma garantia mínima que um homem de ciência, dedicado integralmente às pesquisas, precisa. Esse é o nível de instabilidade que vive o homem de ciência, no país".

O professor Ênnio Candotti, que, além de vice-presidente da SBPC, é editor da

revista "Ciência Hoje", concorda com a opinião de Akira Homma e reivindica "do governo democrático que surgirá das urnas, a valorização da inteligência nacional, que precisa de meios para trabalhar, criar e não ser apenas uma tradutora da tecnologia do exterior".

"Além disso", prossegue ele, "é absolutamente importante que o nosso número de pesquisadores e cientistas seja ampliado, com a máxima urgência, de modo a termos gente em condições de contribuir para a solução dos grandes problemas que impedem o desenvolvimento nacional. Só para se ter uma idéia da nossa carência de recursos humanos, nessa área, basta dizer que, nos Estados Unidos, existem 500 mil pesquisadores, dentro daquele perfil em que temos apenas 15 mil. Para piorar ainda mais a situação, nossos cientistas vivem o grande problema da instabili-

"A definição do nosso modelo de desenvolvimento precisa levar em conta as nossas realidades. As administrações falham na incorporação do mercado consumidor potencial extraordinário, de 140 milhões de pessoas. Esses 140 milhões de pessoas serão capazes de dar à economia margem de independência fundamental"

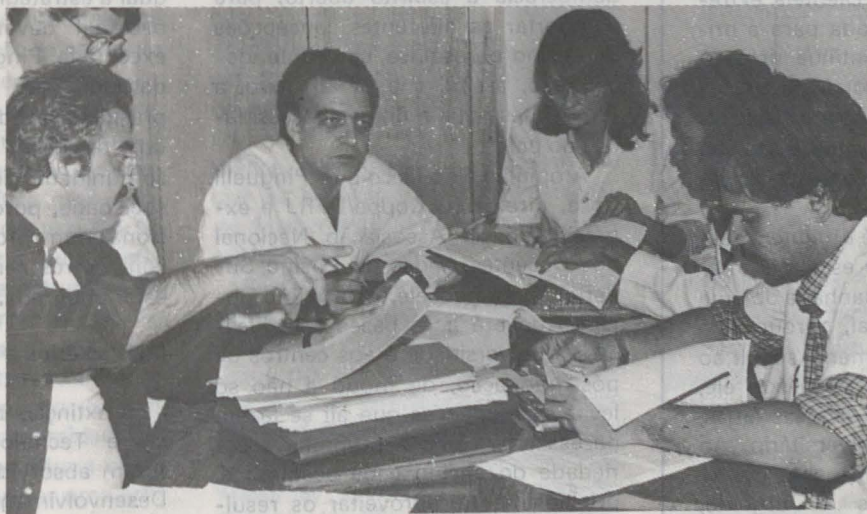
Akira Homma

dade de pesquisas seja nos financiamentos, na estrutura física de trabalho ou no relacionamento com os governos. A intranquilidade reduz profundamente a capacidade de se completar os projetos e permitir uma boa avaliação dos seus resultados. Não é só uma questão de verbas, mas, acima de tudo, de uma descontinuidade geral de política de governo, não apenas em relação à nossa área, mas ao destino da sociedade como um todo".

Segundo o dirigente da SBPC, a discussão das prioridades científicas, em função das necessidades nacionais, é uma questão importantíssima, mas deve levar em conta a extrema precariedade da comunidade técnico-científica. "Não devemos deixar que tenhamos mais institutos de álgebra do que centros de meteorologia, mas também que não tenhamos apenas meteorologia e nenhuma álgebra. Seria fatal para um desenvolvimento equilibrado. A discussão dos objetivos e da função social da atividade científica é de grande importância e deve estar presente, sobretudo, para evitar que tenhamos uma definição apressada de prioridades, em relação ao setor", advertiu ele.

Candotti compara a ciência e a tecnologia com um grande viveiro, onde se lançam sementes que poderão, ou não, ser utilizadas para grandes colheitas, mas que precisam de todo cuidado, para que dêem origem às plantas de consumo da população.

"Não se pode estabelecer diretrizes", disse ele, "com o objetivo apenas de atender às demandas sociais que enfrentamos em nosso país, mas traçar um direcionamento que reconheça que o mundo da ciência cresce em múltiplas direções e que é vital a acumulação de conhecimentos, em todas as áreas possíveis. Não se pode deixar de estudar chinês ou história grega anti-



Fiocruz: e equipe de Bernardo Galvão atrás da aids

ga, apenas porque isto não é prioritário. Devemos conhecer toda a sociedade humana. Pesquisar a libélula, por exemplo, uma atividade que aparentemente não é prioritária, pode vir a ser fundamental para o controle de pragas ou para se conhecer o ciclo biológico de determinada espécie animal".

A ditadura das elites

A importação de tecnologia, na opinião de Candotti, traz um outro problema muito sério, além da sangria de recursos, via *royalties*: "De imediato, por um ou dois anos, até se consegue algum resultado, mas, na primeira chuva, o que foi feito desbota e se perde, não apenas pela falta de transferência tecnológica, mas porque se impediu a criação de raízes em nosso solo e, com isto, tornou-se impossível a formulação de longo prazo do desenvolvimento do país".

O ensino brasileiro, na opinião de Candotti, não passou ainda pela transição democrática, que se verificou na área política. Prevalece, no setor, o autoritarismo, que está arraigado dentro da estrutura burocrática do próprio Ministério da Educação e Cultura. "É aí", acrescentou ele, "que a elite dominante do país, cujos interesses poderão ser contrariados, caso ocorra uma verdadeira reformulação no sistema educacional, em todos os graus, concentra ações ainda dos tempos da ditadura. Ou seja, o MEC, com uma clientela extremamente pequena, voltada para a privatização do ensino, continua preocupado com a distribuição de favores a prefeitos e políticos amigos, e nada faz em termos de projetos, que visem ao desenvolvimento educacional do brasileiro".

Segundo o cientista, é urgente a descentralização dos graus escolares médios e superiores, acompanhada de uma diversificação profissional, porque nem todos devem necessariamente seguir ao nível superior. "O país", explicou ele, "precisa de técnicos em diversas áreas, além do profissional universitário. Ao mesmo tempo, o fortalecimento dos 1º e 2º graus gratuitos é urgente, porque são a espinha dorsal de uma nação. Enquanto não formos capazes de



Por não exigir transferência de *know-how*, só agora Brasil tem carro com tecnologia própria

resolver isso, não teremos solução para o problema da universidade, nem daremos ao país aquela infra-estrutura de funcionários e técnicos, enfim, mão-de-obra, que fazem funcionar o dia a dia do país".

A forma autoritária, atual na educação, para Candotti, tem outro reflexo grave, sobretudo em cima dos professores: a estrutura burocrática, que representa a forma, domina o conteúdo. Uma escola, por exemplo, é qualificada

Mão dupla na sociedade

"A grande crise da universidade brasileira precisa ser enfrentada, sem demagogia e com coragem, muita democracia e espírito aberto, para comportar as diferentes concepções de ensino e pesquisa, confrontando-as, para, assim, chegar ao novo, a uma síntese que reflita as necessidades do país".

A opinião é do físico Luis Pinguelli Rosa, diretor da Coppe/UFRJ e ex-presidente da Associação Nacional dos Docentes-Andes do Ensino Superior. Segundo ele, o próximo governo deverá ir às bases da educação, à universidade e aos centros de pós-graduação, de modo a não só levar as mudanças que ali se fazem necessárias, como a estimular a seriedade do ensino e da pesquisa e, principalmente, aproveitar os resultados introduzidos no desenvolvi-

mento da ciência e da tecnologia.

Quanto a uma política específica de desenvolvimento científico, sob a qual a estratégia do desenvolvimento nacional deveria ser formulada e executada, Pinguelli diz que cabe aos partidos, que disputam a sucessão presidencial, defini-la, a partir de uma discussão mais profunda, com a comunidade científica e com toda a sociedade, porque a ciência se relaciona, num processo de mão dupla, com outros campos, aos quais deve estar integrada.

Mais salários e recursos materiais

A extinção do Ministério de Ciência e Tecnologia, cujas atividades foram absorvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Industrial e do Comércio, mostra, na opinião de

ou não pela leitura do seu regulamento e pelos quesitos e itens materiais que tem de cumprir, e não pela qualificação dos seus docentes, nem por aquilo que pode realizar, em termos de informação. "Isso", critica ele, "é típico das ditaduras. As regras são mais importantes do que a ética, a qualidade e o conteúdo".

Esse autoritarismo atinge os professores de outra forma, também muito grave: vem acabando com a credibilidade que deveria existir no relacionamento entre os docentes e o Estado, e com a própria sociedade, na procura de soluções para as dificuldades educacionais do país. "Não há mais diálogo: portanto, não há soluções conjuntas. O impasse vem sendo permanente. Há cinco anos, nossa educação vive em greve,

ora aqui, ora ali, mas sempre com uma ou várias paralisações. É o reflexo do descrédito do MEC, que, por sua vez, não acredita nos professores e isto se reproduz. Precisamos, antes de mais nada, romper essa cadeia de impasses, o que só pode ser feito por um governo democrático e legítimo, eleito pelo voto popular, além de uma sábia política educacional, que deixe as sementes brotarem e as flores surgirem, e não destrua a grande vontade de to-

dos nós, professores, educadores e cientistas e funcionários de participar e livrar o país da ignorância, miséria, analfabetismo. Isso exige mobilização geral e unidade coletiva muito grande. Todos estão motivados para isso, porque viver num país, com as potencialidades, mas sob a situação real do Brasil, é uma agressão ao bom senso, à cidadania. Não é possível democracia, onde não se soluciona o problema da educação".



A crise em todos os níveis de educação revela uma das fraquezas do modelo social brasileiro

Pinguelli, o nível da falta de compreensão e apoio, por parte do governo atual, em relação à atividade. O físico calculou que a verba aplicada em nosso ensino, atualmente, gira em torno de 1 bilhão de dólares, para o custeio (salários dos professores e manutenção da estrutura física do sistema) e investimentos.

"Precisarmos af", esclareceu ele, "de mais 20%, pelo menos. Não é muita coisa. Vê-se, portanto, que tudo é questão de política mais adequada de administração dos recursos. Os investimentos na parte de equipamentos e outras infra-estruturas da pesquisa, hoje em torno de 250 milhões de dólares, estes sim, deveriam ser reforçados substancialmente, porque representam pouco mais da metade da nossa real necessidade".

O diretor da Coppe afirma que a ciência tem que passar por uma articulação mais direta com o desenvol-

vimento social, o que significa repercussão no parque industrial do país, com frutos a médio prazo. Mas, isto não acontece no nível adequado, devido a dificuldades, tanto junto ao sistema econômico brasileiro, como na política de governo. Pinguelli citou, como exemplo, o caso da informática, cuja política é adequada, no que diz respeito à reserva de mercado. Mas, o apoio oficial tem sido concentrado na indústria.

"Falta", denuncia ele, "apoio à comunidade científica. Por isso, vivemos em permanente mobilização, seja junto aos meios de comunicação, seja nos fóruns internacionais ou nas audiências com as autoridades executivas e junto ao Congresso. O Brasil, se comparado ao resto do Terceiro Mundo, até que está bem,

em relação a estes investimentos em ciência e tecnologia, mas, relativamente ao mundo desenvolvido, gasta muito mal e pouco".

Pinguelli criticou a atual política de energia nuclear brasileira, que "está com a parte dos reatores para energia elétrica paralisada, devido à prioridade que vem sendo dada à pesquisa nuclear paralela, desenvolvida pela Marinha e que, hoje, está oficializada. Não é bom. Todo o trabalho deveria estar sendo acompanhado pelo poder civil, para evitar a bomba nuclear. O Congresso, com assessoramento técnico adequado, deveria assumir, de agora em diante, o comando, nos rumos da pesquisa nuclear nacional".

GLOBO

Líder para quê?

Sem concorrentes reais, a Rede Globo domina a audiência de televisão no Brasil e atua como um formador de opinião retrógrado, através de uma programação vazia de elementos culturais autênticos

José Louzeiro

A humanidade chega ao terceiro milênio, em poucos anos, munida de um veículo chamado televisão, que, pelo seu invejável poder, vai continuar gerando polêmica por muitos e muitos anos. Alguns estudiosos do processo não se atrevem sequer a qualificá-lo como meio de comunicação, pois consideram que a televisão comunica, isolando; massifica, particularizando; fala, tornando as comunidades mudas.

A própria palavra televisão ainda está indefinida. Por televisão, entende-se o aparelho que temos em casa, isto é, o receptor, mas é, também, a melhor designação para toda a complexa tecnologia que constitui a estação ou emissor.

A televisão não surgiu para empenhar-se no processo educativo ou cultural de um país. Seu primeiro compromisso é com os meios de produção da sociedade.

Sendo um processo caro, exige substanciais verbas para desenvolver-se e, por isso, o receptor, dentro das casas, torna-se canal aberto para captação de recursos, de todos os segmentos da sociedade, a fim de que a emissora cresça e possa colocar mais e mais programas no ar, nem sempre no interesse da coletividade.

Fortalecida, economicamente, a televisão estende sua influência na área política, pois o emissor visa ao poder, à dominação. Além de funcionar como o maior vendedor de todos os tempos,



Louzeiro: a tv Globo, desde o golpe

a televisão é, também, o político mais versátil e a maior sala de espetáculos do universo.

Enquanto uma boa peça de teatro, que faça muito sucesso, pode ser vista por 500 mil pessoas em um ano de encenação, se ajustarmos a peça à linguagem televisiva ela será vista, na pior das hipóteses, em uma televisão como a Globo, por 10 milhões de telespectadores em uma única noite, no chamado horário nobre.

Dormir e acordar pensando nos números do Ibope é a lei interna. Uma força nova de neurose e absoluta deturpação de qualquer processo criativo.

Quem cria é o Ibope.

A conclusão inevitável a que se chega "é que o processo-TV não só está diretamente relacionado com o sistema de produção, como é a parte ativa dele", no dizer de João Rodolfo Prado ("TV, Quem vê?").

Excluindo liberdade de criação

Curiosamente, uma outra contradição da televisão é que o veículo exclui quaisquer possibilidades de democratização na produção de programas, sejam eles quais forem, do jornalismo à telenovela.

Essa constatação nos remete, novamente, ao princípio econômico, que rege o veículo. Se de um lado o fortalece, do outro torna-o censório. Nada mais antagonico que um canal que se propõe a ser cultural, regido pelas normas capitalistas.

O artista é um transgressor nato. A televisão precisa dessa transgressão, desde que ela possa ser compatibilizada com os ranços do conservadorismo.

Dai, desse complicado jogo, nasce um tipo de censura que nem o Estado, nem as organizações classistas poderão, tão cedo, evitar. Quando a tesoura oficial estava em vigor, com graves prejuízos para os políticos, a televisão vivia seus melhores dias.

Sempre que um programa era mutilado, as responsabilidades pela censura recaíam no Estado, no governo. Quando isso terminou, graças à nova Constituição, os verdadeiros interessados na permanência da censura foram desmascarados. E foi também na Globo que a coisa ficou mais evidente, a partir do

instante em que um trabalho da cineasta Tisuka Yamasaki sobre texto de Dias Gomes – “O Pagador de Promessas” – resultou com graves cortes e até ameaça de não ser programado, face às abordagens que fazia dos problemas da terra. Surgiram manifestações de protesto, contestadas por vozes da direção da emissora (nada oficialmente), que asseguravam: os cortes impunham-se, “pois a obra não tinha o padrão global de qualidade”.

Ibope e patrocínio

Na verdade, esse monstro, que chamamos televisão, não é nada livre, em que pese seu livre acesso a quase todos os lugares, em especial aos lares. O monstro mexe-se numa camisa de força, tecida pelos patrocinadores, etiquetada pelos índices de audiência.

O patrocínio de um programa torna-se durável, se a audiência é boa. Nas emissoras menores, como Manchete, Bandeirantes e TVS, entende-se como boa audiência percentuais que vão de 5% a 15%, no horário nobre, bem entendido. Nos outros horários, essas emissoras não alcançam isso, em que pese a excelência de certos programas.

Grandes audiências

As audiências da Rede Globo, ao contrário das “co-irmãs”, sobem facilmente, por duas razões: a qualidade técnica é excelente, as torres e toda a imensa parafernália técnica não permitem “bolsons de oscilação” de imagens, nem “chuviscos”, mesmo em regiões de morros. Há sempre um carro laboratório ou outros meios, a fim de permitir a imagem bem direcionada. É claro que esses cuidados importam em gastos, o que significa custo comercial alto por segundo, na tabela de publicidade. Audiência de 5% na TV Globo, mesmo para um programa no período da manhã, seria um desastre. No horário nobre, se o Jornal Nacional marcasse 15% a 20%, todo o Departamento de Jornalismo seria desmontado, os cabelos dos

locutores raspados, os paletós recortados, as gravatas modificadas.

A audiência da Globo é alta. Começa, em média, com 30% e vai até alcançar, em certas novelas, o pique de 62/85 pontos percentuais. Com uma imagem brilhante (de propósito), com vinhetas elaboradas no melhor estilo da propaganda subliminar, com filmes violentos e quedas (também calculadas) para dramas domésticos, do tipo que vimos ano passado em “Vale Tudo”, a TV Globo procura captar o que existe de sensacionalismo, acima e abaixo do nível do mar. Ela é uma imensa garganta aberta ao sucesso, berrando por sucesso. Lá não se fala outra língua. E se o sucesso na vida de artistas e autores é coisa passageira, no emissor tem caráter permanente. Dormir e acordar pen-

Fortalecida, economicamente, a televisão estende sua influência na área política, pois o emissor visa ao poder, à dominação. Além de funcionar como o maior vencedor de todos os tempos, a televisão é, também, o político mais versátil e a maior sala de espetáculos do universo.

sando nos números do Ibope é a lei interna. Uma força nova de neurose e absoluta deturpação de qualquer processo criativo. Quem cria é o Ibope.

Características do monopólio

A Rede Globo, por sua eficiência técnica, não necessitou de maiores “lobbies” para estabelecer seu monopólio entre nós. Impõe-se pela qualidade. Atrai as pessoas. Tem milhões de telespectadores. O que é pernicioso, na história da Globo, é que, como emissor, detém um canal que é do povo brasileiro. No protocolo da sua concessão, como em todos os outros, figura como canal cultural. E de cultura, sabemos nós, ela não trata. Não há 10 minutinhos destinados aos nossos músicos populares, como não aparecem os pintores, os bailarinos, os escultores, os escritores e poetas, arquitetos, entalhadores, artistas circenses. Se vão ao ar, é sempre em forma de show, de espetáculo,

como no “Fantástico”. Não há programas marcadamente culturais. Não existe um horário estabelecido, para que as coisas da cultura ou da erudição sejam debatidas, nacionalmente. O que o grande emissor privilegia são os seriados estrangeiros e as novelas do “quase possível”, como aquela, em que uma ex-agente de turismo chega ao Rio atrás da filha e vai vender sanduíche na praia. De repente, enriquece de tal forma (vendendo sanduíches), que começa a comprar restaurantes e empresas, tal seu poder de fogo. Se a novela fosse um pouco mais extensa, ela acabaria comprando a própria Rede Globo. Em cima de balelas como essa, é que o emissor coloca sua “proposta cultural”.

A partir do momento em que a Constituição determina a regionalização de programas, novamente o poderio da Globo se faz presente. E não tenham dúvida: os departamentos de jornalismo, que estão sendo criados nas capitais, vão seguir a linha do que é feito no Rio. A empostação dos locutores será a mesma, nordestino terá que esquecer o sotaque, gaúcho fica proibido de dizer *tchê!* O padrão global paira acima do bem e do mal, muito embora seja, em última análise, marcado pelos cacoetes do rádio, uma doença que o grande emissor não conseguiu evitar e agora é tarde. Inês é morta!

A origem polêmica

A Rede Globo surgiu da junção de interesses com o grupo “Time-Life”, no início da década de 60. Seu aparecimento coincidiu com a atuação de entidades, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática-Ibad e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais-Ipes, ambas norte-americanas, aqui instaladas para tramar, com os militares, o golpe que derrubou o presidente João Goulart. Ao mesmo nível dessas entidades, também atuava o Conselho Nacional das Classes Produtoras-Coclap. Como os leitores podem ver, o quadro Global não mudou muito. Mudaram algumas peças do jogo. A audiência prossegue alta. O show não pode parar. •



Ciep: um projeto de educação integral, com garantia de condições ideais de aprendizagem, incluindo turno prolongado de estudo e alimentação



Uma escola capaz de revolucionar o ensino

Nova chance para educação

Desativado ao longo dos últimos dois anos, a proposta dos Ciep ganha uma segunda oportunidade com as mudanças de administrações, decorrentes das últimas eleições municipais. Educação pode tornar-se prioridade neste país?

Nereida Daudt

Se as crianças são o futuro do Brasil, por que o maior programa até hoje dirigido a elas foi esvaziado? O projeto dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep, implantado no Rio de Janeiro em 1985 e 1986, para atender com alimentação, turno integral, esporte e assistência odontológica às crianças do 1º grau, limita-se hoje aos bonitos prédios pré-moldados, projetados pelo arquiteto Oscar Niemeyer. A proposta foi desmontada.

É o Ciep a solução para a crise da es-

cola pública brasileira? Conhecidos educadores dizem que sim. "A escola de três e até quatro turnos, onde, em cada 100 crianças, apenas 13 chegam à oitava série, é uma mentira, não é escola, é depósito de crianças. O Ciep é o oposto desse quadro", diz a ex-secretária carioca e fluminense de Educação, Maria Yedda Linhares. "Essa escola pública de múltiplos turnos, que não permite à criança aprender a ler, é a maior violência que se perpetua na sociedade."

CIEP

A diretora de um dos poucos Ciep municipais em regime de turno único, Rosa Maria Batista, diz que a crise da

escola não passa só pelo resgate do projeto idealizado e impulsionado pelo professor Darcy Ribeiro. Ela, que dirige o brizolão de Ipanema, como é popularmente conhecido o Ciep João Goulart, conta que existe uma intenção deliberada em desacreditar a escola pública: "Por que as greves nas escolas privadas não duram nem um mês, enquanto na nossa rede chegam quase a um ano as paralisações?", pergunta a diretora. "Acho a proposta dos centros integrados revolucionária, mas, o fim da crise da escola passa também pela valorização do professor. Gente competente precisa viver de modo decente. Como é possível que a sociedade reserve o salário mais insignificante aos professores de ensino público?", questiona a abnegada diretora do maior escolão do município, que atende, das 8 às 5 da tarde, a 900 crianças.

A secretária carioca de Educação, Mariléa da Cruz, é contundente: "O Ciep é a única solução". No entanto, o município do Rio, agora novamente dirigido por partidários de Brizola, tem encontrado inúmeras dificuldades para reati-

var o projeto, desativado pela falida administração anterior (Saturnino Braga-Jó Resende). "Retomar" explica a secretária, "é difícil em função da diminuição de professores e da falta de material adequado ao projeto". Para resolver o problema, pensa-se no apoio da iniciativa privada: "Já fizemos contatos e esperamos que empresas adotem a recuperação de alguns escolões, como é o caso da Cervejaria Brahma, que se dispôs a realizar as obras necessárias no brizolão de Ipanema".

Para a maioria dos alunos que frequentam os Ciep, o sistema de ensino em horário integral significa acesso àquilo que, normalmente, eles não podem ter em casa: acompanhamento nas lições, quatro refeições, esporte, higiene e cultura. Este modelo representa o quadro oposto das escolas com múltiplos turnos e escassas horas dedicadas às crianças, e que têm apresentado como consequência a evasão, a repetência e o fortalecimento de argumentos retrógrados, como o de que as crianças não têm capacidade para o aprendizado.

O Ciep foi o carro-chefe do programa do governo Leonel Brizola (83-87). Eles foram implantados a partir de 85. Num período de ano e meio planejaram-se 500 Centros Integrados. Destes, 150 foram efetivamente construídos, sendo que, em 20, faltaram pequenos detalhes de acabamento, como vidros na biblioteca, lotação de professores e bombas de água. Outros 250 não chegaram a ser concluídos, ficando em fases diferentes de construção. Dos cem restantes, 50 tiveram dificuldades de terreno (pendências jurídicas em alguns) e 50 ficaram com a concorrência pronta, as obras colocadas, porém não iniciadas. Para Maria Yedda Linhares, o projeto foi boicotado pelo governo que sucedeu a Leonel Brizola, porque "infelizmente, a sociedade reage à idéia de uma escola que oferece a igualdade de oportunidades. É uma oposição reacionária, quase suicida". Para ilustrar, conta que escutou, de uma senhora da classe média, a frase: "Isso significa que essa gentinha, dentro de alguns anos, vai estar competindo por vaga na universidade com o meu filho?".

Na rede de ensino pertencente ao governo do Estado do Rio, não existe



Professora Maria Yedda Linhares

"Infelizmente, a sociedade reage à idéia de uma escola que oferece igualdade de oportunidades. É uma posição reacionária, quase suicida... A escola de três e até quatro turnos, onde, em cada 100 crianças, apenas 13 chegam à oitava série, é uma mentira, não é escola, é depósito de crianças. O Ciep é o oposto desse quadro"

mais nenhum Ciep nos moldes originalmente concebidos. Os professores foram retirados e existem até denúncias de que os materiais estocados na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro-Faperj, como carteiras e armários, desapareceram.

Reação do privilégio

Na rede municipal carioca, dos 61 Ciep existentes, poucos funcionam em turno integral, alguns viraram abrigo para os flagelados das chuvas de fevereiro de 88 e ainda permaneciam nessa situação até início de junho. É o caso do brizolão de Ipanema, que abriga 468 favelados. Em situação similar, encontram-se os Ciep Glauber Rocha, em Tomás Coelho, com 42 famílias; Edgar Loureiro, na Pavuna, com 22 famílias, e Procópio Ferreira, em Del Castilho, com aproximadamente 270 flagelados. Exis-

tem também casos curiosos, como o escolão do morro do Borel, transformado em casa de cômodos. Somado a esses desvios cometidos na administração de Saturnino Braga, a falta de manutenção faz com que todos os Ciep do município se encontrem em lastimável estado.

Segundo Maria Yedda Linhares, o descaso com o programa é um desafio à lógica da história. Numa retrospectiva, ela diz que, até os anos 60, a escola pública no país se dirigia à classe média. Mas, com a urbanização acelerada, acrescenta, o crescimento da periferia urbana provocou a debandada da classe média para as escolas privadas e, concomitantemente, os números de aproveitamento escolar começaram a cair: em 83, por exemplo, chegou a se encontrar no município do Rio de Janeiro, recorda a professora, uma escola com o alarmante índice de 100% de reprovação, enquanto várias outras escolas apresentavam índices assustadores de 60% e 70% de reprovação na 1ª série.

A ex-secretária comenta que, naquela ocasião, surgiu uma forte onda de opinião, propalando que as crianças não apreendiam, porque eram deficientes mentais, não tinham capacidade. "O fracasso, no caso, não é da criança: é da escola", constata a educadora, para quem esses argumentos fazem parte de um discurso conservador, que envolve o fracasso da escola pública. "Em 85", diz Maria Yedda, "escutei de uma professora: esse é o tal de socialismo que querem implantar? Quem vai ser o pedreiro, quem vai fazer o trabalho subalterno da sociedade?".

Um fator que atrapalhou o enraizamento da proposta dos Ciep, foi que o projeto não dispôs de mais tempo para sua implantação, em função do período eleitoral e da própria sucessão de Brizola no Estado. Ao se tornar propaganda eleitoral de um governo que priorizou a educação, passou a ser combatido pelos adversários políticos de Brizola, que viam na proposta educacional uma arma eleitoral de grande alcance. Em razão disso, o sucessor de Brizola, Moreira Franco, apesar de ter utilizado como tática de campanha eleitoral a promessa de dar continuidade ao projeto, ao assumir, em 1987, prontamente pôs fim à proposta dos escolões. •

Pressão comercial



Flexa de Lima recebeu poucos sorrisos em Washington, em outubro

O Japão, a Coréia, a Índia e o Brasil foram enquadrados na nova lei de comércio dos Estados Unidos, destinada a aumentar a competitividade dos produtos norte-americanos no mercado internacional. Os quatro países foram citados no dispositivo da seção 301, já denominada "Super 301". Isto significa que os países poderão sofrer novas retaliações comerciais, por parte das autoridades norte-americanas.

Segundo a Carteira de Comércio Exterior-Cacex, do Banco do Brasil, as empresas brasileiras que exportam para os EUA, segundo o 301, estarão sujeitas a investigações do governo norte-americano, o que definirá se o Brasil será mesmo atingido. Após as investigações, deverá ser apresentada uma justificativa, enumerando os eventuais prejuízos que os produtos brasileiros teriam causado à economia dos EUA. Explicaram os técnicos da Cacex que, antes da conclusão desse processo investigatório, é impossível avaliar o impacto do enquadramento do Brasil no dispositivo 301.

Os técnicos da Cacex ex-

plicaram que, se forem realmente definidos novos produtos brasileiros a terem entrada restringida no mercado dos EUA, estarão fora os produtos siderúrgicos e têxteis, cujas exportações já estão sujeitas a cotas, e os setores que usam mão-de-obra intensiva, como calçados, por exemplo.

O Brasil foi incluído na lista, devido a seu processo de licenciamento para artigos importados. Segundo Carla Hills, chefe da secretaria de Comércio da Casa Branca, a imposição de cotas, proibições e a maneira restritiva com que são concedidas as licenças, inibem a importação de produtos manufaturados e agrícolas, pelo Brasil, "o que o torna um país objeto de nossa atenção prioritária".

A rigor, ter o nome no dispositivo 301 não traz consequência imediata. As investigações norte-americanas começaram em meados de junho passado e deverão se prolongar por mais 60 dias. Depois, vem um período de negociação com os governos citados, para tentar derrubar as barreiras que os Estados Unidos consideram injustas aos seus produtos de exportação. Tal

negociação pode durar de 12 a 18 meses. Então, caso as negociações não surtam resultado, a secretaria de Comércio determinará as sanções.

O embaixador do Brasil junto ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, Rubens Ricúpero, tachou a aplicação da 301 de um exemplo típico de unilateralismo comercial. "Pelas leis do Gatt", lembrou ele, "que valem para todos, as sanções só podem ser adotadas, se o painel encarregado de julgar a questão der ganho de causa àquele que se considera prejudicado. Nenhum país tem o direito de estabelecer, por si mesmo, quais são as práticas comerciais corretas, como estão fazendo os Estados Unidos, sob o risco de enfraquecimento do sistema multilateral de comércio".

Ricúpero ressaltou que as sanções impostas ao Brasil, há alguns meses, em virtude do desrespeito às patentes farmacêuticas, com tarifas de 100% sobre alguns produtos eletrônicos e tipos de papel, já foram incompatíveis com as leis do Gatt. Segundo ele, só a indústria de papel e celulose estima estar perdendo oportunidades de negócios, no valor de 100 milhões de dólares.

Também o secretário-geral do Itamaraty, embaixador Paulo de Tarso Flexa de Lima, manifestou-se contra a lista negra dos EUA: "Ao deixar sob ameaça todo o setor exportador brasileiro, a decisão norte-americana gera um clima de incerteza, que inibe nossas vendas e nos causa prejuízos. Infelizmente, não importamos mais, devido aos fortes ônus na nossa balança de pagamentos, que nos

obrigam a ser seletivos nos nossos gastos em dólares, e não porque queiramos ser um mercado fechado".

Flexa de Lima afirmou que o Brasil vai, mais uma vez, levar o assunto à apreciação do Gatt, por considerá-lo o único foro capaz de fornecer uma resposta adequada para "essa lamentável situação".

Os exportadores brasileiros, por sua vez, através da Associação Brasileira de Comércio Exterior-Abesce, do Conselho Empresarial do Brasil-EUA-Cebex e da Confederação Nacional da Indústria-CNI, vão se defender. As três entidades vão criar justificativas, formular jurisprudência e verificar brechas no dispositivo 301, para derrubar os argumentos, que acusam o Brasil de estabelecer barreiras comerciais à cerca de mil produtos norte-americanos.

O caso Melton

Há um ano atrás, a comunidade latino-americana assistia a uma crise sem precedentes nas relações entre a Nicarágua e os Estados Unidos. A causa: o embaixador norte-americano em Manágua, Richard Melton, expulso por atos de intromissão na política nicaraguense. Não foi a primeira acusação contra o comportamento do diplomata de Washington.

Agora, Richard Melton será o novo embaixador dos Estados Unidos no Brasil: o governo brasileiro deu, afinal, o sinal verde, mas com evidente mal-estar com a insistência da Casa Branca em manter a indicação. Tão logo se soube que Melton era



1. Melton, ao sair da Nicarágua

o indicado de George Bush para Brasília, foi lembrado que ele já atuara no país, na década de sessenta, como cônsul no Recife, e chegara a participar de interrogatório de presos políticos, como denunciou Ricardo Zarattini Filho, de 53 anos, atualmente assessor da deputada Moema São Thiago (PS-DB/CE).

Todos os setores foram unânimes em apontar a impertinência da nomeação de Melton para o Brasil: destacou-se desde o nível do diplomata, considerado de segunda linha, até a intensa aura de envolvimento com serviços secretos e de protagonista de incidentes de provocação, como no caso da Nicarágua. Apesar de todo o debate público que se formou em torno do nome de Melton, a Casa Branca manteve a indicação, praticamente condicionando a aceitação pelo Brasil, cuja recusa significaria um caso diplomático marcante. Restaria uma última esperança: a eventual recusa de Melton, na Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, onde ele será sabatinado. Mas, a aprovação dos candidatos é uma tradição naquela comissão.

A suspeita ianque

O Brasil terá brevemente capacidade para produzir até três bombas atômicas por ano. O cálculo é do cientista norte-americano David Albright, no artigo "Potencial da bomba na América Latina", publicado no Boletim dos Cientistas Atômicos, que é editado em Washington. Segundo Albright, o Centro de Pesquisas de Aramar, administrado pela Marinha de Guerra brasileira, em Iperó, São Paulo, prepara-se para operar três mil centrífugas para o enriquecimento do urânio para o projeto do submarino atômico, mas, para o cientista norte-americano, isso viabilizará a médio prazo a produção da bomba.

Ele afirmou que o Brasil parece capaz também de desenvolver as suas próprias centrífugas, o que o torna independente de países mais desenvolvidos, no processamento e obtenção do artefato nuclear. Albright disse que Aramar possui a tecnologia e a matéria-prima para isso, já que o Brasil é uma das poucas nações que produzem aço especial, superduro, próprio para a fabricação das centrífugas. O metal é capaz de suportar as enormes forças centrífugas, resultantes das altas velocidades de rotação necessárias para enriquecer o urânio. O boletim segue a posição de Washington e sugere, inclusive, que sejam feitos acompanhamento e fiscalização internacional, junto ao Programa Nuclear Brasileiro.

A resposta da Comissão Nacional de Energia Nu-

clear-Cnen veio de imediato, repudiando as palavras de Albright e a sugestão do boletim. O presidente da comissão, Rex Nazareth, disse que o cientista norte-americano deveria, em vez de pretender ditar lições de ética, rever sua contribuição para a proliferação de bombas nucleares.

"Albright", lembrou Rex Nazareth, "é um dos pais das bombas atômicas. Não faremos a bomba, porque não está no espírito da sociedade brasileira. O Congresso brasileiro e a nossa Constituição determinam que os fins da energia nuclear sejam pacíficos. Aqueles que se preocupam conosco deveriam passar a se preocupar em propor artigos semelhantes em suas constituições. Os interesses nacionais devem ser resguardados e os Estados Unidos jamais fiscalizarão as nossas centrífugas".

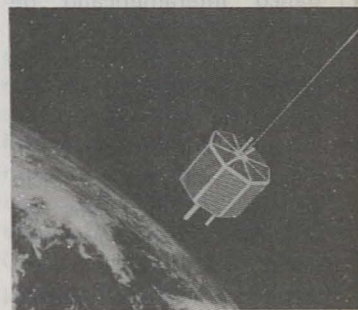
O Itamaraty, através do porta-voz Ruy Nogueira, também reiterou a decisão brasileira de não produzir bomba atômica, mesmo que o país tenha capacidade para isso.

Terceiro Mundo no espaço

A empresa brasileira Avibrás Aeroespacial S.A. associou-se à China Great Wall Industry Corporation, pertencente ao Ministério da Aeronáutica chinês, para a criação de uma *trading*, que vai comercializar lançamentos de foguetes espaciais e fornecer equipamentos de rastreamento de satélites para países do Terceiro Mundo. A nova empresa vai

se chamar International Satellite Communication-Inscocom e a assinatura do contrato ocorreu em Pequim, em abril, depois de três anos de negociações.

Apenas no Oriente Médio, o mercado potencial imediato para o fornecimento de centros espaciais e o lançamento de satélites artificiais é estimado em 600 milhões de dólares por ano. A associação da Great Wall (que significa Grande Muralha) com a Avibrás não deverá produzir foguetes e muito menos instrumentos com objetivos militares. Ambas as empresas estão conscientes de que teriam



O Brasil vai ao espaço

enormes dificuldades diplomáticas com as grandes potências, caso a Inscocom se propusesse a vender produtos, na América Latina, Ásia, África ou Oriente, que viessem a servir a projetos militares destes continentes.

A Avibrás iniciou atividades, em 1961, como fabricante de aviões; em 62, entrou na área de produção de propelentes sólidos para foguetes e, logo depois, começou a cooperar com o Ministério da Aeronáutica, no desenvolvimento da família de foguetes Sonda. A empresa entrou também no setor bélico, batendo sucessivos recordes de exportação, entre 85 e 87.

Rodovia Brasil-Guiana

A rodovia terá 600 quilômetros de extensão e ligará Boa Vista, capital de Roraima, à Georgetown, capital da Guiana, no litoral do Caribe. Os presidentes dos dois países, Hugh Desmond Hoyte e José Sarney, assinaram uma carta de intenções para o início da elaboração do projeto da estrada, que poderá custar 30 milhões de dólares. A metade será financiada pelo Brasil, enquanto o restante deverá contar com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento-Bid. Esse, por sinal, será o primeiro projeto de obra para a região a ser submetido a um organismo internacional de financiamento, após o início da pressão dos países desenvolvidos contra a exploração da Amazônia. O protocolo foi assinado durante o encontro dos presidentes dos países amazônicos, realizado no início de maio, em Manaus.



Presidente Desmond Hoyte

Depósito de lixo tóxico

O Brasil deverá ter, este ano, o seu primeiro depósito de resíduos radiativos, que deverá ser construído no Rio Grande do Sul, para receber o lixo contaminado das indústrias que funcionam no próprio Estado.

O anúncio foi feito pelo secretário gaúcho de Saúde e Meio Ambiente, Antenor Ferrari. Ele informou que o projeto do depósito está sendo feito por uma empresa de engenharia italiana, que deverá também financiar a obra a longo prazo. Nesse momento, técnicos da secretaria, já assessorados por especialistas da empresa estrangeira, fazem o levantamento, no território gaúcho, das melhores áreas, onde a obra deverá se localizar. Esse levantamento envolve basicamente a análise das características do solo, porque o depósito, a grandes profundidades, deverá ficar em área isolada, se possível longe das terras férteis e agricultáveis. Nele, segundo o secretário Antenor Ferrari, será concentrado o armazenamento de cargas tóxicas, agrotóxicos e lixo radiativos, hoje distribuídos em mais de 50 locais diferentes, em todo o Estado.

O câncer no Brasil

Quase 380 mil brasileiros estão morrendo, este ano, de câncer. A informação é do Ministério da Saúde, através da Secretaria Nacional de Programas Especiais de Saúde-Sneps. De cada 10 casos de câncer pulmonar, nove são relacionados ao cigarro. As maiores incidências da doença, entre os brasileiros, ocorrem no pulmão, no estômago e na mama.

O secretário da Sneps, Geniberto Campos, afirmou que um dos fatores que têm contribuído para o aumento da incidência do câncer é a migração populacional. Segundo ele, a fuga de pessoas das áreas rurais para as regiões urbanas colabora para transformar as condições de saúde da população, deixando-a sujeita a diversas doenças.

"Se todo mundo parasse de fumar, metade dos cânceres masculinos e um terço dos femininos desapareceriam". Quem afirma isso é a médica Inês Gadelha, coordenadora do Subprograma de Educação do Câncer, também do Ministério da Saúde. Ela explica que pulmão, boca, bexiga e pâncreas são os tipos de câncer classificados de fumo-dependentes. Mas, há outras

O cigarro é
condenado
pela medicina
há muito tempo

causas da doença, como a predisposição genética, circunstâncias ambientais, hábitos alimentares, medicamentos cancerígenos e condição específica de trabalho, entre outros.

O Brasil, junto com diversos países africanos e a Bolívia, é recordista em câncer no colo do útero: o mal atinge seis mulheres, em cada grupo de cem, em Pernambuco. Esse índice é seis vezes maior do que o registrado em Nova Iorque. São Paulo, cidade de migração nordestina intensa, também apresenta alto nível de câncer no colo uterino. As projeções do Ministério da Saúde indicam que, em 1989, 27.086 mulheres brasileiras estão tendo a doença, mais da metade delas no Norte e Nordeste. Segundo os técnicos, o câncer uterino é previsível: qualquer mulher com displasia leve já pode entrar em tratamento, que afastará a doença no futuro. Mas, apenas 7% dos 40 milhões de mulheres brasileiras maiores de 20 anos fazem exame preventivo, que consiste na simples coleta de material para exame.

Um outro câncer comum no país, que tem sol o ano inteiro, é o de pele, mas pode em geral ser curado através de cirurgia. Quem busca o bronzeado permanente, sem os cuidados necessários, como horários adequados (de manhã ou no final da tarde), é candidato sério a pegar a doença.

Derivados de sangue

Desde abril, está funcionando, no Hospital das Clínicas de São Paulo, o primeiro laboratório da América Latina para a produção de derivados de sangue. O sistema utilizado é o cromatografia de coluna, que permite custos baixos na obtenção dos subprodutos do plasma, que vinham sendo importados para utilização, por exemplo, no tratamento de vítimas de queimaduras, hemofílicos e pacientes com problemas renais e imunológicos.

São três os hemoderivados obtidos, através de um processamento até muito simples. O plasma (porção líquida do sangue) é colocado no equipamento de cromatografia, para a separação molecular e iônica e retirada dos sais minerais. Então, empregando-se o gel de troca iônica, a imunoglobulina e a albumina são isoladas e purificadas. O grau de pureza da albumina, que é quecida a 60 graus, durante 10 horas, para matar eventuais vírus de hepatite

u aids, chega a 99,8 ou 100,5. O mesmo acontece com a imunoglobulina. O terceiro derivado é o crioprecipitado, obtido pelo congelamento do plasma a 60 graus negativos e descongelamento a 4 graus positivos. Os vírus são eliminados pelo calor em estufa, durante 72 horas.

Depois dos processamentos, os três produtos passam por controle de qualidade, feito pelo laboratório do próprio Hospital das Clínicas de São Paulo, pelo Instituto Adolfo Lutz e pelo Ministério da Saúde, antes de serem liberados para consumo.

Contra o barbeiro

Já existe, no Brasil, um inseticida biológico, à base do fungo *Metarhizium anisopliae*, para o controle de vetores da doença de Chagas. Ele mata os barbeiros uma semana após a aplicação.

Segundo Cláudio Messias, do Departamento de Genética e Evolução, da Universidade de Campinas-Unicamp, o fungo foi produzido em laboratório, a partir de arroz cozinhado, revelando

grande potencial para a eliminação de barbeiros e mosquitos, sem qualquer efeito tóxico no ambiente.

Diluído em água, o fungo é aplicado nas paredes das casas, atacando os insetos na medida em que seus corpos têm contato com os esporos (estruturas de reprodução vegetativa). Os esporos germinam como sementes, penetrando no corpo do inseto e causando uma doença que o mata. O corpo do inseto morto é mumificado e, na superfície, multiplicam-se os esporos, que vão reinoculando os outros insetos, contaminando toda a colônia.

A doença de Chagas atinge mais de oito milhões de brasileiros e quase 15 milhões de latino-americanos, segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde-OMS. No Brasil, a doença é considerada endêmica e se apresenta com maior intensidade no Norte e Nordeste. Ela pode causar morte, dependendo das reações orgânicas de cada indivíduo. A transmissão da doença se dá, quando o barbeiro infectado pica a pessoa e imediatamente defeca no local. A pele é coçada e o agente etiológico se introduz no organismo. Na fase aguda a doença provoca febre, e, normalmente, é confundida com uma gripe comum. Isso faz com que o infectado não procure um médico que, se providenciado nessa fase, poderia controlar a doença, com a administração de antiparasitários. A fase seguinte pode durar anos. Os parasitas começam a atacar os tecidos, e os sintomas mais comuns são taquicardia e cansaço, verificando-se ainda o crescimento do baço e do fígado. Finalmente,

vem a fase crônica, com lesões cardíacas, que podem levar à morte.

Parque Chico Mendes

O Parque Ecológico Chico Mendes, no Recreio dos Bandeirantes, bairro da Zona Sul do Rio de Janeiro, é uma área de 200 mil metros quadrados, inteiramente reflorestada, para servir à comunidade local, sobretudo às centenas de famílias de baixa renda, que ali moram e trabalham nos bairros vizinhos, como a Barra da Tijuca, São Conrado e Jacarepaguá.

O parque foi inaugurado pelo prefeito carioca Marcello Alencar, que justificou a criação daquele espaço de lazer como fruto da luta comunitária pela preservação da natureza. "Essa luta", assinalou ele, "que tem em Chico Mendes seu maior representante, significa a busca do equilíbrio ecológico e preservação ambiental. Essa é também a vontade de toda a população do Rio de Janeiro".

À inauguração do parque estava presente Gumerindo Rodrigues, dirigente do Sindicato dos Seringueiros do Acre, entidade que foi presidida por Chico Mendes. Ele ressaltou a importância da criação do parque com o nome de Chico Mendes e pediu, além da defesa e conservação da área, com a colaboração da comunidade carioca, que todos se mobilizem, sob a bandeira da luta por melhores condições de vida para os trabalhadores brasileiros. "Todos", lembrou ele, "têm direito à moradia digna e ambiente puro e sadio".



No Terceiro Mundo, a qualidade do sangue é problemática

A morte de Sendic

A morte de Raul Sendic trouxe pena e tristeza para seus amigos e admiradores, muitas vezes anônimos e desconhecidos, espalhados por todo o mundo. A admiração que o dirigente revolucionário uruguaio angariou não se limita aos que comungavam com ele as mesmas idéias e concordavam com seus métodos de luta. Ia muito além. Conheci, em minhas andanças pelo mundo, pessoas conservadoras e inclusive reacionárias, que se referiam com respeito a Sendic e demonstravam preocupação com a condição de lutador valente e coerente, do prisioneiro político firme e digno, que resistiu a tudo, para manter-se fiel às suas idéias. Isso aconteceu em Angola, Moçambique, Peru, Holanda, Jordânia, Tanzânia e tantos outros países, para onde me levaram o exílio e o jornalismo.

Lembro-me de que, durante uma conferência, numa base aérea em Portugal, respondi a perguntas sobre a figura daquele modesto cortador de cana, a quem a consciência política e a condição de classe levaram à luta e ao sacrifício. Até os militares de direita se interessavam em saber o que pensava e como atuava Sendic.

Exilado em Montevidéu, durante quase 10 anos, mantive contatos com Sendic. No princípio, na sua semiclandestinidade. Depois, ao longo do período que antecedeu à luta armada. Recordo-me de que nosso primeiro encontro se deu através de Guilherme Chifflet, notável jornalista uruguaio, dirigente do



Raul Sendic

Partido Socialista, e que, mesmo longe da guerra, mantinha com Sendic aquele relacionamento de respeito, admiração e afeto, que os unira desde a juventude.

Naquela época, os revolucionários latino-americanos, com o fechamento dos espaços democráticos, voltavam-se majoritariamente para a luta armada. Surpreendeu-me, em Sendic, a natureza política das suas preocupações. Em nossas conversas, não se falava de armamentos, nem dos "aparelhos" ou de ações guerrilheiras. Ele me pedia informações sobre os rumos institucionais e a economia do Brasil e estendia suas perguntas à América Latina e África. Era um tema que o preocupava.

O que mais me impressionou foi sua modéstia e a ausência daquela postura arrogante e de auto-suficiência, que adotavam tantos lutadores revolucionários, que cometiam o erro de não fazerem concessão alguma à dúvida.

A última vez que vi Sendic, antes de

sua prisão, foi um episódio de cinema. Ocorreu em uma rua do bairro mais antigo da capital uruguaia, no fim de uma tarde fria e cinzenta. Procurado com o máximo empenho pelas forças armadas, Sendic cruzava a rua, serenamente, com um companheiro. Trocamos um olhar furtivo e não sei se ele me reconheceu, na opacidade daquele crepúsculo.

Sem entrar na análise de suas idéias ou de sua opção de luta, o que se destaca, em sua fecunda e, às vezes, dramática biografia, é o homem, o lutador sem descanso pelas conquistas sociais, o combatente íntegro e resoluto, que não retrocedeu diante de nenhum sacrifício, na batalha incessante por aquilo que ele considerava um modelo justo de sociedade.

Depois da anistia, fui duas vezes vê-lo, no seu modesto escritório, no centro de Montevidéu. A última vez, para lhe transmitir um convite: que viesse ao Brasil, não só para consultas com médicos brasileiros, mas também para confraternizar com seus muitos amigos, no Rio de Janeiro, onde ele foi acolhido como cidadão honorário, recebendo o diploma do poder legislativo carioca.

Sendic não havia mudado. Estava inteiro e com uma clara visão política, acima do sacrifício, do sectarismo e das pressões cotidianas. Queria um Uruguai fiel à sua vocação democrática, mas igualmente empenhado na luta pela justiça social.

Neiva Moreira •

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

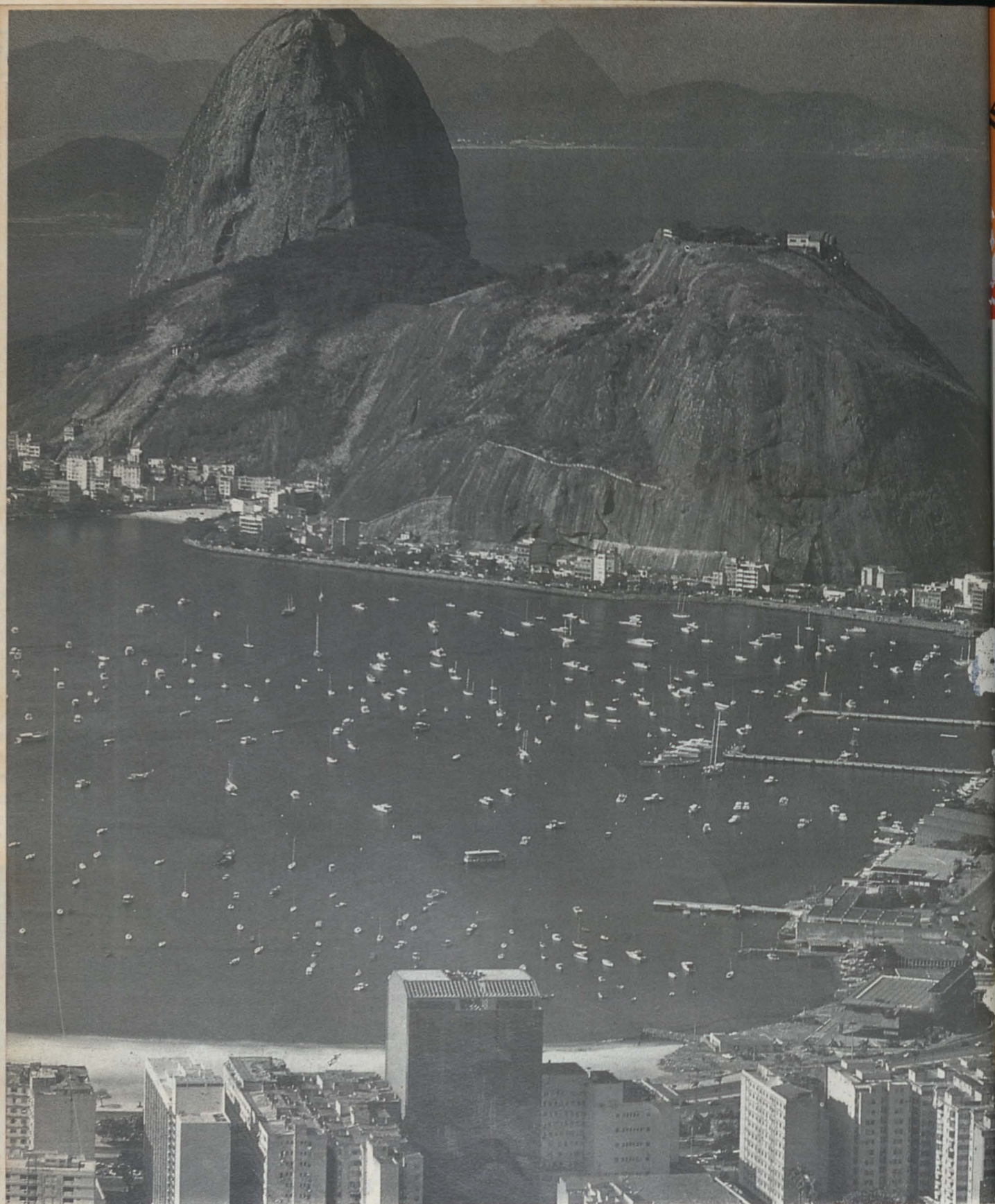
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional



**Abrimos este espaço para debater os problemas
do terceiro mundo.**



**PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**